

UFRRJ
INSTITUO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**ANSEIOS E EXPECTATIVAS DOS ALUNOS RURAIS DO
CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS, *CAMPUS*
PRESIDENTE FIGUEIREDO.**

BRENDA LOPES HOORNWEG VAN RIJ

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ANSEIOS E EXPECTATIVAS DOS ALUNOS RURAIS DO CURSO
TÉCNICO INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO
FEDERAL DO AMAZONAS, CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO.**

BRENDA LOPES HOORNWEG VAN RIJ

Sob a orientação do professor
Dr. Jorge Luiz de Goes Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Fevereiro de 2020**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R572a RIJ, BRENDA LOPES HOORNWEG VAN , 1979-
ANSEIOS E EXPECTATIVAS DOS ALUNOS RURAIS DO CURSO
TÉCNICO INTEGRADO EM AGROPECUÁRIA DO INSTITUTO FEDERAL
DO AMAZONAS, CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO. / BRENDA
LOPES HOORNWEG VAN RIJ. - Seropédica, 2020.
104 f.: il.

Orientador: Jorge Luiz de Goes Pereira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2020.

1. Juventude Rural. 2. Educação. 3. Agricultura
Familiar. 4. Políticas Públicas. I. Pereira, Jorge
Luiz de Goes, 1967-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Educação Agrícola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

BRENDA LOPES HOORNWEG VAN RIJ

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 28/02/2020.

Jorge Luiz de Goes Pereira, Dr. UFRRJ

Sandra Regina Gregório, Dra. UFRRJ

Sérgio Luiz Alves da Rocha, Dr. IFRJ

DEDICATÓRIA

“Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, que me deu forças para vencer todas as dificuldades. Ao meu pai Arjen Aldert Otto (*in memoriam*), aos meus Avós Onezina Lopes e Leendert van Rij (*in memoriam*) que infelizmente não puderam estar presente neste momento tão importante, mas foram fundamentais para a minha formação acadêmica”.

AGRADECIMENTOS

Ao Magnífico Reitor Antônio Venâncio Castelo Branco do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, aos Pró-reitores: Prof. Dr. José Pinheiro de Queiroz Neto, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e a Profª. Josiane Faraco de Andrade Rocha, Pró-Reitora de Administração e Planejamento, pela oportunidade concedida, não medindo esforços para oportunizar e viabilizar a realização desta qualificação ao quadro de servidores IFAM.

Aos *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM *Campus* Presidente Figueiredo, por permitir e oportunizar a realização desta pesquisa e ao *Campus* Manaus Zona Leste, pelo acolhimento durante as formações;

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, através do PPGEA, pelo exemplo de comprometimento, empenho, generosidade de seus professores e demais funcionários, por nos levarem a refletir sobre o papel social dos Institutos Federais no interior do Amazonas;

Ao meu orientador, Dr. Jorge Luiz de Goes Pereira, que soube dirigir-me os passos e usar as palavras nos momentos certos para o alcance de meus objetivos, por doar seu tempo e dedicação;

Aos meus filhos, Arjen e Beatrix, por serem a fonte propulsora desta etapa, onde o amor maior sempre se faz presente;

Ao meu esposo Dick, sempre presente durante toda a caminhada, sua amizade, carinho e incentivo me deram forças para continuar, nos momentos mais difíceis você foi meu esteio e ombro amigo;

Aos discentes do Curso Técnico em Agropecuária e aos agricultores familiares de Presidente Figueiredo que muito contribuíram como sujeitos da pesquisa, meu carinhoso e respeito;

Aos meus familiares e amigos pela compreensão, apoio e motivação;

E, a todos aqueles que, de alguma forma, motivaram-me a vencer mais esta etapa, doando um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível.

RESUMO

VAN RIJ, B. L. H. **Anseios e expectativas dos alunos rurais do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do Instituto Federal do Amazonas, *campus* Presidente Figueiredo.** 104f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola. Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

O grande desafio para o Brasil e outros países com grande potencial na agricultura familiar é o de criar as condições necessárias para que os jovens, se assim desejarem, possam permanecer no campo e nas florestas, em condições dignas e com oportunidades equivalentes às das dos jovens que vivem nos centros urbanos. Portanto, esta pesquisa pretende analisar os relatos dos jovens do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do *Campus* Presidente Figueiredo sobre seus anseios e expectativas, pautando-se em duas vertentes investigativas. A princípio em uma revisão histórica e conceitual da modernização da agricultura familiar no Município de Presidente Figueiredo, buscando nesta, os processos de espacialização em terrenos que abrigaram fenômenos de êxodo rural. E, em um segundo momento, na apresentação do caso da juventude rural e suas perspectivas em busca da formação Acadêmica e Técnica nos Institutos Federais a fim de melhorar a qualidade de vida de seus familiares. A presente pesquisa tem caráter qualitativo, exploratório-descritivo. Realizamos observações de campo, utilizando da técnica de grupo focal e entrevistas semiestruturadas com 19 jovens rurais, na faixa etária de 14 a 16 anos, filhos de produtores rurais, estudantes do Instituto Federal do Amazonas *Campus* Presidente Figueiredo, matriculados nas séries 1ª e 2ª do ensino médio Técnico Integrado em Agropecuárias, sendo 9 homens e 10 mulheres. Podemos concluir que os jovens pesquisados vislumbram uma vida diferenciada de seus pais, buscam melhor qualidade de vida, educação e salário, em muitos casos almejam sair do campo em busca de seus ideais, o fato de saírem do campo, de escolherem para si uma vida diferenciada daquela vivida por sua família, não interfere na ideia de oportunizar aos seus familiares uma melhor condição de vida, e sim de perspectivas futuras de ajudar seus pais. Esta mobilidade entre campo e cidade é visto como uma solução encontrada para a realização de seu projeto de vida. Nessa perspectiva os jovens consideraram como base elementar a sua formação acadêmica, e buscam melhores oportunidades entre campo e cidade.

Palavras chave: Juventude Rural, Educação, Agricultura Familiar, Políticas Públicas.

ABSTRACT

VAN RIJ, B. L. H. **Desires and expectations of rural students in the Integrated Technical Course in Agriculture at the Federal Institute of Amazonas, *campus* Presidente Figueiredo.** 104p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Graduate Program in Agricultural Education. Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

The great challenge for Brazil and other countries with great potential in family farming is to create the necessary conditions so that young people, if they so wish, can remain in the countryside and in the forests, in dignified conditions and with opportunities equivalent to those of young people who live in urban centers. Therefore, this research intends to analyze the reports of young people from the Integrated Technical Course in Agriculture at the Presidente Figueiredo *Campus* about their desires and expectations, based on two investigative aspects. At first, in a historical and conceptual review of the modernization of family farming in the Municipality of Presidente Figueiredo, looking for processes of spatialization in land that housed rural exodus phenomena. And, secondly, in the presentation of the case of rural youth and their perspectives in search of Academic and Technical training at Federal Institutes in order to improve the quality of life of their families. This research has a qualitative, exploratory-descriptive character. We conducted field observations, using the focus group technique and semi-structured interviews with 19 rural youths, aged 14 to 16 years old, children of rural producers, students at the Federal Institute of Amazonas *Campus* Presidente Figueiredo, enrolled in the 1st and 2nd grades of high school Integrated Technician in Agriculture, 9 men and 10 women. We can conclude that the young people surveyed envision a different life from their parents, seek a better quality of life, education and salary, in many cases they aim to leave the countryside in search of their ideals, the fact of leaving the countryside, choosing a life for themselves. differentiated from that experienced by his family, it does not interfere in the idea of providing his family with a better life condition, but of future perspectives of helping his parents. This mobility between countryside and city is seen as a solution found for the realization of your life project. In this perspective, young people considered their academic training as an elementary basis, and seek better opportunities between the countryside and the city.

Key words: Rural Youth, Education, Family Farming, Public Policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Alunos residente em zona rural filhos de pequenos agricultores.	8
Quadro 2 População Total, por Gênero, Rural/Urba - Município - Presidente Figueiredo/ AM de 2011 a 2016.....	23
Quadro 3: Demonstrativo da distribuição da ocupação da população em 10 anos ou mais, em Presidente Figueiredo.....	24
Quadro 5 – Representação dos Estabelecimentos Escolares em Presidente Figueiredo	29
Quadro 6: Distribuição de Vagas por curso do <i>Campus</i> Presidente Figueiredo	36
Quadro 7: Matrícula inicial do curso Técnico em Agropecuária entre 2018 e 2019, por zona.	38
Quadro 8 - Representação Curricular das Disciplinas.....	40
Quadro 9 - Incentivadores e motivadores de apoio escolar.	57
Quadro 10 –Respostas dos jovens rurais: “O fato de morar no campo dificulta seus estudos?”	59
Quadro 11 – Respostas dos jovens, sobre “se ficariam no campo caso tivessem boa renda?”	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de alunos matriculados no Curso Técnico em Agropecuária nos anos de 2018 a 2019.	7
Tabela 2 – Alunos Matriculados por Gênero no Curso de Agropecuária moradores da zona rural de Presidente Figueiredo	7
Tabela 3 – Alunos Matriculados de Origem Rural por Gênero.....	8
Tabela 5 – Respostas dos jovens rurais à pergunta “Você gosta de estudar? ”	52
Tabela 6 – Respostas dos jovens rurais a pergunta “Qual profissão ou carreira você gostaria de seguir?”	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Jovens Indigenas da Aldeia SahuApé	18
Figura 2 - Mapa de uso e cobertura da terra de Presidente Figueiredo, 2020.	25
Figura 3: Atividades de Ecoturismo: A - Lagoa Azul Comunidade Maroaga, (2018); B - Cachoeira da Orquídea, (2016).....	25
Figura 4: A - Lixão 4Km, AM240; B - Queina de Lixo Doméstico/8Km AM240.....	26
Figura 5: A - Falta de Infraestrutura e Manutenção do Ramal do Paulista, KM 179 BR 174; B - as madeiras foram postas por Agricultores como forma paliativa para tráfego; C - Ramais Enlameados; D - Atolamento Kombi de transporte escolar.	50
Figura 6: Reunião com os Jovens filhos e parentes dos Associados, Comunidade do Ramal do Paulista.	51
Figura 7 – Nuvem de <i>tags</i> de respostas à pergunta “Qual a melhor coisa no local onde você vive?”.	67
Figura 8 – Nuvem de <i>tags</i> de respostas à pergunta “Qual a pior coisa no local onde você vive?”.	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gráfico representativo de Jovens no Amazônia.	19
Gráfico 2: Taxa de Evasão escolar de pessoas de 15 anos ou mais idade (2017)	21
Gráfico 3: Percepção das atividades territoriais como oportunidade profissional	26
Gráfico 4 – Atividades de Lazer mencionados pelos jovens pesquisados.	31

LISTA DE ABREVIACOES E SÍMBOLOS

ALF- Aluna/Feminino

ALM- Aluno/Masculino

AM- Amazonas

AC - Análise de Conteúdo

Art.- Artigo

CEB- Câmara de Educao Básica

CEFET/AM- Centro Federal de Educao Tecnológica do Amazonas

CPRF- *Campus* Presidente Figueiredo

CNE - Conselho Nacional de Educao

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educao

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFAM - Instituto Federal de Educao, Ciência e Tecnologia do Amazonas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educao Nacional

MEC - Ministério da Educao e Cultura

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisio de Alimentos

PCCT - Projeto de Conclusão de Curso Técnico

PCTNM - Plano de Curso Técnico de Nível Médio

PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PIB - Produto Interno Bruto

PNAE - Programa Nacional de Aquisio de Alimentos

PPGEA - Programa de Pós-Graduao em Educao Agrícola

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSC - Processo Seletivo Contínuo

RJ- Rio de Janeiro

SETEC- Secretaria de Educao Profissional e Tecnológica

SIS - Sistema de Ingresso Seriado

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ZFM - Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
JUSTIFICATIVA	3
OBJETIVOS	5
Geral:	5
Específicos:.....	5
METODOLOGIA	6
O perfil dos participantes da pesquisa.....	7
Métodos de coleta de dados.....	8
Técnica de análise dos dados.....	10
1 CAPÍTULO I A JUVENTUDE RURAL ENQUANTO UMA CATEGORIA ANALÍTICA	12
1.1 Quem são estes Jovens Rurais?.....	12
1.2 A Juventude no Norte do Brasil: Características Socioeconômicas e Culturais	16
1.3 Cotidiano e Identidades dos Jovens da Amazônia	19
1.4 O Desafio da Educação para Juventude: Um Campo Polêmico para os Jovens na Amazônia.....	20
2 CAPÍTULO II CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO E O INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS: QUAIS AS OPORTUNIDADES PARA OS JOVENS? .	23
2.1 O Município de Presidente Figueiredo: Aspectos Históricos, Sociais e Físico-Geográficos.....	23
2.2 Educação, Trabalho e Renda no Município.	27
2.3 Espaços de Lazer e Entretenimento.....	29
2.3.1 Aspectos Culturais: como fonte promotora de lazer e permanência do jovem no campo.	32
2.4 A Expansão da Rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil: Oportunidade que se Soma aos Interesses dos Jovens pela Formação Profissional.	33
2.4.1 A expansão da rede de educação profissional para o interior do Brasil	33
2.4.2 A evasão escolar nos Institutos: por quê os jovens desistem de estudar?.....	34
2.5 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.	35
2.5.1 O IFAM <i>campus</i> Presidente Figueiredo.	36
3 CAPITULO III O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA E A FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL	38
3.1 Organização das Disciplinas do Curso Técnico em Agropecuária	39
3.2 Possibilidades de Atuação e a Rentabilidade Obtida.	41
3.3 Programas de Apoio Estudantil.....	42
3.4 Visão e Perspectivas dos Jovens Rurais que Buscam Ingressar nas Redes Federais de Ensino.	43
3.5 Educação e Mercado de Trabalho: Da Formação à Perspectiva de Futuro	45

4	CAPITULO IV NARRATIVAS DOS JOVENS RURAIS INSERIDOS NO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUARIA DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS.....	48
4.1	Local e Moradia dos Jovens Rurais Pesquisados	49
4.2	O Sentido da Escolarização e do Papel da Escola.....	52
4.2.1	Motivação para Continuar Estudando: Visão de Futuro.....	55
4.3	Dificuldade de Aprendizado na Escola.....	60
4.4	Expectativas Escolares e Profissionais.	63
4.4.1	Futuro Profissional.....	64
4.5	Perspectiva de Futuro	69
4.5.1	Como o jovem rural ocupa seu tempo	69
4.5.2	Apoio Escolar	70
4.5.3	Diante do Futuro.....	71
4.6	Saber Fazer e Reivindicar	71
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	81
7	APÊNDICES	98
	Apêndice A - Autorização para Realização da Pesquisa.....	99
	Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	100
	Apêndice C - Cronograma de Encontros Grupos Focais	101
	Apêndice D - Roteiro de Entrevista	102
	Apêndice E - Questionário	103

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre juventude rural no Brasil (ABRAMOVAY et al.,1998; PEREIRA, 2004, entre outros) discorrem sobre alguns motivos para um esvaziamento do campo, principalmente marcado pela saída dos jovens em busca de melhores oportunidades de trabalho, educação e lazer. Observa-se que este processo é possibilitado pelas diminuições das fronteiras entre a zona rural e os centros urbanos, oportuniza a inteiração social, novas experiências de vida e perspectivas profissionais. A busca da formação profissional na visão dos jovens rurais representa fator principal para os mesmos e seus familiares, vislumbrando melhores condições de vida e de renda. Conforme Pereira (2004), o rural se relaciona com as possibilidades de futuro dos jovens e ambos são fundamentais nos projetos educacionais desenvolvidos pelas instituições de ensino técnico-profissionalizante.

A escolha de uma profissão vai depender da visão de futuro de cada indivíduo e de suas aptidões, muitas vezes impulsionadas por sua vivência familiar, mas, sobretudo, pela busca de melhores oportunidades de vida. Os jovens rurais pesquisados pensam no futuro como uma realização pessoal e familiar. A realização de um projeto de futuro é um momento de grandes dilemas e incertezas, pois a escolha de uma profissão não é um ato simples, uma aventura, é, antes de tudo, uma decisão que envolve muitos elementos e que direcionam estes jovens a uma busca para uma formação escolar e profissional.

Ao analisar a Lei 11.982 de 29 de dezembro de 2008, onde o Governo Federal Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como premissa a missão de promover uma educação de excelência através do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação do cidadão crítico, autônomo e empreendedor, comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do país, a concretização da expansão da rede federal de ensino e implantação dos *campi* deu um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da federação, em especial no processo de expansão da Rede Federal do Amazonas.

Nesta perspectiva, em abril de 2010, foi implantado o *Campus* de Presidente Figueiredo, que compõe hoje um dos 15 *campi* do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), os 5º *campi* a ser implantado, sob a perspectiva de expandir a Rede Federal de Ensino sobretudo, garantir à população local a excelência e uma qualidade no ensino de forma a melhorar sua qualidade de vida e o desenvolvimento local.

Neste cenário um dos cursos criados no IFAM foi o Curso Técnico em Agropecuária, de acordo com o Projeto Pedagógico do curso 2016, com objetivo de contribuir para o fortalecimento das identidades dos jovens rurais ao integrá-los à vida profissional, assim como nas novas significações da ruralidade dos jovens com uma (re)valorização das características socioculturais e estéticas da vida no campo (PEREIRA, 2004), da diversidade cultural e contextualizada aos educandos da zona rural (FREIRE, 1980). Essas práticas pedagógicas devem ser utilizadas na educação profissional a fim de verificar sua adequação ao contexto dos alunos, em especial aos moradores das zonas rurais que possuem uma grande dificuldade de mobilidade (acesso à escola) e aos meios de comunicação (celular e internet).

Os estudos de Marques et al. (2010) e De Lucas et al. (2010) sobre a trajetória dos jovens rurais, em relação à mobilidade entre o rural e o urbano, contemplando os relatos acerca dos aspectos socioeconômicos, produtivos, associados à percepção ambiental, dentre outras análises, apontam para uma rede de relações recíprocas de aprendizado entre o

homem do campo e o da cidade, que reitera e viabiliza o fortalecimento do meio rural. Nesse contexto, as fronteiras se estreitam entre as atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais que proporcionam o desenvolvimento e sustentabilidade do campo.

É evidente que a estruturação histórica para fundamentar os Parâmetros Legais da Educação do Campo baseiam-se na realidade sul e sudeste do país, que possibilitam um conhecimento teórico da prática pedagógica, por outro lado, não fogem, em parte, da realidade vivida pelo caboclo amazônico. A falta de políticas públicas voltadas ao jovem do campo na Amazônia, considerando as grandes extensões de terras e as dificuldades de mobilidades pelos rios fazem com que esses jovens, assim como outros jovens rurais brasileiros em condições precárias, queiram sair do espaço rural em busca de novas oportunidades e melhor qualidade de vida, então, o grande desafio para o Brasil é criar condições necessárias para que os jovens, se assim desejarem, possam permanecer no campo e nas florestas em condições dignas e com oportunidades equivalentes às dos jovens que vivem nos centros urbanos. A fim de que o Brasil seja cada vez mais um país “justo e inclusivo”, acredita-se que será preciso fortalecer o protagonismo da juventude por meio de políticas públicas mais democráticas, na participação social e no respeito às especificidades regionais dos jovens.

JUSTIFICATIVA

Em setembro de 2010, fui nomeada e assumi como Coordenadora Pedagógica no IFAM *Campus* Presidente Figueiredo. Vivenciei, desde então, todos os anseios e dificuldades da comunidade que buscava com avidez o saber e uma qualificação profissional. Diante dos percalços detectados, fizemos vários ajustes e adequações curriculares em prol de aperfeiçoar o ensino e agregar os discentes dentro de suas necessidades, uma vez que mais de 60% dos discentes não eram moradores da sede do município e sim filhos de pequenos agricultores rurais. Desses 60%, 50% eram moradores da vila de Balbina e do Ramal da Morena distante da sede do município aproximadamente a 87km, e 15% moradores da BR 174 no km 198 (dentro da Reserva Waimi-Atroari).

A necessidade e a determinação desses jovens em buscar uma melhoria de vida e para seus familiares, e frequentar um curso profissional é ao mesmo tempo um projeto individual, mas também coletivo já que alcançam todo grupo familiar (PEREIRA, 2004a), uma vez que constroem juntos planos de futuro e trabalho. Conforme Carneiro et al. (2007), a “realidade social é rica, dinâmica e multifacetada, sendo a vida dos jovens rurais fortemente marcadas pelas suas relações com a família e a comunidade, pois as “relações sociais se constroem no presente, inspiradas nas tradições familiares e locais” (p.24). Confluências de desejos, sonhos, necessidades, vontades construídas em espaços distintos e superpostos, “trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo a experiência dos jovens rurais e a sua inserção na sociedade” (p. 23).

Portanto, os jovens rurais da Amazônia são sujeitos, assim como os demais jovens do Brasil, de direitos a uma educação de qualidade, cujo Instituto Federal deve buscar atender, já que ao promover educação de qualidade e contextualizada, será capaz de contribuir com o desenvolvimento do grupo familiar e das comunidades locais.

Nessa perspectiva, o problema que move a pesquisa é: “Até que ponto os jovens rurais que frequentam o curso técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) se aproximam ou se afastam de outras juventudes rurais analisadas no Brasil? Quais os anseios e as expectativas desses jovens se inserem no curso técnico em Agropecuária do IFAM para sua realização pessoal e familiar? Os Cursos realizados no IF de Presidente Figueiredo têm ampliado as oportunidades de trabalho e renda dos jovens das comunidades locais, despertando o desenvolvimento das pequenas propriedades rurais? Quais os fatores que motivam os jovens rurais a migrarem para a capital do Amazonas?”

Destacamos, como ponto de discussão nesta pesquisa: a incorporação do ecoturismo pelos jovens moradores de Zonas Rurais, como forma de garantir uma renda alternativa por meio da incorporação do turismo e da preservação ambiental, que compõe a paisagem rural do município de Presidente Figueiredo, do qual responde com eficiência aos períodos de desvalorização transitória de certos produtos agrícolas como uma fonte de renda extra a esses jovens e seus familiares.

O município de Presidente Figueiredo está situado numa região de grande potencial turístico associado à geomorfologia regional em meio de pequenas propriedades rurais, nas quais se encontram famílias agricultoras descendentes de nordestinos e indígenas, que vieram trabalhar na construção da Usina Hidrelétrica de Balbina, e que esse potencial turístico pode estar influenciando às escolhas dos jovens quanto as possibilidades de empregabilidade na região. Logo, foi lançado um olhar crítico, de maneira especial às ocupações da juventude da zona rural, no sentido de compreender quais são os principais fatores intervenientes nos processos migratórios, em detrimento do abandono ou não do campo, quanto aos seus anseios e suas perspectivas.

Portanto, esta pesquisa pretende analisar os relatos dos jovens do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do *Campus* Presidente Figueiredo, localizados no Município de Presidente Figueiredo, a 107 *km* de Manaus, sobre seus anseios e expectativas de futuro, pautando-se em duas vertentes investigativas. A princípio em uma revisão histórica e conceitual da modernização da agricultura familiar no Município de Presidente Figueiredo, buscando nesta, os processos de espacialização em terrenos que abrigaram fenômenos de êxodo rural; E, em um segundo momento, na apresentação do caso da juventude rural e suas expectativas em busca da formação acadêmica e técnica nos Institutos Federais. Desta forma, pretende-se contribuir para um repensar na educação que atua nas classes da Educação Profissional no Interior do Amazonas.

Esta decisão se justifica em parte devido a minha trajetória profissional diante ao processo de expansão da Rede Federal de Ensino, onde percebi o anseio e alegria de jovens e seus familiares ao ingressarem no Instituto Federal, além disto busco identificar as similaridades entres os jovens rurais com os da zona urbana, onde eles apresentam similitudes, sobretudo, devido ao viés identitário e cultural; por outro lado, diferenças e particularidades também se manifestam.

OBJETIVOS

GERAL:

- ✓ Analisar os relatos dos jovens do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do *Campus* Presidente Figueiredo sobre seus anseios vida (pessoal e familiar) e expectativas de futuro diante a busca pela formação acadêmica e profissional.

ESPECÍFICOS:

- ✓ Reconhecer nas falas dos estudantes se de fato o currículo do curso tem contribuído para uma integração social e uma educação num sentido amplo e emancipatório;
- ✓ Conhecer as expectativas escolares e profissionais dos alunos;
- ✓ Contribuir para um repensar da educação que atua formação cidadã da Educação Profissional no Interior do Amazonas.

METODOLOGIA

A pesquisa que serviu de base para a construção desta dissertação é desenvolvida em seis momentos:

O primeiro conta com o recebimento da autorização de realização da pesquisa junto a Direção Geral do IFAM *campus* Presidentes Figueiredo (APÊNDICE A).

O segundo momento realizou-se o levantamento nos sistemas Q-acadêmico e Sigaa do Instituto Federal do Amazonas dos quantitativos de alunos residentes na zona rural, estudantes do curso técnico em agropecuária do IFAM *campus* Presidente Figueiredo.

No terceiro momento da pesquisa, foram aplicados questionários com os discentes residentes na zona rural, com intuito de elencar quais destes eram filhos de produtores rurais ou de agricultores familiar (APÊNDICE E).

No quarto momento a entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B) para aceite do estudante e autorização de seus responsáveis, estando cientes e esclarecidos dos objetivos desta pesquisa. Ao retorno dos Termos devidamente assinados e autorizados, iniciamos o levantamento e identificação das comunidades e nos deparamos com o seguinte resultados, os 12 alunos eram residentes e filhos de Agricultores Familiares do Ramal do Paulista quilômetro 179 da BR174 (estrada que liga Presidente Figueiredo a Boa Vista), distante aproximadamente 72km da Sede do Município de Presidente Figueiredo, onde está instalado o *campus* do Instituto Federal, e oito alunos da Comunidade Cristo Rei, localizado no quilômetro 28 da AM-240 (estrada que liga Presidente Figueiredo à Vila de Balbina), e dois alunos da Comunidade Marcos Freire, localizado no quilômetro 13 da AM-240. Assim pudemos delinear os sujeitos de nossa pesquisa

Diante a análise de dados optou-se, desse modo, por pesquisar jovens moradores do Ramal do Paulista, total 11 alunos, cursavam a mesma série 2º ano, e oito alunos da Comunidade Cristo Rei que cursam as 1º e 2º anos, filhos de agricultores familiar. Justificamos esta escolha em virtude de dois motivos, primeiro uma melhor organização dos encontros do grupo focal e segundo a oportunidade de registrar relatos de jovens de comunidades diferentes, ressaltando ainda que ambas eram as comunidades mais distantes do *campus* Presidente Figueiredo.

No quinto momento foi realizado o cronograma de encontros do grupo focal (APÊNDICE C).

E o sexto e último momento foram feitos o levantamento e a análise de dados, após dado entrada na tramitação da pesquisa para submissão ao Comitê de Ética na Pesquisa, do qual gerou o número de processo 14484619.9.0000.8119 de 14 de maio de 2019, circunstanciado pelo CEP do Instituto Federal do Amazonas, sob número de parecer 3.529.255 de aprovação com ajustes no projeto.

Conforme dado os prévios encaminhamentos, a pesquisa inicia-se com um estudo qualitativo, exploratório-descritivo, com jovens-estudante do *campus* Presidente Figueiredo moradores da zona rural do Município, com intuito de registrar falas sobre sua percepção diante as suas expectativas de futuro, os relatos das trajetórias enquanto alunos do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do *Campus* Presidente Figueiredo/Amazonas e jovens rurais.

A abordagem qualitativa, através das suas técnicas de análise de conteúdo e ênfase nas percepções dos atores envolvidos, pode fornecer importantes subsídios aos avanços dessa compreensão, especificamente quando se trata de estudo no campo da cognição e mais especificamente da teoria.

No que diz respeito ao caráter descritivo e explicativo, consideramos que o presente estudo pode ser assim caracterizado, tendo em vista que pretende ir além da simples descrição dos significados individuais observados, procurando explicá-los à luz do contexto sociocultural no qual o sujeito está inserido.

A pesquisa é exploratório-descritiva, segundo Mattar (1999), quando a utilização deste tipo de pesquisa ocorre com o propósito de descrever as características dos grupos, estimar a proporção de elementos que tenham determinadas características ou comportamentos, dentro de uma população específica ou verificar existência de relação entre variáveis, no caso aqui explora-se o universo da “juventude rural” no que diz respeito a “educação”, “formação profissional” e projetos de vida/futuro”.

O perfil dos participantes da pesquisa

Com base em dados coletados no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - SIGAA e no Sistema Q-Acadêmico do Instituto Federal do Amazonas, obtivemos o número de matriculados no ensino médio no Curso Técnico em Agropecuária, nos anos letivos de 2018 e 2019, no *Campus* de Presidente Figueiredo, conforme demonstra dados da Tabela 1:

Tabela 1 – Total de alunos matriculados no Curso Técnico em Agropecuária nos anos de 2018 a 2019.

Curso/ <i>Campus</i>	Ano Letivo 2018	Ano Letivo 2019	Ano Letivo 2020
AGROPEC/CPRF_2018	30	29	
AGROPEC/CPRF_2019		30	-
Total	30	59	

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (IFAM, 2019).

Foram sujeitos desta pesquisa 19 jovens rurais na faixa etária de 14 a 16 anos, filhos de produtores rurais, estudantes do Instituto Federal do Amazonas *Campus* Presidente Figueiredo, matriculados nas séries 1ª e 2ª do ensino médio Técnico Integrado em Agropecuárias, sendo nove homens e 10 mulheres. A pesquisa foi realizada no *Campus* Presidente Figueiredo.

A pesquisa apresenta o levantamento do quantitativo de alunos matriculados no Curso de Agropecuária por gênero e turma, residentes na zona rural, onde observamos que, em 2018, 52% são mulheres (16 mulheres) e 42% são homens (14 homens); enquanto no ano de 2019, configura-se o mesmo padrão de um quantitativo maior de mulheres ingressantes, conforme demonstra a Tabela 2:

Tabela 2 – Alunos Matriculados por Gênero no Curso de Agropecuária moradores da zona rural de Presidente Figueiredo

Escolas	1º Ano				2º Ano				3º Ano			
	M	%	F	%	M	%	F	%	M	%	F	%
Total	5	41,6	7	58,4	7	41,2	10	58,8				
Série/Gênero												
Total por Série:			12				17					
Total Geral												29

Fonte: Dados da pesquisa (2019). Legenda: M: Masculino / F: Feminino.

Em relação ao do quantitativo de mulheres matriculadas no Curso Técnico em Agropecuária, destaca-se outra pesquisa inédita realizada na região norte do país, com os Institutos Federais (IFAM, IFRR, IFRO), mostrando a permanência e o reforço da característica dos Cursos de Agropecuária no Brasil como um curso masculino, isto é, que desperta mais interesse nos rapazes tendo em vista as oportunidades de empregabilidade para o público masculino (PEREIRA & CRUZ-SOUZA), e por ser considerado como atividades mais braçais, por outro lado esta pesquisa demonstra um maior número mulheres matriculadas e frequentando o curso técnico em Agropecuária do *campus* Presidente Figueiredo, algo que nos chamou a atenção por ser um curso, como expomos acima com maior índice de procura por rapazes.

Outro dado relevante para nossa pesquisa foi identificar quais desses alunos são moradores da Sede do Município de Presidente Figueiredo e alunos moradores da Zona Rural, do qual estes últimos são sujeitos de nossa pesquisa, extraímos os seguintes dados, conforme Tabela 3:

Tabela 3 – Alunos Matriculados de Origem Rural por Gênero

Escolas	Ensino Médio Regular											
	1º Ano				2º Ano				3º Ano			
	M	%	F	%	M	%	F	%	M	%	F	%
Total	13	48,0	16	52,0	13	43,3	17	56,7	-			
Série/Gênero												
Total Geral	29											

Fonte: Dados da pesquisa (2019). Legenda: M: Masculino / F: Feminino.

Levantado o dado do número de alunos moradores de Comunidades Rurais, aplicamos o questionário de identificação (APÊNDICE E), como critério para definir os alunos filhos de agricultores rurais, dos 29 questionários aplicados identificamos que 19 alunos de ambas as turmas atendiam aos pré-requisitos desta pesquisa, conforme Quadro 1:

Quadro 1: Alunos residente em zona rural filhos de pequenos agricultores.

Ordem	Turmas	Alunos Moradores da Zona Rural	Agricultura Familiar	Outra atividade
1	2018 – 2020	17	11	6
2	2019 - 2021	12	8	4
TOTAL		29	19	10

Fonte: Dados da pesquisa, 2018-2019.

Métodos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada através do grupo focal, onde os mesmos expuseram sua compressão sobre o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), que dá ênfase as disciplinas e sua relação com a realidade dentro e fora do campo, compartilhando suas experiências e pontos de vista a respeito dos temas tratados nos encontros do grupo focal. Para Morgan (1997), grupos focais é uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais. Para Kitzinger (2000), o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes

selecionados. Ele busca coletar informações que possam proporcionar a compreensão de percepções, crenças, atitudes sobre um tema, produto ou serviços.

Scrimshaw (2007) identifica como atribuições do moderador: (a) introduzir a discussão e a manter acesa; (b) enfatizar para o grupo que não há respostas certas ou erradas; (c) observar os participantes, encorajando a palavra de cada um; (d) buscar as "deixas" de comunidade da própria discussão e fala dos participantes; (e) construir relações com os informantes para aprofundar, individualmente, respostas e comentários considerados relevantes pelo grupo ou pelo pesquisador; (f) observar as comunicações não-verbais e o ritmo próprio dos participantes, dentro do tempo previsto para o debate.

A tarefa de condução do grupo focal, enquanto instrumento de pesquisa, exige do moderador habilidades específicas no manejo de discussões em grupo. Ele deverá ter sensibilidade e bom senso para conduzir o grupo de modo a manter o foco sobre os interesses do estudo, sem negar aos participantes a possibilidade de expressar-se espontaneamente. Desta forma os estudantes puderam apresentar concordâncias e discordâncias sobre os temas apresentados, socializando com o grupo sua opinião e entendimento sobre o tema discutido.

As pessoas, em geral, precisam ouvir as opiniões dos outros antes de formar as suas próprias, e constantemente mudam de posição (ou fundamentam melhor sua posição inicial) quando expostas à discussão em grupo. É exatamente este processo que o grupo focal tenta captar. Obtendo assim informações que fundamentem os resultados e objetivo deste estudo de forma sistematizada e redação dos resultados para a conclusão desta Dissertação.

Posteriormente, em 11 de junho de 2019 foi realizado o 1º encontro com os participantes. Neste encontro, a pesquisadora ressaltou a importância da participação dos mesmos e o percurso metodológico que a pesquisa seguiria. Foi esclarecido aos discentes que a qualquer momento os mesmos poderiam abster-se ou declinar da participação na pesquisa, bem como a reiteração de que as informações coletadas nos encontros e nas entrevistas seriam confidenciais, que o uso de imagens só seria divulgado mediante a autorização deles e de seus responsáveis. Neste encontro, alguns jovens rurais se abstiveram de participar dos grupos focais.

Um caderno digital foi aberto para anotações e registros de Campo, onde iniciamos as transcrições das falas dos sujeitos e das gravações dos áudios dos encontros, optei pelo uso da gravação, pois percebi que os jovens ficavam mais à vontade e desinibidos para interagir com o grupo.

Registramos os nomes dos participantes em caderno de campo e, para cada um, foi atribuído um Código de identificação conforme Tabela 4, de modo que nas gravações pudessem ser identificados. As entrevistas e grupos focais realizados totalizaram aproximadamente 3,5h (três horas e meia) de gravações e renderam 32 laudas de transcrição e, foram realizados nos períodos de 10 de junho a 19 de junho, totalizando 5 encontros focais; 25 entrevistas semiestruturadas que abordavam os temas propostos nesta pesquisa (APÊNDICE D). Estas ocorreram de forma espontânea e, às vezes, de forma informal, durante os intervalos, recreios, saída da escola e principalmente durante o intervalo do almoço quando eles se reuniam em maior número na biblioteca. Além das entrevistas, estes momentos foram fundamentais à pesquisadora para que pudesse criar melhor ambientação com os discentes, esses momentos de inteiração e socialização foram primordiais para o estreitamento da relação entre estudante e a pesquisadora, fato este que nos últimos grupos focais foram realizados em ambientes informais que propiciaram a melhor desenvoltura dos mesmos.

Tabela 4 – Códigos de Identificação dos Sujeitos por Gênero, idade e Série.

Sujeito	1º Ano		2º Ano	
	M/Idade	F/Idade	M/Idade	F/Idade
ALF1		14		
ALF2				15
ALF3				15
ALF4				16
ALF5				15
ALF6		14		
ALF7		15		
ALF8		15		
ALF9		14		
ALF10				16
ALM1	15			
ALM2	14			
ALM3	14			
ALM4			16	
ALM5			16	
ALM6	14			
ALM7			15	
ALM8			16	
ALM9			15	

Fonte: Dados da pesquisa (2019). Legenda: ALM: Aluno/Masculino / ALF: Aluna/Feminino; a cada Sujeito foi atribuído um código Alfanumérico.

O roteiro de questões norteou a discussão nos grupos, permitindo certa flexibilidade na condução do grupo focal, houve registros de temas não previstos, mas tornaram-se relevante para a pesquisa, tema como: transporte, insegurança e abordagem didática dos professores. A estruturação do roteiro foi fundamental por incentivar a participação de todos. Gradativamente foram sendo inseridos os tópicos mais específicos da pesquisa, bem como questões suscitadas por respostas anteriores.

Técnica de análise dos dados

No momento da análise dos conteúdos dos grupos, enfatizou-se a necessidade de utilização, nesse processo, de um método capaz de apreender opiniões solidamente mantidas e frequentemente expressas (GOMES; BARBOSA, 1999). No caso específico de pesquisas avaliativas, a análise sistemática e cuidadosa das discussões fornece pistas e *insights* sobre como um produto, serviço ou plano é percebido (CARLINI-COLTRIN, 1996). Entre as técnicas mais empregadas nesta fase, destacam-se a análise de conteúdo e a análise do discurso. Frente aos dados coletados, optamos em utilizar a técnica de Análise de Conteúdo.

A Análise de Conteúdo é uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicável ao seu contexto social. Na Análise de Conteúdo, o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem. Análise de Conteúdo trabalha com o conteúdo, ou seja, com a materialidade linguística através das condições empíricas do texto, estabelecendo categorias para sua interpretação. Aplicamos para materialização dos dados, a transcrição das falas dos estudantes, posteriormente hierarquizando as palavras em nuvens de *tags*, ou nuvens de palavras, obtendo assim o destaque das palavras mais citadas pelos alunos pesquisados.

Desta forma, optar pelo uso de abordagem do método de análise de conteúdo, justifica-se por demonstrar sua versatilidade enquanto técnicas. Conforme Bardin (2011)

indica que a utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados/inferência e a interpretação. Por tratar-se de pesquisas na área das ciências sociais inserida em instituições, a estrutura metodológica também deve ser rigorosamente planejada, considerando-se em primeiro plano, a ética do pesquisador. A obtenção de dados requer um redobrado cuidado do pesquisador quanto às opiniões dos sujeitos.

Conforme análise de Câmara (2013) por tratar-se de pesquisas na área das ciências sociais inserida em instituições, a estrutura metodológica também deve ser rigorosamente planejada, considerando-se em primeiro plano, a ética do pesquisador ao engendrar-se em determinada organização. A obtenção de dados requer um redobrado cuidado do pesquisador quanto às opiniões dos respondentes e da organização. Devem imperar, portanto, a ética e o rigor científico, no caminho a ser trilhado. (CÂMARA, 2013).

1 CAPÍTULO I

A JUVENTUDE RURAL ENQUANTO UMA CATEGORIA ANALÍTICA

1.1 Quem são estes Jovens Rurais?

É importante destacar que quando falamos em juventude rural, tratamos de uma categoria social diversa, relacional, construída a partir das experiências de trabalho, sociabilidade, troca cultural e interação socioambiental. Wanderley (2007) define os jovens rurais como aqueles que vivem o momento do ciclo de vida caracterizado pela transição entre infância e a idade adulta (WEISHEIMER, 2009), no mesmo contexto histórico de outros jovens, mas com a especificidade de terem o meio rural como espaço de vida, uma marca de sua situação juvenil. Paulo (2011) também considera que não se pode definir o jovem apenas de forma objetiva, mas sim dentro “de um conjunto das subjetividades” e que há a necessidade de entender esse segmento por meio da concepção de uma construção sociocultural ligada a um processo histórico.

A respeito das definições de quem são esses jovens, uma delas é a divisão etária que não é elemento cabível para tal definição, uma vez que ela parte de princípios biológicos, colocando a juventude numa linha do tempo em perspectiva evolutiva, a histórica social e política. Olhar o jovem enquanto “ser orgânico” não deixa de ser importante, desde que não percamos a percepção de que esses recortes etários são frutos de uma configuração social que é construída a partir de cada cultura. Como podemos observar, a partir de Weisheimer (2004), não há um consenso entre a faixa etária que define quem é jovem e quem não é, e isso dentro de uma mesma cultura, a “ocidental”.

Os limites de entrada e saída da condição juvenil nem sempre é uma tarefa fácil. Diversos pesquisadores, organismos internacionais e formações jurídicas definem a juventude a partir de diferentes recortes de faixa etária. Conforme a Organização Mundial da Saúde, a adolescência é definida como um processo fundamentalmente biológico, abrangendo as etapas da pré-adolescência (10-14anos) e a adolescência (15-19 anos) [...] A Organização Iberoamericana de Juventude (OIJ, 1994) e a Organização Internacional da Juventude (UNESCO, 1997) usam a faixa entre 15 a 24 anos. No Brasil, a abordagem demográfica do IBGE clássica o “grupo jovem” entre 15 a 24 anos em três recortes etários: 15 – anos como jovens adolescentes; 18 – 20 anos os jovens e, 21 a 24 anos como jovens adultos... Já de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 de 13/7/1990, o adolescente encontra-se na faixa de 12 a 18 anos. No entanto, é a definição da UNESCO produzida a partir da Conferência Internacional sobre Juventude, em Grenoble (1964), a mais utilizada por pesquisadores” (WEISHEIMER, 2004, p. 85).

Analisando a ideia do autor, o quê determina são os modelos de recortes etários de quem é jovem ou não naquele determinado contexto de tempo e espaço.

Dentro de uma perspectiva sociológica, Nascimento (2014) e Pereira (2007) apresentam uma concepção de juventude a partir do contexto geracional, porém, que não é homogênea, destacando que dentro da mesma geração não é possível à homogeneidade, pois, nem todos os jovens vivem a mesma realidade internamente, e nem concordam igualmente, não existindo, assim, um consenso sobre o contexto social vivido por eles.

[...] a chave da geração não pode conceber os jovens como um todo homogêneo, pois o pertencimento a uma geração não significa, necessariamente, partilhar dela as mesmas ideias, as aspirações e ações. Assim como há diferenças entre jovens de classes sociais distintas, também o há entre jovens de uma mesma geração a partir da forma como interpretam e experimentam sua vida social. A ideia central é que, embora existam vínculos culturais entre os membros de uma geração, não decorre daí que eles constituam um grupo social concreto, como o simples pertencimento de um indivíduo a uma classe social não implica – necessariamente – que ele tenha consciência de classe (PEREIRA, 2007, p. 39).

Nessa perspectiva, conforme aponta Pereira (2007), o recorte etário não absorve, por completo, o contexto vivido pelos jovens, assim como a ideia de homogeneização, como instrumento para definição da juventude é inapropriado. O autor destaca a existência de três principais correntes teóricas que pensam a juventude: geracional, classista e a culturalista. A abordagem geracional a respeito da categoria juventude a compreende enquanto um momento da vida. O eixo norteador desta corrente teórica está pautado na discussão sobre continuidade e descontinuidade dos valores e normas desta geração.

Segundo Nascimento (2014), para que se tenha uma noção clara do modo de interpretação geracional da juventude é preciso conhecer os princípios que servem de base para tal definição. A partir da concepção geracional, geralmente a tendência é os jovens terem contato com o mundo e interpretarem seus conflitos como parte de uma geração, e não como membros de uma classe. Porém, mesmo assim, tal experiência conflitiva não é compartilhada por todos, existem muitos jovens que não se sentem parte neste processo de reflexão a respeito do contexto em que estão inseridos.

Lopes (2008) considera que a definição de juventude deve seguir uma metodologia dinâmica que não permita estabilidade. Reforçando essa ideia Castro (2004) apresenta elementos que nos ajudam a entender como a categoria juventude vai sendo construída socialmente. Ela apresenta as mais diversas concepções que determinam quem é jovem e quem não é, e chama atenção para a seguinte preocupação:

O debate sobre a categoria “juventude” torna-se central na medida em que as muitas concepções definem olhares e mesmo a atuação do poder público. No entanto, independente do recorte, esse objeto de investigação carece de um aprofundamento sobre a própria construção da categoria. Permeada de definições genéricas, associada a “problemas” e “expectativas”, a categoria “juventude” tende a ser constantemente substantivada, adjetivada, sem que se busque a autopercepção e formação de identidades daqueles que são definidos como “jovens”. Há muito a ser percorrido neste campo investigativo para ampliarmos nossa compreensão sobre as muitas juventudes “urbanas” e “rurais” (CASTRO, 2004, p. 5 e 6).

Compreendendo a juventude a partir de uma construção sociohistórica, Meireles Neto (2009) entende que ela é a responsável pela possibilidade de colocar em crise as normas postas pelo grupo social que faz parte; quando se diz aqui “possibilidade” é porque no contexto vivido por aqueles considerados jovens dentro do grupo social, a liberdade e os limites são mecanismos utilizados pelo grupo para manter a ordem, o controle sobre os mesmos.

Meireles Neto (2009), partindo de um embasamento sociológico sobre a definição da juventude, nos apresenta a relação juventude, sociedade e como a subalternidade deve ser superada:

[...] a noção de juventude impõe-se como categoria histórica e social, no momento em que se afirma como produto histórico, isto é, como movimento de juventude – uma categoria social sobre a qual reflete de modo particular, a crise do sistema. A sociedade passa a ser, objetivamente, o ponto de contestação. É nessa fase de vida em que ocorre o ápice da contradição entre potencial criativo e os bloqueios

impostos pela sociedade capitalista. Significa dizer que, a sociedade patriarcal capitalista impõe uma lógica de subalternidade nas relações sociais com este seguimento da população, colocando-os em posição inferior aos adultos... Urge combater a ideia hegemônica naturalizada pela sociedade de que a juventude é imatura e inexperiente – e que, portanto, precisa ser preparada para o depois, como também ter acompanhamento (intervenção) dos “experientes”. A nosso ver, compreender o papel das juventudes na condição das transformações sociais como sujeitos e protagonistas das transformações que se quer construir, é um imperativo, uma vez que essa postura possibilita que as potencialidades deste ser social se manifestem na sua plenitude, na disputa pela hegemonia na sociedade (MEIRELES NETO, 2009, p. 47).

O que fica intrínseco é que a juventude não pode ser considerada homogênea, não existe a juventude, mas “as juventudes”. Para Carneiro (1998), a categoria juventude precisa ser compreendida a partir de um ponto que seja capaz de dar conta da estratégia utilizada pelos jovens para a realização de seus projetos de vida. Esta forma de pensamento da autora é retratada com mais veemência à frente.

Neste campo de reconhecimento e auto identificação, a juventude rural vem se afirmando por meio de um amplo espectro de identidades, caracterizado pelas identidades como jovem camponês, quilombola, assentado, quebradeira de coco, agricultor familiar, negro, ribeirinho, assalariado, sem-terra, indígena, extrativista, entre outros. A partir destas pertencas, afirmam-se como sujeitos de direitos e demandam políticas públicas coerentes com suas realidades, por meio de horizontes participativos.

A “juventude rural”, simbolicamente, é idealizada na forma de uma série de comportamentos e atitudes, como distintivos próprios desta transição. A esta categoria se atribui nas diferentes sociedades transitoriedades singulares, critérios etários, socioculturais, dentre outras variantes (SPOSITO, 2006). Na verdade, trata-se de uma categoria relacional que só pode ser observada em contextos específicos (espaço) num determinado momento histórico (tempo). Assim, tempo e espaço apontam os movimentos socioculturais que definimos por juventude, e mais especificamente, por juventude rural (PEREIRA, 2004a).

A multidimensionalidade da categoria juventude rural também deve ser compreendida a partir dos componentes étnico, de gênero, territorial, de orientação afetivo-sexual e religioso. De acordo com Stropassolas (2002, p. 131), “abordar teoricamente a juventude representa um desafio, na medida em que se considera esta categoria como sociologicamente problemática”, o que nem sempre é verdade, pois ao se colocarem como indivíduos críticos do seu tempo, questionarem os valores e as verdades herdadas, esses jovens buscam se diferenciar das gerações passadas.

No caso específico da juventude rural, Carneiro e Castro (2007) compreendem essa categoria em sua dupla dinâmica social. Por um lado, a dinâmica territorial que relaciona a casa (a família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o mundo urbano-industrial) e, por outro lado, a dinâmica temporal, relacionada ao passado das tradições familiares, que inspira práticas e estratégias no presente e no encaminhamento do futuro. De acordo com Carneiro e Castro (2007, p. 24), “mais do que espaços distintos e sobrepostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade”.

Conforme Pereira (2004b), a construção da identidade entre os jovens rurais da atualidade é construída através das relações sociais e culturais que possibilitam um repensar sobre suas identidades e suas realizações pessoais, muito mais que as gerações passadas, onde estes jovens vislumbram melhoras socioeconômicas.

Portanto, a necessidade de entender o meio rural como um espaço de vida e as relações que os jovens vivenciam, uma vez que, somente por meio do conjunto dessas relações, com a

família e com o mundo, e junto com a percepção que o próprio jovem tem dele mesmo, é que será possível entender as identidades desses atores sociais.

Weisheimer (2004) encontra-se a ideia de que a matriz motivadora da migração dos jovens é o conflito entre o seu projeto de vida e o planejado por seus pais. De certa forma, há nos jovens uma vontade de construir e administrar o seu projeto de vida, o que, geralmente, não podem fazer sem a independência familiar. Às vezes, acontece de os jovens terem que deixar o seu projeto de vida pessoal para abraçar o familiar.

Os jovens rurais sofrem ainda com as representações depreciativas que vinculam o rural à ideia de atraso e com as consequências dessa depreciação em relação ao urbano. A juventude rural enfrenta, ainda, problemas de aceitação como sujeitos capazes de participarem socialmente e politicamente, tanto na família como na sociedade em que vivem, por serem inferiorizados nas relações de hierarquia familiar e também “nos espaços de organização coletiva, sejam em assentamentos, acampamentos e outras comunidades rurais, seja nos movimentos sociais” (CASTRO, 2009, p. 39).

A juventude rural ainda é vista como minoria entre os jovens, “temos, de acordo com a PNAD (2006) que a população de 15-29 anos é de 49 milhões de pessoas (27% da população total), dos quais 4,5% rurais, ou seja, oito milhões de jovens” (CASTRO, 2009, p.44). Portanto, a juventude rural não é um grupo tão pequeno como se pode acreditar à primeira vista.

Segundo Carneiro (1998, *apud* CASTRO, 2009), “os jovens rurais seriam aqueles que vivem o ‘dilema’ do trânsito entre o campo e a cidade, e sofreriam de forma mais direta as transformações sociais no meio rural”. A saída do jovem do meio rural coloca, em geral, em evidência, os elementos de atração da vida urbana como o trabalho remunerado, horários regulares de trabalho o que possibilita tempo livre para o lazer e estabilidade financeira, existindo uma relação mais atrativa, diferente do lugar de origem, onde as situações não são muito atraentes, como por exemplo: a falta de horários regulares, a falta de férias, a percepção da atividade agrícola como um trabalho penoso, onde o indivíduo se expõe ao calor e ao frio, sendo também uma atividade com rendimentos instáveis e mal remunerada.

Durston (1997) prefere seguir uma abordagem teórica diferente, pois, em sua concepção, a realidade vivida pelos jovens rurais é distinta, tem suas particularidades, e por conta dessa heterogeneidade é impossível pensar a juventude apenas a partir de uma cultura híbrida incapaz, no pensamento do autor, de suprir as diversas realidades vividas pelos jovens do campo (WEISHEIMER, 2004).

Entendemos, portanto, “juventudes como unidade do diverso econômico, cultural, étnico, de gênero, de religião etc.” (FRIGOTTO, 2004).

Então, os jovens rurais são sujeitos que vivem a passagem para a vida adulta, no mesmo contexto histórico de outros jovens, mas possuem peculiaridades pelo fato de viverem no meio rural, mesmo transitando em espaços urbanos. O jovem rural é visto na sociedade como aquele que vive no campo; como filho de agricultor e pequenos produtores sem-terra. Os jovens rurais expressam suas articulações coletivas em busca de legitimidade política através de produções musicais, de documentos e poesia, buscando maiores espaços de acesso à educação, trabalho, lazer e cultura respeitando as suas identidades, permitindo ver os jovens rurais como atores sociais que lutam pelo reconhecimento da categoria juventude rurais, e ainda buscam se afastar dos estereótipos que hierarquizam as imagens e relações entre rural e urbano.

A identificação dos possíveis elementos que têm contribuído para que a jovem rural venha sair do campo para cidade, tais como desejo de morar na cidade, a necessidade de conseguir um trabalho, a falta de espaços de lazer, a autonomia familiar, cursar uma faculdade, ausência de políticas públicas, não só contribui para uma análise da saída da jovem da casa dos pais, mas também para analisar a relação do modo de vida familiar.

Além da ausência de políticas públicas, existe a restrição de políticas sociais, como assistência à saúde, moradia digna, educação de qualidade, dentre outros. Esse contexto arrisca-se a mensurar que a saída das jovens do âmbito familiar para a cidade está centrada mais em questões externas que internas ao ambiente familiar. Esses fatores externos acabam influenciando na construção do projeto de vida desses jovens, fazendo com que alguns trilhem caminhos diferentes de seus pais.

Conforme Pereira (2004b), a possibilidade de realizar projeções quanto ao futuro, às relações de amizade e convivência entre os jovens do campo e cidade são fatores que influenciam no comportamento dos jovens do campo, perdendo assim suas características e identificação de sujeitos “apenas rurais”. Além disto, outro aspecto destacado por Pereira (2004b) são as maiores ofertas de condições objetivas de trabalho e o acesso à educação e ao lazer que ampliam as possibilidades de socialização entre estes jovens rurais, tornando assim um dos maiores fatores que favorecem ou não a sua permanência no campo. Até que ponto os jovens rurais que frequentam o curso técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) se aproximam ou se afastam de outras juventudes rurais analisadas no Brasil? Quais os anseios e as expectativas desses jovens ao se inserem no curso técnico em Agropecuária do IFAM para sua realização pessoal e familiar?

Isto posto, a pesquisa procurará caracterizar qualitativamente e quantitativamente um grupo de jovens que buscam o Instituto Federal do Amazonas no Município de Presidente Figueiredo e representam uma parcela específica da população rural. Assim, lançando um olhar crítico à região Metropolitana do Município de Presidente Figueiredo, partindo do pressuposto de que o jovem busca rupturas para melhoria social e familiar, porém ainda possui um olhar especial sobre sua origem e cultura, isso está relacionado ao fato que o jovem rural busca ser ao mesmo tempo igual e diferente do jovem urbano (PEREIRA, 2004b). São esses movimentos de estarem no meio rural, mas buscarem se afastar de um rural precário, buscando identificação com os valores urbanos, visto os conceitos criados de que a cidade proporciona melhores condições de vida (educação, trabalho e lazer).

1.2 A Juventude no Norte do Brasil: Características Socioeconômicas e Culturais

A ideia de juventude amazônica, conforme Araújo e Alves (2017), parte das peculiaridades e singularidades étnicas, biológicas e de gênero. Ao mesmo tempo, apontam as dimensões sociais como centrais para construção histórica, pois os jovens de origem periférica e ou interiorana, em sua maioria, estão em condições de maior precariedade social, em relação aos jovens dos grandes centros urbanos. Os jovens ribeirinhos e jovens interioranos são os que não moram na cidade e que não possuem com mais facilidade acesso à educação, à saúde, ao esporte e ao lazer. Portanto, não é somente a condição étnica ou de raça que definem a vida da juventude amazônica, mas em especial, a condição que lhe é oportunizada.

O Relatório do Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ/IPEA 2016), criado pela ONU em 2003, referente à educação, à saúde e à renda apenas, para medir as condições de vida dos jovens, colocam os estados da Amazônia (novamente considerando só a Região Norte) entre os piores do Brasil. Pelo IDJ, nenhum estado nortista se posiciona sequer entre os dez melhores índices nacionais. Esses se resumem às unidades federativas do centro-sul (IPEA, 2016).

No campo habitam 26,5% da população juvenil da Amazônia, quando a média brasileira é de 16%. E isso porque se computa, generosamente, pequenas vilas e municípios como meios urbanos, quando eles são quase indistintos do espaço rural. Um campo que, a cada dia, se depara com a introdução de chagas sociais tipicamente "urbanas": drogatização, prostituição, violência, criminalidade, etc.

Segundo os recentes dados do IPEA (2016), publicados no livro Juventude e Políticas Sociais no Brasil, a comparação com a média nacional lançaria luz sobre os dados na Região Norte, 13,2% das jovens entre 15 e 19 anos já têm filhos, sendo que 44,4% delas estão na faixa de renda de até meio salário mínimo. Uma em cada dez meninas de 10 a 19 anos tem pelo menos um filho. 64,61% dessas só possuem, no máximo, sete anos de escolaridade. Em 2008, foram 42.614 novas jovens mães. Das moças entre 10 e 17 anos com filhos, 75% não estudam e 57% delas nem trabalham.

Em relação aos jovens indígenas¹, segundo estudos da ONU e FUNAI, eles e elas enfrentam dilemas ultra singulares, como altos índices de suicídio, obstáculos à promoção da identidade e da tradição de suas comunidades, dificuldade de acesso à saúde, impasses linguísticos, desnutrição, cooptação por gangues que se organizam ao redor das aldeias, violência dentro das escolas e expansão vertiginosa (e focada nos jovens) do alcoolismo e da AIDS, além de que 38% dos 786 mil índios brasileiros vivem em situação de extrema pobreza, o que afeta pesadamente os jovens das aldeias (IBGE, 2010).

Essa situação, segundo o Relatório da ONU (período de 2010 a 2015) (IPEA, 2016), é resultado de políticas errôneas de assimilação, desapropriação de terras, marginalização/racismo nos ambientes de convívio misto (como escolas) e abusos de forças militares. Não é à toa que, antes fenômeno marcante do jovem camponês, agora os jovens índios acabam deixando suas áreas ancestrais e migram para as cidades em busca de melhores oportunidades e acabam, quase sempre, tendo o mesmo final dos primeiros: viver em favelas, marginalização, alcoolismo, exploração sexual etc.

Nesse cenário de exclusão socioeconômica que enfrentam as populações da Amazônia, os jovens são os mais atingidos por estarem no processo de construção de seus projetos de vida, na busca de uma realização pessoal, familiar e comunitária. Sendo assim, é fundamental pensar os projetos educacionais de formação dos jovens, assim como suas oportunidades de trabalho e renda para permanecerem nos seus locais de origem.

Ao observarmos os números do IBGE (2016), notamos que os desafios da juventude amazônica são ainda maiores em relação aos jovens de outras regiões do Brasil. Devemos considerar as multipeculiaridades dessa juventude e propiciar condições necessárias para que possam ter as mesmas oportunidades que outros jovens brasileiros. Em relação ao processo de desenvolvimento da Amazônia, temos que analisar qual o melhor projeto político da região para os jovens. A elaboração de propostas políticas direcionadas a educação e ao mercado de trabalho na Amazônia deve levar em consideração os diferentes aspectos culturais que envolvem as diferentes juventudes (indígenas, quilombolas, produtores rurais, ribeirinhos, etc.).

Destacamos aqui uma experiência vivida durante a atividade prática em Educação escolar indígena na aldeia Sateré-Mawé SahApé², localizada na vila de Novo Ayrão, no município de Iranduba, Amazonas. Nesse momento, tivemos a oportunidade de compreender o campo político do indigenismo, seu entendimento em ser um jovem indígena, as dificuldades, precariedade e exclusão social. Observamos que estes jovens indígenas

¹ Mais da metade da população indígena vive na Região Norte e na Região Centro-Oeste do país, especialmente na Amazônia, único lugar onde as reservas são todas demarcadas. O Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) encontrou 305 etnias: 250 dentro das terras indígenas, 300 fora delas. Do total de indígenas declarados ou considerados, 672,5 mil (75%) declararam o nome da etnia, 147,2 mil (16,4%) não sabiam e 53,8 mil (6%) não declararam. A maior etnia é a Tikuna, com 6,8% da população indígena. Também foram identificadas 274 línguas, sendo a Tikuna a mais falada (34,1 mil pessoas). Dos 786,7 mil indígenas de 5 anos ou mais, 37,4% falam uma língua indígena e 76,9% falam português. A maioria dos Tikunas estão divididos em 70 aldeias espalhadas ao longo do rio Solimões. Encontramos ainda várias aldeias dos Sateré-Maués, dos Macuxis e outras etnias, sendo a tribo Macuxi formada por índios mais adaptados a vida urbana.

² Essa atividade fez parte dos trabalhos de campo da Turma IFAM2017/2, do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola (PPGEA) da UFRRJ. O trabalho de campo foi realizado no período de 17 a 22 /09 de 2018.

definiram estratégias próprias para gestão do turismo e da etnicidade, quer dizer buscando desenvolver-se sem perder suas raízes culturais, suas crenças e amor à terra. Destacamos também que, embora haja uma diferença sociocultural dos anseios dos jovens quanto ao futuro, são comuns almejarem melhores oportunidades de qualidade de vida e formação escolar.



Figura 1: Jovens Indígenas da Aldeia Sahuapé
Fonte: Atividade de Campo (2018.2) - Novo Ayrão/Iranduba/AM

Outro momento registrado durante o mestrado foi a prática de Educação do Campo, onde pude constatar a alegria de jovens ribeirinhos ao nos relatar o que é ser um jovem em plena floresta, de ajudar seus familiares, em dominar conhecimentos e técnicas de produção peculiares em área de várzea, conhecimento adquirido junto com seus pais e antepassados. Contudo, esses jovens criticam a falta de investimento social, como: educação, saúde e infraestrutura nas suas comunidades, e se preocupam com seu futuro. Essa situação aparece também nas falas de jovens indígenas e caboclos. Eles sentem a necessidade do progresso, mas se preocupam com tão acelerado e desordenado desenvolvimento que afeta a produção familiar e, conseqüentemente, a renda familiar e o esvaziamento do campo.

Isso é constatado na colocação de um jovem produtor rural da Comunidade do Arapapá. Ele destaca com tristeza os danos causados pelas queimadas na região e o fluxo de banhistas. A agricultura vem sofrendo com os danos causados pelo desmatamento e a expansão populacional durante a construção da ponte do Rio Negro e a intensificação das queimadas na região, para loteamento de condomínios e construções de inúmeros empreendimentos como postos de gasolina, olarias, cemitérios, indústrias carvoeiras etc. Mesmo antes da construção da ponte, o acesso era somente por barco ou balsas. Hoje, a expansão territorial urbana vem incorporando antigos espaços rurais no município de Iranduba, mas não garantindo igualdade de oportunidades para as populações rurais que estão sendo incorporadas nesse processo de expansão. Trata-se de refletir sobre o processo de (des)humanização desta juventude demonstrando que a questão de classe social aliada a outros elementos como a violência (e ainda outras variáveis, especificamente relacionadas a cor, idade e gênero), constrói um perfil de jovem mutilado de suas necessidades básicas. (ARAÚJO et al., 2007).

Na verdade, a região que chamamos de Amazônica contempla uma gama de culturas: Povos das águas, das florestas e dos campos amazônicos - ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, pescadores, agricultores familiares etc. Esses povos afirmam sua identidade reproduzindo historicamente o seu modo de vida, de produzir e existir culturalmente e ambientalmente. Nesses povos estão muitos jovens que estabelecem relações com outros espaços sociais, inclusive urbanos e que

contribuem para um repensar sobre suas identidades e das possibilidades que elas oferecem para sua reprodução social.

É expressivo o contingente de jovens na Região Amazônica. Dados do Censo Demográfico (IBGE, 2016) indicam que 26,5% da população amazônica é jovem, especializada nos estados, como demonstrado na Gráfico 1:

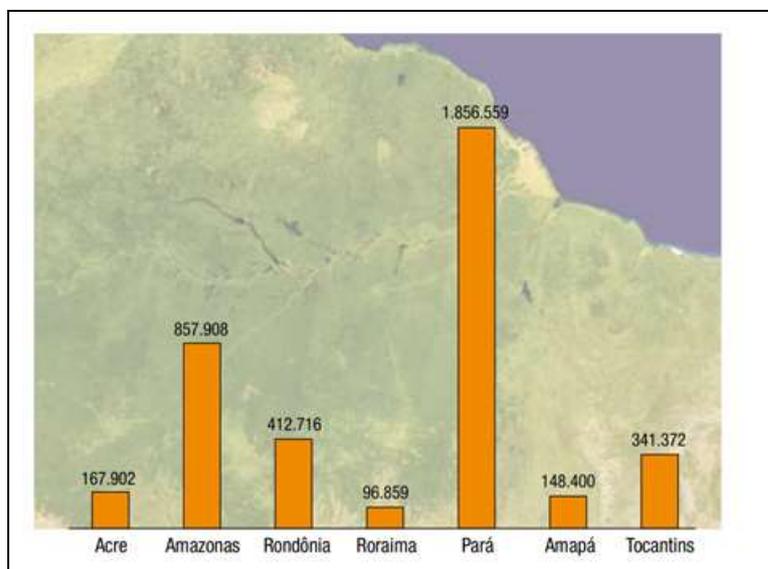


Gráfico 1: Gráfico representativo de Jovens no Amazônia.

Fonte: IBGE (2018).

Ao analisarmos o Gráfico 1, podemos observar que a juventude amazônica possui um grande número representativo que marca cada estado da região do Norte, cujo processo histórico de antropização foi pontuado por conflitos de terras, exploração da flora e de minérios e o contexto atual é agravado por contradições e desigualdades.

É pertinente a análise de Carneiro (2005) quando afirma que é "(...) importantes termos em mente a impossibilidade de traçar um perfil da juventude rural brasileira ou de construir um padrão, um tipo ideal, do jovem rural (...)". Assim, também não é possível traçar um perfil da juventude rural amazônica, mas há muitos elementos que potencializam reflexões sobre a juventude numa perspectiva multidimensional, entendida como grupos cambiantes, situados em espaços sociais e temporalidades que lhes atribuem múltiplos significados.

1.3 Cotidiano e Identidades dos Jovens da Amazônia

O trabalho, a educação, a família e o lazer marcam o cotidiano de jovens rurais da Amazônia. A importância da tríade trabalho-educação-família na centralidade da vida dos jovens é analisada por Freire (2002, 2007), como fontes propulsoras de melhorias e perspectivas de futuro; a dinâmica do trabalho é marcada pelo trabalho de cultivos, de criação, do extrativismo e da pesca, criando subsídios de subsistência familiar; a educação advém como fonte capacitação, de melhores oportunidades de futuro, de construção social, de ascensão pessoal e familiar.

A cultura das comunidades rurais amazônicas tem sido reinventada na tensão tradição-modernidade, incorporando elementos materiais e simbólicos da vida urbana, mas preservando também elementos que os diferenciam da cidade, a exemplo da simbiótica relação com a natureza, da organização econômica e das relações sociais, do manejo dos

recursos naturais e, é claro, a relação com o outro. No âmbito da sociedade, a aproximação entre família e comunidade é marcada pela amizade e pelo contexto sociocultural.

Esta proximidade do cotidiano pela comunidade permite uma identificação e valorização pelos jovens moradores rurais. A identidade cultural dos sujeitos, exerce significativa influência na reprodução das identidades desses jovens.

A identidade cultural perpassa a dimensão simbólica, valorativa, normativa e organizativa da sociedade. Assim, as juventudes amazônicas revelam no seu cotidiano e em seus projetos de vida traços singulares de identidades na cartografia sociocultural juvenil, mas também os inserem no circuito de culturas hegemônicas.

Os projetos de vida dos jovens no campo amazônico, assim como os da cidade têm no trabalho e na educação a sua centralidade. Novaes (2003), entre outros, revela em seus estudos, a pertinência dessa assertiva. Destacamos aqui que a juventude do campo não é uma idealização abstrata, romântica, mas vivenciada na concretude da realidade, que é complexa, contraditória e desigual. Nesse cenário a educação é vista como fonte necessária e vital de melhoria de qualidade de vida.

1.4 O Desafio da Educação para Juventude: Um Campo Polêmico para os Jovens na Amazônia

Os povos da região têm protagonizado mobilizações e conquistas e os jovens têm impresso suas marcas em lutas, martírios, conquistas e resistências. A afirmação da condição de sujeitos de direitos tem impulsionado a organização e a mobilização social de jovens no Brasil e na Amazônia.

A histórica invisibilidade da juventude rural tem sido rompida. Cercas que impunham processos de exclusão acentuados aos jovens ribeirinhos, das florestas e do campo têm sido superadas gradativamente por iniciativas do poder público em diferentes esferas: federal, estadual e municipal, aliadas a jovens militantes, entidades não governamentais e movimentos sociais. Destacamos que, embora haja este engajamento, ainda observamos que faltam aplicações de políticas públicas voltadas à juventude da região Norte que atendam as suas especificidades.

Muitos são os desafios e entre eles se destacam a necessária formulação e implementação de políticas públicas capazes de superar as assimetrias regionais construídas historicamente no país. As análises de Carneiro e Castro (2007) destacam importantes discussões na compreensão de políticas públicas para juventude no Brasil, as autoras sinalizam três tipos de olhares o acadêmico, o político-governamental e de movimentos sociais, dos quais trazem uma reflexão sobre as políticas públicas específicas para a juventude rural e ao seu empoderamento, permitindo assim o acesso e em especial permanência desses jovens na escola, através de programas e projetos que desperte o interesse desses jovens e possibilite a sua permanência desde na escola.

Conforme estudo realizado por Meira (2015), a evasão escolar apresenta-se, historicamente, como uma das fraquezas do sistema educacional brasileiro e o tema vem sendo discutido por pesquisadores e educadores há algum tempo, ganhando destaque nos dias atuais devido ao fato de ser uma questão ainda longe de estar resolvida, com índices de abandono escolar crescentes atingindo taxas altíssimas em todo o país, afetando os diversos níveis de ensino em instituições públicas e privadas (MEIRA, 2015).

Estatísticas oficiais sobre a escolarização da população brasileira (IBGE, 2018; IDEB, 2018 e PNAD 2018) evidenciam dados sobre educação e o percentual de pessoas alfabetizadas. No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua, 2018), em 2018, a taxa de analfabetismo de jovens acima de 15 anos de

idade estava estimada em 6,8% (11,3 milhões de analfabetos). Em 2017 dados apontavam 7%, sendo que o número de pessoas de 15 anos ou mais que são analfabetos apresentou uma redução de aproximadamente 121 mil pessoas. (IBGE, 2018).

A Região Nordeste apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%) entre os jovens, em torno de quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões Sudeste e Sul (3,5 e 3,6%, respectivamente). Na Região Norte essa taxa foi 8,0 % e no Centro-Oeste, 5,4%. A taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi 7% e para as mulheres, 6,6%. Para as pessoas pretas ou pardas (9,1%), a taxa de analfabetismo foi mais que o dobro da observada entre as pessoas brancas (3,9%). O nível de instrução foi estimado para as pessoas de 25 anos ou mais de idade, pois pertencem a um grupo etário que já poderia ter concluído o seu processo regular de escolarização. (IBGE, 2018).

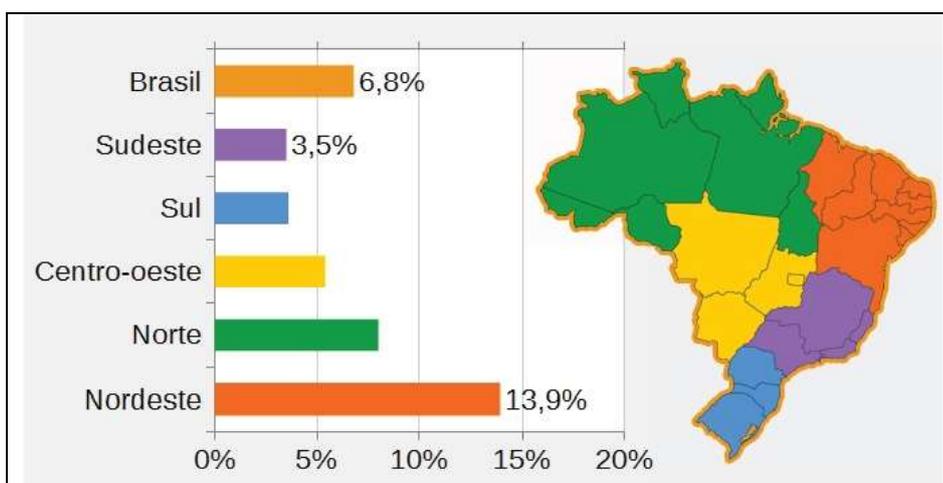


Gráfico 2: Taxa de Evasão escolar de pessoas de 15 anos ou mais idade (2017)

Fonte: IBGE (2018).

A análise dos dados apontados pelo IBGE 2018, conforme o Gráfico 2, demonstra um índice de 8% de evasão escolar entre jovens nortistas, este dado nos leva a questionar quais as causas e fatores que levam os jovens à evasão escolar. Sabemos que há várias causas, mas destacamos algumas sinalizadas pelos jovens rurais durante nossa pesquisa de campo, entre os quais os jovens destacam muito os fatores de desestímulo acadêmico, transporte/ acesso à escola, a necessidade de trabalho, família/filhos e cansaço. Johann (2012), destaca ainda outros fatores que impulsionam o contexto da desistência escolar: más condições de vida de grande parte da população escolar brasileira, péssimas condições político-econômicas, programas de governo ineficazes, currículos descontextualizados, falta de incentivos e estagnação do trabalho pedagógico, a estrutura das instituições de ensino, as práticas pedagógicas, a atuação docente e a falta de sentido para estudar.

Ao analisar os estudos da Fundação Getúlio Vargas (2009), outras possíveis causas da evasão escolar são apontadas: a falta de acompanhamento dos pais na vida escolar do aluno; as dificuldades com transporte escolar devido a superlotação, precariedade e distância da escola; os problemas familiares e as dificuldades de aprendizagem, fatores estes que reiteram as falas jovens sujeitos desta pesquisa. Conforme Bissoli (2010) afirma, existem outras causas identificadas na experiência do cotidiano da escola, tais como: falta de autoestima, fragilidade na saúde, má alimentação, indisciplina, ausência de perspectivas futuras, incapacidade para assimilar o que é ensinado, incompatibilidade com professores, além de outras que levam os jovens a abandonarem a escola.

Meira (2015) ressalta que:

o fato de que todas as causas expostas e discutidas são concorrentes e não exclusivas, ou seja, a evasão escolar se verifica em razão da somatória de vários fatores e não necessariamente de um especificamente. Pode ser o resultado de fatores psicológicos, referentes aos aspectos cognitivos e psicoemocionais do próprio aluno, e/ou institucionais, decorrentes dos métodos de ensino utilizados pela escola, desdobrando-se na falta de autoestima por parte do aluno devido a sua incapacidade para assimilar o que é ensinado. O fato é que esse déficit de aprendizagem compromete o avanço do estudante, contribuindo para sua reprovação, retenção e consequente evasão. (Meira,2015, p. 95-96)

Por isso, a necessidade de levantar as causas, razões e motivos que desencadeiam a evasão, está relacionada a possibilidade de planejar ações institucionais para diminuir esta situação. Neste caso, detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola e evitar as possíveis consequências, individuais ou sociais, advindas desse processo de evasão, altos índices de desempregos ou subempregos, violências, extrema pobreza etc.

Nesse contexto, a evasão escolar se caracteriza pela estreita ligação com a exclusão social, pois o indivíduo deixando de ter acesso ao saber, fica afastado de outros direitos, como sua participação na política, na economia e na vida social. A educação constitui o alicerce para que os indivíduos propiciem as verdadeiras mudanças sociais necessárias à melhoria da qualidade de vida e progresso da sociedade que este está inserido (GAIOSO, 2005).

Diante do exposto, o combate à evasão escolar nessa perspectiva surge como um eficaz instrumento de prevenção e combate à violência e à imensa desigualdade social que assola o Brasil, e em especial os estados no Norte e Nordeste do país, beneficiando toda a sociedade. Infelizmente, ainda não há uma efetividade ao combate à evasão escolar, seja em nível de escola, ou em nível de sistema de ensino. Para nós, fica evidente que os jovens da Amazônia estão inseridos nos mesmos problemas que atingem os jovens de outras regiões do Brasil, mas que sua situação é agravada pelas peculiaridades que envolvem o cenário socioeconômico que enfrentam, como a extrema falta de infraestrutura, pobreza extrema e falta de políticas públicas específicas para os povos da Amazônia.

2 CAPÍTULO II

CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO E O INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS: QUAIS AS OPORTUNIDADES PARA OS JOVENS?

2.1 O Município de Presidente Figueiredo: Aspectos Históricos, Sociais e Físico-Geográficos

O município de Presidente Figueiredo está localizado no nordeste do Estado do Amazonas. Sua sede municipal está localizada as margens da BR-174, constituindo-se como a principal via de acesso ao município. Sua área territorial é de 25.459,099 km^2 e sua população, segundo estimativas do Censo Demográfico de 2018 (IBGE, 2019), é de 36.279 habitantes, com uma densidade demográfica de 1,07 habitantes por km^2 . O município tem aproximadamente 48% de população morando na zona urbana e 52% na zona rural (IBGE, 2018). Desta forma, estima-se que o município abriga aproximadamente 18.864 habitantes na zona rural.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 10,49%. Na UF, esta taxa foi de 3,28%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 45,59% para 48,33%.

Quadro 2 População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Município - Presidente Figueiredo/AM de 2011 a 2016.

População	População (2010)	% do Total (2010)	População (2019)	% do Total (2019)
População total	27.175	100,00	36.279	100,00
População residente masculina	14.350	52,81	19.880	54,80
População residente feminina	12.825	47,19	16.399	45,20
População urbana	13.001	47,84	15.357	42,33
População rural	14.174	52,16	20.922	57,67

Fonte: Dados IBGE (2019).

Entre 2010 e 2019, a população de Presidente Figueiredo cresceu a uma taxa média anual de 4,56%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Em menos de uma década, a taxa de urbanização do município passou de 48,33% para 47,84%. Em 2010, viviam no município 27.175 pessoas, em dados coletados pelo IBGE 2019 este número subiu para 36.279 habitantes, uma crescente diferença de 9.107 habitantes, este salto ocorreu pela migração da população mais idosa das grandes cidades em busca de moradias na zona rural, do qual entendem ser um lugar mais tranquilo e seguro para se morar.

Observamos ainda no Quadro 2 que o número da população rural predomina sobre a urbana da sede do município, destacando-se pela agricultura familiar que desenvolvem suas atividades agropecuárias em aproximadamente 2.468 estabelecimentos agropecuários

(número de lotes em assentamentos de reforma agrária e os lotes legalizados pelo programa Terra Legal em Presidente Figueiredo) (SCHWADE, 2012).

As atividades econômicas desenvolvidas no município são diversas e os valores do Produto Interno Bruto (PIB) referente ao ano de 2018 estão divididos em: agropecuária 280,7 milhões reais, valor que representa 52,6% do PIB; atividades de serviços 183,6 milhões reais, 34,4% do total produzido; atividades industriais 53,6 milhões reais, 10,1% do total produzido; e 15,9 milhões reais provenientes de impostos sobre produtos líquidos de subsídios, valor que representa 3,0% do PIB do município; totalizando 534 milhões de reais, valor correspondente a apenas 0,8% do PIB estadual, mas que lhe rendia quarto lugar entre os municípios da Região Metropolitana de Manaus e o sétimo lugar entre as maiores economias dentre os 62 municípios do Amazonas (IBGE, 2019).

As atividades agropecuárias são as que mais ocupam mão-de-obra no município. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010 aproximadamente 33% das pessoas, ocupadas na semana de referência, tinham como trabalho principal atividade ligada à agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, como pode ser visto no Quadro 3.

Quadro 3: Demonstrativo da distribuição da ocupação da população em 10 anos ou mais, em Presidente Figueiredo

Atividade	Porcentagem em relação a população Total
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.	32,73%
Serviços diversos.	27,28%
Comércio.	9,05%
Educação, ciência e tecnologia.	6,52%

Fonte: (IBGE-2018).

A construção da BR-174 (1970-1977) impulsionou a criação do município de Presidente Figueiredo (1981), além da instalação de diversos projetos, alguns anteriores à criação do município, como: a empresa Jayoro (1970), a rodovia estadual AM-240 (1978), a Usina Hidrelétrica de Balbina (1989), o Projeto de Mineração do Rio Pitinga (1982) e os projetos de colonização Projeto de Assentamento (PA) Uatumã (1987), PA Canoas (1992), PA Rio Pardo (1996) e Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Morena (2000) (OLIVEIRA, 2000; SCHWADE, 2012).

Destacado esse cenário, a ocupação se deu, principalmente, ao longo e nas cercanias, com a abertura de estradas vicinais das rodovias BR-174 e AM-240, dando acesso às diversas comunidades rurais, dentro e fora dos assentamentos agrícolas, além dos núcleos urbanos da Sede Municipal, da Vila de Balbina e da Vila de Pitinga. Com isso, a agropecuária foi se expandindo ao longo desses eixos, avançando em forma de cultivos permanentes, cultivos temporários e pecuária (SCHWADE, 2012).

Realidade que pode ser visualizada a partir da Figura 2 da pesquisa, que mostra a localização dos espaços geográficos através sensoriamento remoto Google Earth Pro a disposição das comunidades de Presidente Figueiredo.



Figura 2 - Mapa de uso e cobertura da terra de Presidente Figueiredo, 2020.
 Fonte: Google Earth Pro (2020); autor do estudo.

Observamos uma grande reserva hidrográfica em toda região, que possibilita o Ecoturismo, devido ao grande número de cachoeiras, corredeiras e uma exuberante fauna e flora. Portanto, o meio ambiente local oportuniza à população atividades econômicas, como passeios nas trilhas, visitas em grutas, cavernas e lagos, como forma de complementar a renda familiar dos pequenos produtores rurais na entressafra como mostra a Figuras 3 - A e B.

Nesse sentido, há uma grande possibilidade de exploração de forma sustentável das belezas naturais da região. Entretanto, podemos observar também os impactos ambientais proporcionados pela forma do descarte final de resíduos, a falta de tratamento adequado dos resíduos sólidos e líquidos, que acabam degradando o meio ambiente.



Figura 3: Atividades de Ecoturismo: A - Lagoa Azul Comunidade Maroaga, (2018); B - Cachoeira da Orquídea, (2016).

Conforme dados levantados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, apontam que nos últimos 3 anos, o descarte de lixo doméstico nos ramais tem causado inúmeros problemas, como contaminação do lençol freático e fontes de água potável, e outro dado destacado pelos cientistas são as queimadas oriundas da queima do lixo doméstico apresentado pela Figura 4 - B, prática que ainda é culturalmente comum em comunidades rurais no Estado do Amazonas. Este fator ocorre devido à falta de coletores de lixo para o descarte correto desses resíduos sólidos, em muitos casos, além da queima, o descarte incorreto desses dejetos é feito em lixões viciados em meio à selva, onde há acúmulo de urubus, animais peçonhentos, além de gases poluentes, que colocam em risco a saúde da população e o ecossistema.



Figura 4: A - Lixão 4Km, AM240; B - Queima de Lixo Doméstico/8Km AM240.
 Fonte: Daniel Silva ICMBio (2019).

Durante a pesquisa, observou-se nas falas dos Grupos Focais e nas entrevistas com os jovens, que levantam as percepções ambientais relacionadas com as oportunidades de trabalho e renda no território. Dentre os jovens, 33% veem oportunidade de emprego e renda atuando no turismo regional. Destes, 15% vislumbram a possibilidade de turismo associado à atividade agrícola (agroturismo), como também pretendem realizar alguma profissão associada à agricultura. Os outros 67% não reconhecem o potencial turístico regional como possibilidade ou alternativa de obtenção de rendimentos e pretendem seguir profissões não necessariamente associadas à agricultura ou ao município, como podemos visualizar no Gráfico 3. Deste grupo, apenas 20% manifestou à vontade em voltar para o município de Presidente Figueiredo - AM após a conclusão dos estudos de graduação.



Gráfico 3: Percepção das atividades territoriais como oportunidade profissional
 Fonte: da pesquisa (2019).

Conforme Almeida (2018), a região amazônica se tornou alvo de inúmeros interesses internacionais, levando-se em consideração seu *status* de, talvez, último ecossistema do planeta, frente aos muitos já degradados espaços ocupados pelo ser humano que em seu afã de desenvolvimento científico e tecnológico, construiu uma lógica paradigmática de que os recursos do mundo eram inesgotáveis. Com isso, eles estariam eternamente à disposição da lógica do capital. Os desmatamentos, o tráfico de animais e o contrabando das riquezas da floresta tornaram-se objetos de cobiça para os interesses da indústria do cosmético, do setor madeireiro, dentre outros. É diante desse contexto que podemos perceber como se articulam os interesses de âmbito internacional, até o espaço local, do macro para o microsistema sociocultural e que os recursos do mundo são esgotáveis. (ALMEIDA, 2018).

Hoje no Amazonas, e não menos nos outros estados da Região Norte, vivemos com a responsabilidade de não permitir o fim do ecossistema amazônico e a diminuição dos seus recursos naturais.

2.2 Educação, Trabalho e Renda no Município.

Durante o período de pesquisa, foram realizadas atividades de campo através de visitas às comunidades. Estas visitas nos permitiram observar aspectos peculiares das famílias, relacionados ao envolvimento com o projeto profissional e de vida dos jovens e de seus familiares, em especial ao trabalho. Tratando-se da mão-de-obra familiar, Oliveira (1990) aponta a força de trabalho familiar como um dos elementos estruturais da agricultura camponesa: A força de trabalho familiar – é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa; a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo. (OLIVEIRA, 1990, p.69).

Essa singularidade no trabalho camponês e familiar, difere do trabalho assalariado, visto que este, o trabalhador vende sua força de trabalho para depois comprar o que ele necessita para sua subsistência

Contudo, a realidade de grupos pertencentes aos povos e comunidades tradicionais que habitam as áreas de várzea do Amazonas vive e trabalha em três ambientes – terra, águas e florestas onde retiram os meios de sobrevivência que necessitam. Essa categoria social, com características e essências próprias, socialmente determinadas na história, assumem especificidades, tendo a força geradora do trabalho familiar na garantia e manutenção de seu sustento. Assim, o tanto de energia despendida nos trabalhos diários em suas diversas atividades relacionadas aos componentes do sistema de produção, sejam as práticas de extrativismo, cultivo de roça, criação e manejo de animais, caça, pesca e atividades domésticas, são apropriadas pela família, ou seja, voltam na forma de consumo e bens. Dessa forma, esses agentes reproduzem as condições materiais de existência da própria família.

Também, podemos dizer que essa lógica da produção familiar observada no município de Presidente Figueiredo não representa necessariamente o isolamento desse sujeito em seus territórios com o mercado, visto que são várias as formas de organizações presentes, isto inclui as associações, cooperativas e grupos organizados, que nos últimos anos têm crescido no município, onde determinados produtos são comercializados através das redes de autogestão e ou pela negociados para atender a demanda do Programa de Alimentação Escolar.

Essas vantagens têm levado jovens estudantes e família a valorizar e a buscar e formação técnica e profissional, não só pela importância econômica e social, mas pela formação de uma consciência ambiental política.

De acordo com o Relatório Analítico de 2017, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científica – CNPq em Parceria com a Universidade Federal do Amazonas - UFAM e Secretaria do Planejamento - SEPLAN, que catalogaram e registraram os aspectos de desenvolvimento nos municípios em torno de Manaus, dentre os municípios que compõem o Polo 3 do Estado do Amazonas, Presidente Figueiredo é o município que apresenta as melhores condições de qualidade de vida, por apresentar uma temperatura menos elevada com máxima de 38°C e mínima de 22°C, o clima é classificado como tropical chuvoso úmido.

Em relação à economia, o Município se baseia na produção agropecuária, através do cultivo de mandioca, arroz, milho e cupuaçu. Já a pecuária é representada principalmente por bovinos, com produção de carne e de leite. A atividade pesqueira é bastante desenvolvida, com destaque para a criação de alevinos, extrativista, de fabricação de artefatos artesanais e de turismo que são fontes de renda para as famílias rurais e de desenvolvimento econômico do município.

No contexto social, a Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas (SUSAM) é a responsável pela coordenação, execução e supervisão nas unidades de saúde do interior. Essa secretaria mantém na sede do município, uma Unidade Mista Hospitalar, destinada a prestar atendimento de pronto-socorro, maternidade, atendimento cirúrgica, odontológica e hospitalar para a população local e da periferia.

A assistência médica nas comunidades rurais ainda é precária, dentre outros fatores, pela estrutura das unidades de saúde nas comunidades rurais, pelo isolamento e a distância, além da disponibilidade de profissionais habilitados. Assim, no sentido de somar esforços para o atendimento da população rural, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a SUSAM colocam também para o atendimento da população postos ambulatoriais nas comunidades. O Quadro abaixo demonstra a o quantitativo e esferas dos Indicadores na área de serviços de saúde no município de Presidente Figueiredo

Quadro 4 – Representação dos Estabelecimentos Hospitalares em Presidente Figueiredo

Municipal	Estadual	Federal	Particular
30	0	0	0

Fonte: Indicadores na área do sistema educacional nos municípios do polo 3, CNPq/UFAM/SEPLAN – 2018 (Referente ao ano de 2017).

No mesmo Relatório do CNPq/SEPLAN se destaca que a rede municipal de educação matriculou o maior de alunos no Ensino Fundamental 1 e 2 em Presidente Figueiredo. Porém apresentou um padrão inverso nas matrículas do ensino médio e na educação infantil, ou seja, o maior número de alunos matriculados ocorreu na rede estadual e municipal. Este fator é decorrente das escolas de Ensino Fundamental 1 e 2 e Educação Infantil estarem localizadas nas comunidades ou nas sedes das comunidades. Por outro lado, somente as da sede do Município de Presidente Figueiredo ofertam o Ensino Médio, sendo este nas esferas Estadual e Federal.

Quadro 5 – Representação dos Estabelecimentos Escolares em Presidente Figueiredo

Nº DE ALUNOS / EDUCAÇÃO INFANTIL			
Municipal	Estadual	Federal	Particular
1.518	0	0	477
Nº DE ALUNOS / EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL			
Municipal	Estadual	Federal	Particular
5410	590	0	247
Nº DE ALUNOS / ENSINO MÉDIO			
Municipal	Estadual	Federal	Particular
0	1143	480	63
Nº DE DOCENTES			
Municipal	Estadual	Federal	Particular
328	68	78	25
Nº DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO			
Municipal	Estadual	Federal	Particular
27	17	1	12

Fonte: Indicadores na área do sistema educacional nos municípios do polo 3, CNPq/UFAM/SEPLAN – 2018 (Referente ao ano de 2017).

Conforme os dados dispostos acima, observamos que há muito a ser feito. A falta de atendimento médico, hospitalar e escolas são fatores preponderantes para permanência no campo. Destaco que o próprio poder público tira o jovem do campo. Neste caso, estamos considerando que a falta de escolas de Ensino Médio ou de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas sedes das comunidades rurais são fatores que afastam o jovem do seu ambiente social e familiar. Segundo Souza e Paiva (2012), as faces entre o real e ideal para os jovens são as condições socioeconômicas, no que diz respeito aos índices de acesso à educação, que reflete a ineficácia da política educacional brasileira, no que se refere às comunidades rurais. Trata-se de um dos aspectos que mostram que o desenvolvimento econômico no país vem acontecendo em detrimento do desenvolvimento social. O Estado, em vez de se voltar para aspectos essenciais à população, como a educação, serve às normas do mercado, que regula a economia e limita o acesso à educação de qualidade para alguns que podem pagar.

Outro aspecto relevante a ser abordado com relação à juventude é a sua inserção no mercado de trabalho. Conforme discute Waiselfisz (2007), a proporção de jovens que frequentam a escola (46,9%) é levemente inferior à dos que trabalham (51%). Mais detalhadamente, aponta que na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o estudo prevalece como principal atividade; entre os 18 e os 19 anos, há uma transição do educacional para o mundo do trabalho e, a partir dos 20 anos, este último prepondera. Sobre esse aspecto, a PNAD/ 2015 indica que pouco mais da metade (50,7%) dos jovens de 18 e 19 anos tinham alguma ocupação em 2009, enquanto a proporção era mais elevada (66,9%) entre aqueles na faixa de 20 a 24 anos de idade (IBGE, 2018). Considerando ao que é apontado nas pesquisas e as inúmeras discussões sobre a permanência ou não dos jovens no meio rural está pautada sobre os aspectos de sociais e políticos que devem proporcionar condições igualitárias a população do campo.

2.3 Espaços de Lazer e Entretenimento

Quando nos referimos à qualidade de vida para as pessoas que residem no campo, extrapolamos o conceito simplista do aumento de renda como bem-estar, compreendemos que, a qualidade somente é assegurada quando elas tiverem os mesmos acessos e condições que o espaço urbano, ou seja, acesso à saúde, educação, comunicação, ao esporte, ao lazer e

outros, no seu local de moradia e comunidade. Nesse sentido, é necessário pensarmos a permanência e a reprodução das famílias rurais através de estratégias que promovam o lado social e a criação de infraestruturas que atendam essas regiões.

Ainda, ao refletirmos sobre os diversos debates e estudos acerca da permanência de quem vive no rural, particularmente dos jovens, podemos aferir que a questão do lazer e do convívio social são de suma importância enquanto estratégias para o fortalecimento e continuação da população no campo. Afinal, ao proporcionar ambientes de lazer e recreação, esses não necessitariam deixar o campo e migrar para os centros urbanos ou capitais para poderem acessar tais condições de relaxamento, divertimento e qualidade de vida.

A expressão qualidade de vida é habitualmente vinculada, nos estudos sobre lazer, aos indicadores econômicos, educacionais, transporte e saúde, principalmente no meio urbano, ressaltada como uma abordagem universal a todos os sujeitos. Outros autores, por sua vez, propõem que seja estudada dentro de uma cultura específica, considerando as diferentes localidades e grupos (ZIOLI, 2015). Assim, se evidencia que o termo qualidade de vida é relativo, por esse motivo, se torna temerário defini-lo como uma única conceituação, pois varia de acordo com o pensamento e necessidade de cada indivíduo ou cultura a que se refere.

Godoy et al. (2019) analisam que o lazer pode ser compreendido como aquilo que se constitui em um valor positivo, qualquer atividade ou atitude que proporcione a sensação de bem-estar. Ainda, pode ser uma ação ou atitude com diversos conteúdos e propósitos, sejam eles nos âmbitos intelectuais, lúdicos, criativos, esportivos, socioculturais, políticos ou econômicos, e independem de classe social, raça, crença e gênero.

Dessa forma, o lazer se afirma como um valor social, sinônimo de qualidade de vida e bem-estar de um indivíduo, ainda sendo diretamente associado à felicidade e melhores condições de saúde, já que, nesses períodos, é que liberamos o stress do trabalho e as preocupações do dia a dia, bem como é a partir do lazer e da participação social/cultural que estreitamos laços afetivos com o outro e com o meio, base para a construção e renovação da sociedade.

Entretanto, o lazer como promotor de bem-estar não é somente direito dos centros urbanos, e transformou-se, em um ambiente pluriativo e multifuncional, não somente como espaço de produção agrícola, mas de lazer e entretenimento. Para Godoy e Wizniewsky (2013), com tais mudanças, o rural se torna um local de diversificação de produção, em que emergem novas atividades aliadas à agropecuária, visando a mercados e estratégias de reprodução social e econômica dos moradores, ou seja, deixa de ser considerado exclusivamente sinônimo de área agrícola, e vem agregar o entretenimento como forma estreitar as relações entre os indivíduos. Godoy et al. (2019) descrevem que o meio rural representa o dinamismo e a diversidade da produção e reprodução do modo de vida, contudo verifica-se a importância de indivíduos que se apropriem desses espaços como fonte de relação social e convívio familiar, sem esquecer a identidade cultural que permanece enraizada e ativa no seu cotidiano. Nesse contexto, voltamos à afirmação de que ao rural cabe o trabalho e a labuta e que os momentos de lazer são deixados para outros planos, focando apenas o lado econômico.

Dessa forma, na reconstrução do rural, o lazer é classificado por Martignoni (2013) como o elemento primordial, pelo fato de perpassar variadas dimensões de caráter multifuncional na agricultura: reprodução socioeconômica das famílias, preservação dos recursos naturais e do cenário rural, promoção da segurança alimentar e manutenção do tecido social e cultural. Esse fenômeno tem sido apontado como imprescindível na percepção da nova realidade do espaço rural, configurado a partir desse momento não como um lugar de produção agrícola, mas sim para se viver dignamente, ou seja, onde a vida acontece. Com isso, se dá início às novas possibilidades de organização da produtividade e valorização

espacial e cultural, em que a busca pelo reconhecimento da natureza renova o olhar de pertencimento desse meio, categorizado como área de lazer e ambiente para habitar.

Neste contexto, ao analisar os dados das entrevistas realizadas com os jovens rurais de Presidente Figueiredo, foi percebido que para muitos deles e seus familiares o lazer é tido como descanso em suas propriedades, geralmente nos finais de semana, destaco também que este descanso laboral e de convivência familiar ou com vizinhos é compreendido como momentos de relaxamento e de tranquilidade, cujas opções existentes nas propriedades ou nas proximidades oportunizam aos jovens, seus familiares e amigos momentos de inteiração e socialização.

Segundo Godoy et. al. (2019), o lazer simboliza expressões e práticas de hábitos e costumes da cultura tradicionalista regional, pautada nas relações de convívio familiar e comunitário. Portanto, o acesso ao lazer não pode ser vinculado única e exclusivamente à presença de um ou mais indivíduos em determinados ambientes, afinal este é permeado por questões de classes sociais e culturas familiares existentes no tecido social rural. Segundo Martignoni (2013), nas famílias rurais o lazer é simbolizado pelos vínculos com as práticas das sociedades tradicionais, através de laços afetivos, relações pessoais e presença em comunidade, mas também pelas características da sociedade moderna com a organização do tempo, dos espaços, atitudes e interesses.

Conforme observado no **Gráfico 4**, do total de entrevistados, 50% citaram o futebol como alternativa de recreação e 46% para festividades. Os cultos dominicais, encontro jovem, bailes, aniversários, pesca, passeios e os jogos diversos: carta, bilhar e outros nas sedes comunitários também são citados.

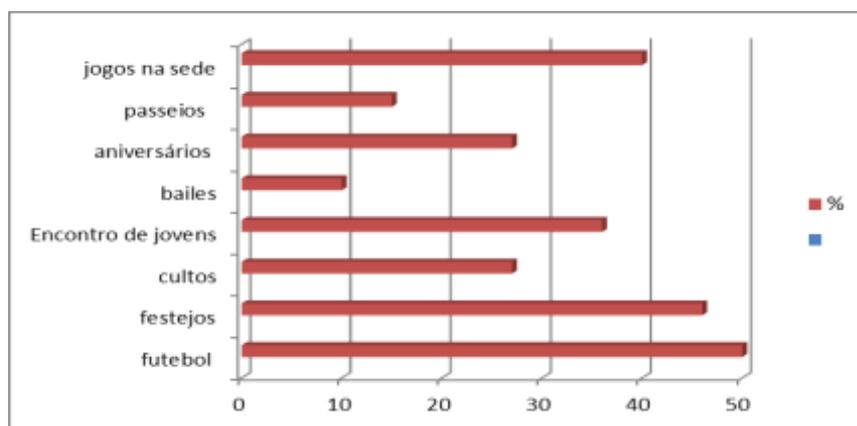


Gráfico 4 – Atividades de Lazer mencionados pelos jovens pesquisados.

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Diante da análise das respostas dadas pelos jovens entrevistados, podemos ter como entendimento que o número de respostas às atividades de lazer era mais evidente entre os jovens do sexo masculino, contudo ao analisar os dados do censo IBGE 2019, podemos identificar que na população rural de Presidente Figueiredo de pessoas do sexo masculino é de 14.350 pessoas (IBGE, 2019). Outro aspecto que deve ser considerado é a distância da capital, ou seja, quanto mais distante da capital maior a população rural, que de modo geral apresentou maior número de pessoas do sexo masculino na área rural.

Outro destaque é que observamos que são poucos os espaços de lazer no meio rural, e aqueles existentes são direcionados aos indivíduos do gênero masculino, restringindo ao segmento das mulheres jovens em festejos, cultos, bailes e aniversários.

Ao retornamos a fala de Schwengber e Pinheiro (2014), que os espaços ocupados por homens e mulheres são diferentes, eles na esfera pública e elas no privado do lar, as autoras

refletem que o lazer no meio rural assume novas características no momento em que as atividades são relacionadas à rotina dos moradores, principalmente das mulheres. Em outras palavras, as festas comunitárias, experiências religiosas e laços de vizinhança simbolizam a crescente afetividade, aprendizagem e sociabilidade, visando reviver a cultura e a tradição.

A precariedade de opções de lazer no rural para as mulheres e para os jovens podem ser um dos problemas que afetam diretamente a reprodução social das famílias do campo, pois, sem atrativos para esses segmentos, eles certamente irão migrar para a cidade à procura de alternativas e possibilidades (GODOY *et al.*, 2010). Em estudos realizados pela Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais, Agricultores Familiares, são comprovados que são as mulheres e os jovens que mais saem das áreas rurais, por diversos motivos, mas principalmente pela condição de invisibilidade que o jovem tem perante os pais no comando da propriedade e pela desvalorização do papel da mulher (CONTAG, 2014). Contudo, é preciso ressaltar que outros estudos sobre juventude rural apontam também que a busca de espaços de lazer também representa um dos motivos de afastamento dos jovens, seja esporadicamente ou permanentemente dos espaços rurais (PEREIRA, 2004). Muitos desses espaços considerados “não rurais” acabam por aproximar jovens de diferentes realidades espaciais, sem falar do contato ampliado por eles e elas através das redes sociais.

De qualquer forma, o protagonismo do jovem do campo, junto com outros atores e parceiros, em detrimento de ações individualizadas e pontuais, desperta o aperfeiçoamento do caráter coletivo, na busca pela qualidade de vida de uma configuração regional, por meio de espaços rurais agradáveis para se conviver (BORGES, 2012).

Diante do exposto, podemos verificar que existem poucas opções de lazer para a população rural, e as existentes remetem à questão de gênero e faixa etária específica, deixando a parcela de jovens e mulheres sem muitas opções de lazer, o que faz com que esses públicos se desloquem à sede do município ou aos polos urbanos regionais para o acesso às atividades de recreação. Por meio deste levantamento de dados, observamos que os lugares de interação e diversão para os momentos de descanso, influenciam diretamente na qualidade de vida no campo e, conseqüentemente, na permanência das famílias rurais.

2.3.1 Aspectos Culturais: como fonte promotora de lazer e permanência do jovem no campo.

Os eventos culturais nos municípios de Presidente Figueiredo estão relacionados predominantemente as festividades dos santos padroeiros, ao folclore e aos produtos de maior expressão econômica no município, em destaque: Festa do Cupuaçu na Sede do Município (em Março), Festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (em julho) a Festa do Tucunaré na Vila de Balbina (em Setembro), Festa do Sol (em Setembro) e Aniversário da cidade (10 de dezembro).

Estes eventos culturais são fundamentais no processo de socialização e interação dos jovens do campo, com os jovens da sede ou mesmo com os jovens que advém da capital Manaus. Martignoni (2013) adverte da necessária luta por políticas públicas que propiciem novos ambientes de entretenimentos e descanso, configurados por características democráticas e de acesso a todos. O autor cita como outro fato relevante, a reconsideração dos aspectos culturais e sociais durante o processo de organização e desenvolvimento dos projetos de lugares interativos, que atualmente se encontram associados à ideia universal de lazer, na qual o próprio espaço orienta as atitudes, desprezando o tecido que dá vida a localidade.

Contudo, é imprescindível que se pense a organização e estruturação de locais e atividades de lazer para a população rural, configurando ao nosso olhar uma estratégia para permanência da população na área rural, principalmente dos jovens. Afinal, o contato social, a

facilidade de comunicação, aperfeiçoamento tecnológico e atividades socioculturais apropriadas podem colaborar para uma melhor qualidade de vida e lazer.

Dessa forma, torna-se relevante a construção de alternativas e implantação de espaços de lazer, além da conservação daqueles já existentes, para atender a todos os indivíduos do meio rural. Nesse sentido, nossa reflexão se direciona para a ideia de que, assim, o rural passará a ser concebido e percebido pelos jovens, como um espaço multifuncional onde pessoas vivem e trabalham e, tal como, necessitam também de espaços e atividades de lazer, oportunizar lazer e melhor qualidade de vida é também diminuir a migração dos jovens do campo que, em busca de melhores condições de vida, e abandonam o campo por considera-lo de menos condições de sustentabilidade, lazer e perspectivas de futuro.

2.4 A Expansão da Rede dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil: Oportunidade que se Soma aos Interesses dos Jovens pela Formação Profissional.

2.4.1 A expansão da rede de educação profissional para o interior do Brasil

O Ministério da Educação brasileiro, em 2009, sancionou a Lei 11.892/08 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, transformou várias Escolas Agrotécnicas, CEFETs e Escolas Vinculadas às Universidades Federais das diferentes regiões do país, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, promovendo a expansão da rede de educação profissional ainda com a criação de 38 instituições³.

Essa criação, expansão e interiorização da rede de educação profissional nas localidades de extremas dificuldades de acesso a toda forma de infraestrutura (saúde, segurança pública, tratamento de água e esgoto, educação, trabalho e renda, etc.) representa a possibilidade de desenvolvimento e transformações significativas nas condições de vida das comunidades no entorno. Portanto, a expansão da rede é parte fundamental dos projetos de desenvolvimento vislumbrados pelo Governo Federal, servindo de instrumento para a construção de projetos educacionais (ensino fundamental, médio e profissionalizante), de pesquisa e extensão que levem à melhoria da qualidade de vida das regiões onde estão localizados.

A interiorização da rede de Institutos Federais está em consonância com o PNE 2014-2024 aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro, quando estabelece como meta aumentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, buscando atender as especificidades dessas comunidades. Portanto, a ênfase da expansão de rede recai sobre os jovens. Os Institutos Federais devem promover prioritariamente a articulação entre o nível médio e a educação profissional. Segundo o Relatório (MEC, 2014),

os dados indicam uma expansão intensa de sua oferta nos últimos anos motivada, sobretudo, por políticas e investimentos federais com foco no oferecimento de maiores oportunidades educacionais aos jovens em idade escolar adequada ao ensino médio. Isto foi feito por meio da educação profissional integrada ao ensino médio, como opção ao ensino médio regular e a ampliação da oferta dos cursos de qualificação profissional para jovens e adultos em defasagem escolar, em articulação com a elevação da escolaridade. De tal maneira procurou-se propiciar o resgate daqueles que não tiveram a oportunidade de completar sua escolarização aliada à formação profissional para o mundo do trabalho (MEC, 2014, p.37).

³ Segundo dados do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), até o final de 2008, a rede federal contava com 36 Escolas Agrotécnicas, 33 CEFETs com suas 58 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), 32 Escolas Vinculadas, 1 Universidade Tecnológica Federal e 1 Escola Técnica Federal (OTRANTO, 2010).

Essas políticas foram viabilizadas por meio do fortalecimento e ampliação da rede de educação profissional dos estados, da ampliação da própria rede federal de educação profissional e tecnológica e da articulação com outras redes de ensino de caráter privado (SNE, SENAI, SENAC, SESC, SENAT e SESI).

As regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste têm sido os principais focos de criação e interiorização dos Institutos Federais pelo fato da carência de instituições de ensino médio e profissional nessas regiões. Na região Norte foram criados ou expandidos os seguintes Institutos e seu *campus*: Instituto Federal do Acre (3 *campi*), Instituto Federal do Amapá (2 *campi*), Instituto Federal do Amazonas (15 *campi*), Instituto Federal do Pará (11 *campi*), Instituto Federal de Tocantins (6 *campi*), Instituto Federal de Rondônia (5 *campi*) e Instituto Federal de Roraima (3 *campi*). Esse processo é extremamente relevante pelo fato de se tratar de territórios de difícil acesso, formados predominantemente de comunidades indígenas, cujos cursos criados estão direcionados à ampliação de oportunidades de ensino profissional a populações urbanas e rurais.

2.4.2 A evasão escolar nos Institutos: por quê os jovens desistem de estudar?

Narciso (2015) chama atenção para as dificuldades de acesso à dados sobre repetência e evasão escolar nos Institutos Federais, pois esses dados não estão disponíveis em canais oficiais⁴. Para o ano de 2013, segundo ela, a média da taxa de abandono escolar nos Institutos Federais foi de 8,6%.

Segundo o TCU, após uma fiscalização feita por auditores do tribunal em nove dos 38 institutos federais, apontou uma taxa de evasão de 18,9% nos cursos feitos por estudantes que acabaram de completar o ensino médio, ou seja, a modalidade subsequente. Entre os alunos que fazem cursos técnicos concomitantemente e integralmente com o ensino médio, a evasão foi menor: 6,4%. A taxa de conclusão é de 31,4% e 46,8%, respectivamente (NARCISO, 2015, p. 87).

O problema da evasão escolar nos Institutos Federais no Brasil tem sido tratado como uma consequência da forma como se deu o processo de expansão dos mesmos, pois em pouco mais de 10 anos foram criados mais de 440 *campi*, uma expansão histórica, de larga escala e em alta velocidade, o que gerou um descompasso, principalmente devido à falta de professores e técnicos⁵.

Os dados do Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015 (MEC, 2014), que serviram de base para o Plano Nacional de Educação 2014-2014 (PNE) (BRASIL, 2001), por sua vez, revelam que o maior contingente da rede federal de ensino técnico-profissional são mulheres jovens que nem sempre estão interessadas em cursos profissionalizantes na área de agrárias, principalmente na Região Norte do Brasil. Assim, acreditamos que a evasão escolar deve atingir preferencialmente as mulheres que não desejam os cursos de agrárias. Mas também deve atingir alguns rapazes, tendo em vista que são os que buscam trabalho remunerado durante o processo de formação secundária para contribuir com o grupo familiar (PEREIRA, no prelo).

⁴ Segundo Narciso (2015), após incansáveis buscas e pesquisas por sítios eletrônicos do MEC, SISTEC e INEP, verificou-se que não há dados públicos acerca das taxas de evasão na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Por meio do “Portal Brasileiro de Dados Abertos”, verificou-se que as planilhas disponibilizadas estão desconfiguradas e não permitem o acesso às informações necessárias.

⁵ Dados do próprio MEC indicam que no ano de 2013 ainda havia um déficit de 7.966 docentes e de 5.702 técnicos de laboratório no primeiro semestre, o que correspondia, respectivamente, a 20% e 24,9% de cada quadro. Segundo o secretário, uma das razões do problema do déficit foi o atraso na aprovação da lei de provimento de cargos que vai garantir a contratação 77 mil docentes e funcionários nos próximos anos, segundo o secretário.

Existe ainda a dificuldade dos/das estudantes em acompanhar o projeto pedagógico dos cursos já que muitos deles e delas vêm de uma carência no ensino básico e estão em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que explicaria, em parte, a evasão. Mas há ainda a dificuldade da permanência dos estudantes em tempo integral nos Institutos, principalmente dos provenientes de áreas rurais, mesmo contando com o apoio institucional (PEREIRA, no prelo).

Um fato interessante é a possibilidade de mudança de curso, e mesmo de área, depois que a juventude ingressa nos Institutos Federais. No caso específico do Curso de Técnico em Agropecuária, este tem servido de via de acesso para outros cursos com perfil urbano-industrial, estratégia muito utilizada por jovens de áreas urbanas ou de áreas localizadas entre as fronteiras rural/urbano. Essa prática, por sua vez, limita as oportunidades da juventude rural, cujas escolas de ensino fundamental possuem as piores condições estruturais, de conseguirem uma vaga nos Institutos, principalmente nos cursos da área de agrárias (PEREIRA, no prelo).

2.5 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) é resultado da união da tradicional Escola Agrotécnica Federal de Manaus, Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira e do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM). Essas instituições são respostas às exigências de formação de profissionais qualificados para suprir as necessidades de desenvolvimento do estado e promoção da qualidade de vida dos homens e mulheres do Amazonas.

[...] a Lei 11.892, publicada em 29/12/2008, cria no âmbito do Ministério da Educação um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Estruturados a partir do potencial instalados nos Cefet, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais, os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia geram e fortalecem condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro (PACHECO, 2008, p.8).

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pelo interior do país é uma ação do Governo Federal que possui no seu cerne a oportunidade única de levar as mais distantes localidades o acesso a cursos técnicos e tecnológicos, através da Rede Federal de Educação Tecnológica, aos trabalhadores e trabalhadoras a oportunidade de formação e qualificação profissional. A iniciativa de expansão dos Institutos, além da oferta dos cursos técnicos e tecnológicos, licenciaturas e cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, representam a oportunidade de desenvolvimento de tecnologias locais – a partir de pesquisas – indispensáveis para o desenvolvimento das localidades onde estiverem inseridos.

O que se propõe, então, não é uma ação educadora qualquer, mas uma educação vinculada a um Projeto Democrático, comprometido com a emancipação dos setores explorados de nossa sociedade; uma educação, que assimila e supera os princípios e conceitos da escola e incorpora aqueles gestados pela sociedade organizada. Mais do que isso a comunidade educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um papel mais amplo na superação da exclusão social (PACHECO, 2010, p.10).

A criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – *campus* Presidente Figueiredo se deu em 2009, na segunda fase de expansão da Rede Federal de Educação, que previa a criação de 150 novas unidades de ensino, totalizando a criação de

180 mil vagas ofertadas na educação profissional e tecnológica no país. Uma resposta a uma secular defasagem da oferta de formação técnica e tecnológica no país.

2.5.1 O IFAM *campus* Presidente Figueiredo.⁶

Em busca de dados sobre o processo de implantação do *campus* Presidente Figueiredo, ao consultar as informações dispostas no *site* oficial da instituição, deste decorreu através da Chamada Pública/MEC/SETEC Nº 01/2007, de 24 de abril de 2008, na qual a Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo peticionou, junto à Secretária de Educação Profissional e Tecnológica. O projeto apresentou proposta de ações de apoio à implantação de uma unidade de ensino no âmbito do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – FASE II.

No dia 14 de dezembro de 2009, iniciaram-se as inscrições para o primeiro Processo Seletivo de Alunos, edital Nº 13/2009 para a seleção de 160 alunos para os Cursos Técnicos em Eletrotécnica, Mecânica Integrados ao Ensino Médio e edital Nº 14/2009 para a seleção de 160 alunos para os Cursos Técnicos em Eletrotécnica, Mecânica, Administração e Recursos Pesqueiros, na Forma Subsequente.

A cerimônia de Aula Inaugural do IFAM *Campus* Presidente Figueiredo, ocorreu dia 05 de abril de 2010 no Auditório do próprio *Campus*, com a presença dos Diretores Gerais dos Campi do IFAM, Pró-Reitores, o Magnífico Reitor, Vereadores do Município, Representantes da Sociedade, Secretário de Educação do Município, Prefeito do Município de Presidente Figueiredo, alunos recém ingressos e demais autoridades locais, marcando o início das atividades letivas de 2010.

Ainda conforme dados levantados no *site* e junto a Coordenação de Registro Acadêmico do *campus* Presidente Figueiredo (CRA/CPRF). Hoje o IFAM *Campus* Figueiredo está em pleno funcionamento, ofertando Cursos do Ensino Médio Integrado ao Técnico ao Curso Superior, demonstrado no Quadro 6, além dos projetos de extensão que envolve segmentos importantes da população do município.

Quadro 6: Distribuição de Vagas por curso do *Campus* Presidente Figueiredo

Curso	Alunos Matriculados	Forma de Ensino
Curso Técnico Integrado ao Médio em Administração	120	Médio Integrado Duração: 3 anos
Curso Técnico Integrado ao Médio em Agropecuária	60	Médio Integrado Duração: 3 anos
Curso Técnico Integrado ao Médio em Desenvolvimento de Sistemas	109	Médio Integrado Duração: 3 anos
Curso Técnico Integrado ao Médio em Eletrotécnica	111	Médio Integrado Duração: 3 anos
Curso Técnico Integrado ao Médio em Mecânica	108	Médio Integrado Duração: 3 anos
Curso Técnico Subsequente em Eletrotécnica	39	Médio Integrado Duração: 2 anos
Curso Técnico Subsequente em Mecânica	33	Médio Integrado Duração: 2 anos

⁶O histórico do IFAM e do *Campus* Presidente Figueiredo foram extraídos do site oficial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/presidentefigueiredo/instituicao/a-instituicao-1>

Curso Técnico Subsequente em Recursos Pesqueiros	19	Médio Integrado Duração: 1 ano e meio
Curso de Engenharia de Aquicultura	40	Superior Duração: 5 anos

Fonte: Q-acadêmico e Sigaa, 2019.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico Institucional do IFAM, que o IFAM-*Campus* Presidente Figueiredo tem como premissa qualificar a população, desenvolver a empregabilidade de jovens que buscam a formação técnica.

Neste contexto, nosso objetivo terá como foco a formação do Técnico Agropecuário, através de uma análise diagnóstica da visão que o educando tem sobre seu aprendizado no curso Técnico em Agropecuária, os fatores que influenciam a permanecer estudando, as dificuldades encontradas e sua perspectiva após sua formação acadêmica.

3 CAPÍTULO III

O CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA E A FORMAÇÃO ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Conforme o Catalogo Nacional de Cursos Técnicos o curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária, na Forma Integrada, pertencente ao Eixo Tecnológico de Recursos Naturais, funcionando no turno diurno, com regime de matrícula anual. O curso possui uma carga horária total de 4.000 horas, das quais 2.400 horas são de Formação Geral, 1.200 são de Formação Profissional, 100 horas para Atividades Complementares (Pesquisa e Extensão) e 300 horas reservadas ao Estágio Supervisionado. (PCTNM, 2016)

Conforme o Projeto de Curso de Nível Médio (2016) do Curso Técnico em Agropecuária do IFAM *campus* Presidente Figueiredo tem como objetivo principal proporcionar habilitação técnica aos educandos, promovendo além da qualificação profissional a escolarização integrada de nível médio, desenvolvendo suas competências e habilidades para atuação nos diversos segmentos da cadeia produtiva, ressaltando a valorização da ética, da diversidade, do meio ambiente, da responsabilidade social e do contínuo auto aperfeiçoamento humano, visando o desenvolvimento da economia da região (PCTNM, 2016).

De acordo com o Projeto de Curso de Nível Médio (2016) destaca que a formação do técnico de nível médio em agropecuária é o profissional que possui conhecimentos integrados aos fundamentos do trabalho, da ciência e da tecnologia, com senso crítico, postura ética e consciência ecológica. Possui habilitação para planejar, executar, acompanhar e fiscalizar todas as fases de Projetos Agropecuários, interagindo de forma criativa, dinâmica e responsável no mundo do trabalho e da sociedade (PCTNM, 2016).

O ingresso, de acordo com levantamento desta pesquisa junto ao controle de registro acadêmico do *campus* Presidente Figueiredo, ocorre por meio de processo seletivo aberto ao público, para o primeiro ano do curso, com avaliação das notas obtidas nas séries 7º ano, 8º ano e 9º ano do Ensino Fundamental 2, das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, onde é realizado a média ponderada para Classificação dos Candidatos. O número de vagas atende ao que está descrito no Plano do Curso, conforme as possibilidades física, pedagógica e técnica do IFAM *campus* Presidente Figueiredo.

Desde a turma inicial em 2018, o curso Técnico em Agropecuária apresenta no Quadro 7, os seguintes dados de oferta de vagas e distribuição por zona de moradia dos discentes:

Quadro 7: Matrícula inicial do curso Técnico em Agropecuária entre 2018 e 2019, por zona.

Ordem	Turmas	Matrícula inicial	Cursando em 2019	Alunos Moradores da Zona Urbana	Alunos Moradores da Zona Rural
1	2018 – 2020	30	29	12	17
2	2019 – 2021	30	30	18	12

Fonte: Dados Q-Acadêmico IFAM/CPRF.

Um dos dados observados no Quadro 7, é o baixo índice de evasão, outro dado relevante é dado aos alunos ingressantes em 2019, onde os números de alunos ingressantes da zona da rural caiu de 17 alunos para 12 alunos matriculados; isso representa uma diferença de 30% em relação aos ingressantes de 2018. Pode-se afirmar que as causas que contribuíram para este resultado de baixa demanda de procura de alunos da zona rural está relacionado a falta de Transporte Escolar para as Comunidades Rurais: O *Campus* Presidente Figueiredo está ainda em processo de licitação para construção de alojamento para os estudantes, e atual representante da Prefeitura do Município de Presidente Figueiredo alega não ter combustível para atender a rota diária, e afirma que a responsabilidade é do Instituto Federal em ofertar o transporte aos educandos, deixando assim os alunos desassistidos ao seu direito de acesso à escola. Iremos tratar desta temática mais à frente.

Segundo Arize (2009), o transporte coletivo urbano e rural é de competência exclusiva do Município, como serviço público de interesse local. Esse serviço tanto pode ser executado diretamente pela Prefeitura, como por autarquia municipal, por entidade paraestatal do Município ou por empresas particulares, mediante concessão ou permissão. No entanto, foi observado durante a pesquisa que o poder público municipal, e relatado pelos estudantes que há um descaso quanto ao transporte escolar e não há um estreito diálogo da gestão do *campus* Presidente Figueiredo junto a Prefeitura para minimizar ou solucionar o problema vivido pelos estudantes.

3.1 Organização das Disciplinas do Curso Técnico em Agropecuária

Como vimos anteriormente, o que motivou o processo de implantação do curso em agropecuária do *campus* Presidente Figueiredo, pautado pelas diretrizes curriculares e com base na estrutura curricular já executada no *campus* do IFAM Manaus Zona Leste, iniciou-se os trabalhos de construção da estrutura curricular que mais se identificasse com as particularidades do município de Presidente Figueiredo e ao Plano de Desenvolvimento Local. De acordo com descrito no Projeto do Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária na Forma Integrada ofertado pelo IFAM/CPRF este se insere no que se define como curso de Educação Profissional e Tecnológica, e, neste sentido, considera as concepções que envolvem a formação tanto profissional, a qual se consolida em disciplinas que compõem o núcleo básico, politécnico e tecnológico, e a formação cidadã definida por Moura (2008) “[...] como de responsabilidade social do campo da educação profissional com os sujeitos formados em todas suas ofertas educativas e com a sociedade em geral”.

Desta forma, e seguindo a Resolução Nº 6 de 20 de setembro de 2012 (CNB/CEB nº 6/2012), a qual delimita Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária na Forma Integrada preconiza a formação integral do estudante, com respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional citados na referida resolução, que prioriza o trabalho como um princípio educativo, favorecendo a integração entre educação, ciência, tecnologia e a cultura, as quais deverão ser tomadas como base para a construção da proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular. De acordo o exposto, os parâmetros metodológicos e pedagógicos devem ser construídos, à medida que as ações desenvolvidas a partir de parcerias têm contribuído para a realização de ações concretas.

Matéria (teoria e prática no processo de ensino) de importante relevância para a construção do currículo do Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária na Forma Integrada a interdisciplinaridade, conforme estabelece Resolução CNB/CEB Nº 6/2012, surge para assegurar no currículo e na prática pedagógica que a fragmentação de conhecimento será superada, bem como a segmentação da organização curricular, com vistas a atender a

compreensão de significados e, novamente a integração entre a teoria e prática, estas aliadas a vivência da prática profissional, permitindo o envolvimento das múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas, conforme demonstra o Quadro 8:

Quadro 8 - Representação Curricular das Disciplinas

Série	1º ANO Agricultor Familiar	2º ANO Auxiliar em Agropecuária	3º ANO Produtor Agropecuário
Núcleo Básico	<ul style="list-style-type: none"> - Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - Arte - Língua Estrangeira Moderna - Inglês - Educação Física - Matemática - Biologia - Física - Química - História - Geografia - Filosofia - Sociologia 	<ul style="list-style-type: none"> - Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - Língua Estrangeira Moderna - Inglês - Educação Física - Matemática - Biologia - Física - Química - História - Geografia - Filosofia - Sociologia 	<ul style="list-style-type: none"> - Língua Portuguesa e Literatura Brasileira - Educação Física - Matemática - Biologia - Física - Química - História - Geografia - Filosofia - Sociologia
Núcleo Politécnico	<ul style="list-style-type: none"> - Informática Básica - Tópico Integrador I - Metodologia da pesquisa e elaboração de projetos - Tópico Integrador II - Ecologia, Recursos Naturais e Agroecossistemas Amazônicos 	<ul style="list-style-type: none"> - Tópicos Integradores III - Ambiente, Saúde e Segurança 	<ul style="list-style-type: none"> - Tópico Integrador IV - Gestão de Projetos Agropecuários
Núcleo Técnico	<ul style="list-style-type: none"> - Saberes Tradicionais, Saúde e Segurança Alimentar - Produção Vegetal I - Produção Animal I - 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenho Técnico e Topografia - Administração e Economia Rural - Produção Vegetal II - Produção Animal II - Processamentos de alimentos de origem animal e vegetal 	<ul style="list-style-type: none"> - Construções Rurais - Extensão Rural - Produção Vegetal III - Produção Animal III
			Estágio ou PCCT
Atividades complementares de Pesquisa e Extensão			

Fonte: Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária (IFAM/CPRF/2016).

Neste sentido, observamos que a estrutura Curricular do Projeto Pedagógico do Curso oportuniza o domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, permitindo progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos

conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual, com o incremento instrumental de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho, estas embasadas nas fundamentações de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho, conforme exigências regidas nas Legislações vigentes.

Ainda referenciando o processo de ensino e aprendizado em relação a estrutura curricular do curso de agropecuária, observamos a falta de laboratórios para aulas práticas, embora contemple no PPCT de Agropecuária, as atividades práticas estão sendo realizadas em propriedades de pequenos produtores rurais em torno do *campus* Presidente Figueiredo, mas é nítido o cansaço de deslocamento do *campus* para as atividades de aulas práticas externas. O tempo desperdiçado no deslocamento, na organização das matérias seria melhor aproveitado se o *campus* Presidente Figueiredo tivesse previsto uma infraestrutura mínima para realização das aulas práticas e de campo. No tocante a *práxis*, é relevante destacarmos que a articulação da teoria com a prática de ensino é fundamental para o aprendizado.

Desde o processo de implantação do *campus* Presidente Figueiredo, se cogitava a necessidade de desenvolver o ensino agrícola com suas concepções e estratégias pedagógicas e de gestão preconizada por concepções advindas da “Responsabilidade sustentável”, é de aprendizado com diferentes olhares, na luta por espaços que possam dar visibilidade a suas ações e, conseqüentemente, a garantia de implantação e manutenção de projetos que possibilitem aos discentes um amplo leque de atividades a serem desenvolvidas.

3.2 Possibilidades de Atuação e a Rentabilidade Obtida.

Conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT (2016) O Técnico Agropecuário, identificado na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO com o número 3211-10, pode exercer suas funções em:

- ✓ Propriedades rurais;
- ✓ Empresas comerciais agropecuárias;
- ✓ Estabelecimentos agroindustriais;
- ✓ Empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa;
- ✓ Parques e reservas naturais;
- ✓ Cooperativas e associações rurais.

(CNCT, 2016, p 229)

No município de Presidente Figueiredo, observa-se um crescimento das atividades agropecuárias nas comunidades rurais e conseqüentemente a necessidade de implantações e ou criações de Associações e Cooperativas de pequenos produtores rurais, que fortaleçam os pequenos produtores rurais e a o pequeno agricultor familiar, visto que este crescimento e a formação profissional são fundamentais para atuar à frente das propriedades rurais. O curso técnico vem com esse bojo de capacitar o educando a fim de exercer com competência e responsabilidade técnica e empreendedora nas possíveis áreas de atuação descritas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

Durante a pesquisa foi destacado pelos discentes o anseio em iniciar o estágio curricular em grandes propriedades rurais, para observar *in locus* como gerir e atuar em produções em grande escala, visto que, os perfis dos estudantes são de filhos de pequenos produtores rurais ou de agricultores familiares. Além disto, houve um enfoque ao destaque em

ter uma renda e quanto seria o valor, se de fato seria promissor ou não a capacitação acadêmica como fonte de promoção de econômica e rentabilidade futura.

Podemos dizer que atuar no mercado, e dele adquirir uma renda, possibilita uma maior autonomia financeira aos jovens, seja no sentido de manter suas necessidades pessoais como roupas e material de higiene/beleza, seja no tocante a aquisição de bens de consumo mais duráveis como bicicletas, motocicletas e até mesmo um carro, equipamentos fundamentais que possibilitam seus deslocamentos para lugares mais distantes, seja para estudo, trabalho ou lazer. Essa é uma questão fundamental para os jovens rurais inseridos na produção familiar não possuem acesso direto aos ganhos obtidos com a comercialização dos produtos. Na maioria dos casos, a renda individualizada só é possível através das atividades econômicas desenvolvidas fora da propriedade familiar ou mesmo com a constituição do casamento. Nesse caso, a formação profissional possibilita uma maior autonomia financeira aos jovens, sejam eles rurais ou urbanos, mas possuem um impacto maior sobre os jovens rurais.

3.3 Programas de Apoio Estudantil

O *Campus* Presidente Figueiredo, com intuito de diminuir os índices de evasão e retenção escolar, conta com o Programa de Apoio ao Estudante - PAE que tem como principal característica a promoção do bem-estar do aluno no *campus*, facilitando a sua ambiência acadêmica do ponto de vista da aprendizagem e social.

Na composição do PAE, os serviços e outras formas de atendimento aos alunos estão articulados a programas e projetos de ensino, pesquisa, extensão e ação comunitária, adotando como critério a relevância para o discente, compreendido nas dimensões física, psicossocial, econômica, ambiental e educacional. Além dos projetos o programa atende também os alunos de baixa renda e ou em vulnerabilidade social, com pequenos auxílios financeiros que podem variar nos valores de R\$ 90,00 a R\$ 400,00, que compreendem aos auxílios: pedagógicos, transporte, alimentação, creche e moradia, estes dados foram extraídos do Edital nº 01/CPRF/2018, que rege e subsidia o processo de acesso dos estudantes para concessão ao benefício.

Considerando os dados da pesquisa, observamos que os alunos são beneficiados, em sua maioria com auxílio pedagógico, alimentação e transporte. Ao questioná-los por não requererem o auxílio moradia, muitos indagaram que o valor é muito irrisório em detrimento de um aluguel na sede do município e somado ao aluguel teriam outras despesas como água, energia e alimentação e que seria inviável seus pais arcarem com tais despesas, por isso preferiam receber um valor um pouco menor, mas que já ajudava em suas despesas acadêmicas.

As dificuldades apontadas pelos discentes no processo de deslocamento são evidentes nos discursos, porém ao provocar a gestão do *campus* Presidente Figueiredo em relação a construção de um alojamento estudantil, a mesma deu como resposta que a proposta já foi encaminhada para Reitoria do IFAM para criação do projeto base da obra e posterior licitação. Além disso, o gestor destaca a necessidade de compra de outros ônibus e contratação de motoristas para atender aos discentes do *campus*, proposta que está sob análise da Procuradoria do IFAM para embasamento legal do processo.

Conforme Paula (2019), o cumprimento das ações do Programa de Apoio ao Estudante - PAE implica na compreensão do estudante em sua totalidade, ou seja, como indivíduo que contém um conjunto de atributos intelectuais, físicos, sociais, culturais e éticos que lhe conferem a essencialidade humana. É, portanto, um entendimento que pressupõe o ser humano como condicionado pela história do seu tempo, da sua vida, do grupo social de que faz parte.

Neste no sentido, de que os discentes possam sentir-se plenamente incorporados ao ambiente escolar, sendo-lhes oferecidas condições para construir aprendizagens diversas, seja no campo da própria formação técnico-profissional, seja no terreno da constituição da cidadania; superar ou minimizar eventuais dificuldades e fatores que possam interferir nessas aprendizagens, considerando as diversas formas em que venham a se apresentar: psicológica, didático-pedagógica, social, jurídica e de saúde, claro observados os limites inerentes ao Programa.

Isto significa que a Escola está diretamente articulada ao Projeto Pedagógico Institucional e aos projetos pedagógicos dos cursos, contribuindo para a sua implementação. E mais, exprime uma estratégia para que o discente cultive o sentimento de pertença, isto é, de acolhimento, mantendo com a sua Instituição laços identitários, inclusive, mesmo após a conclusão do curso.

Ressaltamos que mesmo com esta concessão há ainda muitas lacunas nos programas de assistência estudantil, como acompanhamento na distribuição dos valores em especial para deslocamento dos discentes, pois não há como comparar um aluno morador da sede do município que paga moto táxi em relação ao aluno morador da zona rural que seu deslocamento é maior e mais dispendioso. Outro ponto a ser tratado é alimentação escolar, o custo é muito alto para os discentes. Os alunos que se enquadram no perfil para receber o auxílio alimentação relatam que o valor é pequeno diante do que é cobrado nos restaurantes. Há a necessidade emergencial dos *campi* do IFAM em rever o PAE, ou quem sabe instituir Restaurantes Estudantis, alojamentos e transporte escolar próprio.

Portanto, na medida em se tem como foco o aluno e procura-se atender às suas expectativas e necessidades, há concretização de aprendizagens adstritas à profissionalização à vida cidadã.

3.4 Visão e Perspectivas dos Jovens Rurais que Buscam Ingressar nas Redes Federais de Ensino.

Diversas comunidades rurais no Brasil permaneceram à margem da grande modernização iniciada nos anos 50 no Brasil com a Revolução Verde, não apenas nos aspectos relativos à tecnologia de produção agrícola, mas também de outras inúmeras tecnologias e serviços que conferem qualidade de vida e integração entre as pessoas. Acreditamos que este fator tenha influenciado significativamente para a reorganização das relações sociais e à expulsão de trabalhadores rurais de seu meio, acentuando a precariedade das condições de vida no campo. Neste cenário, a população rural que ingressa na idade ativa, neste caso os jovens, enfrentam dificuldades para construir seu projeto de vida no campo e cada vez mais busca melhores condições de vida nos centros urbanos.

Neste contexto do desenvolvimento rural, procuramos trazer alguns elementos sobre a forma que o estado brasileiro tratou da questão da oferta do ensino público. Procuramos neste caso, fazer alguma relação com os aspectos sociais e políticos do país, enaltecendo os aspectos relacionados à oferta do ensino no meio rural. Para entendermos este percurso nos amparamos nas Leis e Diretrizes de Base da Educação (LDB) e autores como Calazans (1993), Ghiraldelli (1994), Mendonça (2007) e outros. Como nova proposta para o sistema de ensino no meio rural vão se mostrando mais adequadas as proposições para a “Educação do Campo” e modalidades como a “Pedagogia da Alternância”.

Neste sentido, conhecer as expectativas e anseios dos alunos de uma Instituição de ensino mostra-se bastante pertinente dentro de um contexto pedagógico, o que possibilita uma análise da atual política de educação do Instituto e permite adequações das práticas pedagógicas e administrativas, assim como a superação de eventuais falhas e possíveis ajustes

na condução do processo de ensino aprendizagem e de com a perspectiva de atender as demandas de empregabilidade e progressão acadêmica desses jovens educandos.

Em pesquisa realizada por Penatieri et al. (2012), que trabalharam com jovens do Ensino Integrado do Instituto Federal Fluminense (IFF), apontam dados que aproximadamente 70% dos alunos entrevistados disseram que pretendem começar a trabalhar assim que acabar a escolarização básica, situação facilitada, segundo os mesmos autores, pela formação profissional recebida. Nessa mesma pesquisa, alguns afirmaram que o ensino médio realizado na modalidade integrada dificulta os planos dos que querem fazer um ensino superior. Outros, de renda familiar inferior, defendem o ensino médio integrado como possibilidade de entrar o mais rápido possível no mercado de trabalho.

Assim, pode-se afirmar que a entrada no mercado de trabalho é uma forma de alcançar o mais rápido possível à independência/autonomia e a ajudar na subsistência da família. Esse fato mostra que o lugar do trabalho não está dissociado do perfil dos sujeitos, em que aspectos como escolaridade, profissão dos pais e renda familiar – este último principalmente interfere sobremaneira na decisão de começar a trabalhar de imediato ou não. A pesquisa mostra uma divergência quanto a perspectiva dos alunos referente à suas atuações após o término do curso técnico integrado. Penatieri e colaboradores (2012) identificam a maior parte dos alunos com interesse no mercado de trabalho.

Dentre as explicações possíveis, a natureza dos cursos técnicos é permitir a empregabilidade e verticalização do ensino por meio da formação acadêmica, em uma região onde economia local não possui um mercado formalizado ou com poucas ofertas de empregos atrativos. Para Sparta e Gomes (2005), as influências marcantes de escolha profissional acabam se reduzindo ao papel histórico do ensino médio como preparatório para a educação superior, à desvalorização da educação profissional como alternativa de estudo para a população carente ou para quem não tem interesse no ensino superior, e a percepção da educação superior como alternativa de profissionalização de maior status social.

Segundo Malacarne (2007), é importante considerar que a escolha profissional está condicionada as diferentes influências, entre as quais estão as expectativas familiares, as situações sociais, culturais e econômicas, as oportunidades educacionais, as perspectivas profissionais da região onde reside e as próprias motivações do sujeito. Se estes aspectos não são levados em consideração, pode haver frustrações profundas no indivíduo e na sua relação com o mundo do trabalho, ou antes, mesmo o abandono escolar (SILVA et al., 2013).

Os processos educativos que procuram integrar educação propedêutica e ensino profissional não dão conta de apresentar a tecnologia em sua construção histórica mediada pelas relações sociais. Porém, consoante a formação desses jovens, os IFs devem preocupar-se em novas propostas curriculares que viabilizem a permanência dos educandos nas zonas rurais. Para Silva (2013), estas propostas de formação técnica precisam atender as especificidades locais e a identidade dos jovens educandos, para que ocorra de fato a educação profissional com qualidade social (SILVA, 2013). Conforme Penatieri et al. (2012), o momento do Ensino médio, assim como da juventude foi explicitado como sendo o de mais responsabilidade e maturidade frente à vida escolar, uma nova etapa, sendo essa uma das possibilidades da escola estabelecer novas possibilidades de construção de espaços de autonomia junto à esses jovens alunos.

Nesse sentido, é preciso destacar aqui que, a maioria, dos jovens rurais se divide entre o processo educacional e o trabalho familiar, cujas famílias e parentes dependem de sua atuação, de forma a garantir a representação social e a permanência nos espaços rurais.

3.5 Educação e Mercado de Trabalho: Da Formação à Perspectiva de Futuro

A formação humana é um processo de conhecimento e de realização individual que se expressa socialmente e ultrapassa a dimensão do agir unicamente determinado pela necessidade de subsistência, pressupondo o desenvolvimento do ser humano como particularidade – ser social individual que reúne em si o modo de existência subjetivo da sociedade pensada e sentida para si – e como generalidade, pois na efetividade ele existe tanto como intuição e gozo efetivo do modo de existência social, quanto como uma totalidade de exteriorização de vida humana (RAMOS, 2002).

O ser humano, ao entrar em contato com a natureza e outros seres humanos, desenvolvendo relações econômicas e sociais, produz sua existência por meio do trabalho para o desenvolvimento de potencialidades como fonte de gozo e de realização, ou seja, o trabalho como elemento fundante da sociabilidade humana. Mas, sob o modo de produção capitalista, os sentidos humanos são subjugados à lógica da propriedade privada, que atrela o gozo e a realização à posse dos objetos como capital ou como meio de subsistência socialmente determinado (RAMOS, 2002).

Kuenzer (1995) lembra, ao trazer uma afirmação de Marx e Engels, que “o homem se educa, se faz homem, na produção e nas relações de produção, através de um processo contraditório” (KUENZER, 1995, p. 11). Em contribuição, Ramos (2002) afirma que a formação social implica a luta entre ideologias, luta determinada principalmente pelas relações e interesses econômicos, configurando-se a partir da relação trabalho-educação como processo contraditório e marcado pelos valores capitalistas. Ao se consolidar como categoria do pensamento liberal, a educação foi concebida como forma de socializar os indivíduos de acordo com os valores e padrões culturais e ético-morais de uma determinada sociedade e, de forma sistemática, os conhecimentos científicos construídos pela humanidade. O direito à educação consta como condição necessária para o exercício da cidadania, porém, de acordo com os princípios liberais de respeito aos direitos individuais (incluindo direitos civis e direitos humanos, democracia, secularismo, igualdade de gênero, igualdade racial, entre outros).

Reportando-se a Marx, Netto (2009) afirma que as categorias não são eternas, são historicamente determinadas, em um determinado contexto, e se estrutura como escolarização capitalista, se configura como mercadoria e para o mercado de trabalho. De fato, são comuns propagandas de instituições de ensino que convidam alunos a fazerem seus cursos para que se posicionem e se distingam no mercado de trabalho. Escolas de ensino médio com altos índices de aprovação em vestibulares passam a se considerar porta de entrada ou trampolim para o nível superior e até utilizam os alunos que foram aprovados para fazer propaganda do “sucesso escolar”.

Tais escolas também são chamadas “escolas alvará” (APPLE, 2007, p. 117), porquanto seus alunos egressos ou já saem com propostas de emprego, no caso das instituições de ensino superior e de ensino técnico ou, no ensino médio regular, são aprovados no vestibular em cursos concorridos e em universidades de renome. Ramos (2002, p. 47) reforça que o diploma é, “frequentemente, perseguido como interface entre a formação e o emprego. Ele garantiria uma qualificação, um *status*, uma remuneração”. Alimenta-se, desse modo, a ideia de que a educação em escolas consideradas de sucesso possibilita uma triagem, o currículo passa a ser supostamente melhor avaliado por potenciais empregadores.

Outra preocupação dos pais é com a mobilidade futura dos filhos em um mundo econômico incerto e, portanto, apoiam escolas que enfatizarão a formação acadêmica em profissões e práticas de ensino tradicionais, devido ao temor pelo futuro de seus empregos e dos empregos de seus filhos (APPLE, 2007). A depender da instituição de ensino, um currículo

poderá ser mais bem avaliado por possíveis empregadores. É fato que algumas empresas dão prioridade a profissionais egressos de faculdades bem “ranqueadas” e, independente da competência profissional de um candidato à determinada vaga de emprego, se este não estudou na escola “certa”, seu currículo poderá nem ser analisado. Isso ocorre porque a educação faz parte de “de uma esfera mais geral que está conectada de modos complexos às transformações sociais e aos conflitos pelo poder [...] que estão mudando o panorama em que [...] em geral se situa” (APPLE, 2007, p. 93).

Conforme esclarece Apple (2007), quando os currículos e exames interestaduais ou nacionais são implantados, pode-se ter acesso às informações comparativas entre escolas que estarão disponíveis e serão publicadas de forma similar aos indicadores nacionais sobre rendimento escolar. Desse modo, apenas se houver conteúdo e avaliação padronizados, o mercado poderá operar livremente, pois os “consumidores” terão informações “objetivas” sobre quais são as escolas de “sucesso” e quais não são. A racionalidade do mercado, com base na “escolha do consumidor”, irá garantir que as supostas boas escolas tenham cada vez mais alunos, ao passo que as ruins tenderão a desaparecer (APPLE, 2007).

Se o consumidor se preocupa em escolher bem, Tinoco se reporta a Wolf (2002) para notar que é porque “ter as qualificações corretas, nos ramos corretos, das instituições corretas” (TINOCO, 2003, p. 244) se faz necessário e isso vem do fato de que a educação tornou-se um bem posicional, na medida em que é o preparo para a obtenção de melhores salários, uma vez que não basta ter o mesmo nível de escolaridade, mas que este seja qualitativamente melhor do que o do concorrente.

Nestes termos, a escolha de determinada escola e determinada profissão tanto posiciona pais como alunos, pois, de acordo com Bourdieu (2011a), o gosto classifica e distingue. Assim, há pais que se esforçam financeiramente para manter os filhos em escolas bem avaliadas e consideradas de qualidade, em geral, com mensalidades mais caras, pois, a educação em uma boa escola torna-se a herança que podem deixar para os filhos. No caso dos pais sem condições de pagar escolas privadas, há aqueles que chegam a passar a noite em filas para conseguirem matricular os filhos nas melhores escolas públicas. Tal opção lhes permite inserir os filhos no lugar certo, tornando a educação, especialmente em escolas privadas até o ensino médio, um bem necessário. Quanto a escolha de uma profissão, essa pode ser pensada como um patrimônio familiar, quando os filhos seguirão a profissão dos pais bem-sucedidos, ou na busca de uma profissão de maior reconhecimento e rentabilidade no mercado. É comum os jovens perguntarem no momento da escolha da profissão: essa profissão dá dinheiro? Portanto, assim como seus pais, os jovens também possuem pensamentos estratégicos quanto ao futuro.

Apple (2007) esclarece que a atratividade das políticas de educação repousa nas mudanças mais importantes do senso comum das pessoas, a respeito do que seja democracia, do modo como veem a si mesmos como consumidores e de como encaram o funcionamento do mercado, o melhor mecanismo possível para assegurar um futuro melhor para os cidadãos, isto é, os consumidores. Para o autor, escolas feitas para burocratas e professores e não para consumidores, com a crise da escola pública, passam a responder às demandas de profissionais e trabalhadores do Estado e não às dos consumidores que dependem delas, assim, segundo Canclini (2008), é o mercado que se exhibe como mais eficaz para organizar as sociedades.

De fato, surgem, dos segmentos neoliberais da nova aliança hegemônica, variadas iniciativas políticas, a maioria voltada ou para criar vínculos estreitos entre educação e economia ou então para colocar as próprias escolas no mercado. A primeira é representada pelos programas de escolas para o trabalho ou educação para o emprego e por vigorosas investidas, no sentido do corte de despesas, contra o Estado inchado (APPLE, 2007).

O discurso “mão na massa” desde a escola é defendido por governos e instituições, cujos cursos disponibilizam os chamados “empresas juniores” ou “incubadoras”, bem como a

estrutura curricular motiva o estudante a buscar cedo a prática no mercado de trabalho, a fim de enriquecer seu currículo ao adquirir experiência profissional. Assim, as escolas e faculdades devem ir ao encontro das necessidades expressas pelo capital e os professores são orientados a não ficar apenas na teoria, mas a propor, por meio de seus programas de curso, elementos de educação para o trabalho. As escolas ofertam disciplinas denominadas “educação empreendedora” ou “empreendedorismo”, com o intuito de que os alunos egressos, os chamados jovens empreendedores, ao montarem seu próprio negócio, não figurem nas listas de desempregados e desocupados.

Estas reflexões relacionam-se à crítica de Wolf quando adverte que a massificação da educação decorre das políticas públicas ao privilegiarem aspectos econômicos, relegando a função social da educação como expansão do conhecimento individual, “do crescimento moral, intelectual, estético e espiritual” (WOLF, 2002).

Diante desse cenário ideológico-político, qual a educação vem sendo ofertada pelos Institutos Federais no Brasil? E como os jovens se percebem nesse cenário, principalmente os jovens rurais, *locus* dessa pesquisa? É preciso observar as transformações que o mercado de trabalho vem sofrendo nos últimos anos e como a educação se integra nesse processo.

4 CAPÍTULO IV

NARRATIVAS DOS JOVENS RURAIS INSERIDOS NO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUARIA DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

Em 11 de junho de 2019, iniciamos as discussões dos temas propostos nesta pesquisa, registrando as falas, reconhecendo seu significado e valor dentro do contexto em que os sujeitos desta pesquisa estão inseridos: escola, família, sociedade, balizando as falas mais significativas, mesmo sendo esta de maior ou menor impacto.

Os temas propostos nos grupos focais foram: O sentido da escolarização e do papel da escola sobre a Formação Agropecuária; Concepção de identidades: Família e Sociedade Concepção de identidades: relação com a Cultura Urbana; Expectativas escolares e profissionais futuras. Claro que ao longo das narrativas surgiram outros questionamentos dos quais promoveram ao longo dos encontros uma melhor inteiração com esta pesquisadora.

Observamos também que a organização dos tempos de aulas dos estudantes, apresentou-se com uma estrutura curricular carregada, tivemos em torno de 40 minutos a 60 minutos, para trabalharmos os temas propostos na pesquisa.

Logo no primeiro encontro, observei além da inibição de alguns sujeitos, que eu teria que reformular alguns questionamentos para chegar ao entendimento dos alunos. Outro ponto observado foi uma grande preocupação com o transporte escolar: os mesmos relataram que enfrentavam dificuldades de locomoção no trajeto de casa para a escola para a, localizada na sede do município de Presidente Figueiredo, considerada pelos munícipes como zona urbana, no que consiste que, às vezes, carece de disponibilidade de transporte escolar. Levando tal fato em consideração, me perguntava: por que esses jovens, apesar das dificuldades de acesso à escola, gostam de estudar? Gostam de ir à escola? Uma outra pergunta foi: os alunos e alunas têm aprovação da família para estudarem? Também se indagou a respeito do que os motivou a opção pelo ensino técnico em agropecuária. Com relação às expectativas escolares e profissionais, perguntou-se, dentre outras questões, sobre os planos após o ensino médio e se os jovens veem algum obstáculo em relação a isso, além da profissão que gostariam de ter.

Portanto, foram efetuadas quatro perguntas balizadoras: Quais são os seus planos para quando terminar o ensino médio? Que profissão você gostaria de ter? Se seus pais são agricultores, você gostaria de continuar na profissão deles e tomar conta da propriedade? Você tem planos de sair ou permanecer no campo após a conclusão do curso?

Diante a estes questionamentos e ao ouvir os primeiros relatos, tivemos que redimensionar nossas perguntas, segundo Damasio (2012) nos lembra que talvez a coisa mais indispensável que podemos fazer todos os dias de nossas vidas seja lembrar a nós mesmos e aos outros a complexidade, fragilidade, limitação, e a singularidade de cada um de nós. Destarte, se recusarmos a aceitar a função das emoções que nos ligam um ao outro, perderemos nossa capacidade de compreender e identificar-se com os sentimentos, pensamentos e experiências de outra pessoa, perderemos nossa essência de ser um ser social e isto, com certeza, afetará nossa habilidade de se comunicar com outra pessoa. (DAMASIO, 2012.).

Esta resignificação ao se fazer entender e entender o outro de representar o mundo exterior e pensar aparecem na postura, tom de voz, respiração e movimento dos olhos. Em parte, essas informações inconscientemente, pois já percebemos e aprendemos desde que

nascemos a reconhecer a maioria das expressões faciais e corporais. Mas se duas ou mais pessoas representam internamente as informações de maneira diferente, pode ficar difícil entender verdadeiramente o que o outro quer dizer, então partimos para análise das narrativas de conteúdos das falas dos sujeitos, das quais se aproximam ou se diferem do grupo pesquisado.

Assim iniciamos nossas discussões nos encontros dos grupos focais buscando sempre agregar os discentes na pesquisa permitindo que os mesmos narrassem suas vivências enquanto estudantes, filhos de produtores rurais e residentes em zona rural suas dificuldades e expectativas de futuro,

4.1 Local e Moradia dos Jovens Rurais Pesquisados

Considerando as narrativas de preocupação dos estudantes em pegar o ônibus escolar e a distância a ser percorrida por estes estudantes, senti a necessidade de vivenciar essa experiência de trajetória diária e um pouco da rotina desses jovens alunos, visto ao tempo tão curto para conclusão desta pesquisa, *a priori* optei em acompanhar os estudantes no Ramal do Paulista, distante da sede de Presidente Figueiredo 77Km em linha reta na BR174, sentido Manaus/Boa Vista. Logo, no primeiro momento vi a precariedade do ônibus escolar, pois o mesmo não possuía cintos de segurança, havia superlotação de alunos das mais diversas escolas do município e falta de limpeza. Assim, seguimos nosso trajeto com os discentes rumo ao Ramal do Paulista. Confesso que foi bem desconfortável, porém pude ver porque os alunos de comunidades agrícolas são extremamente organizados e ávidos pelo saber, buscam por força de suas dificuldades a liberdade e melhores condições para si e para os seus. Voltando a nossa trajetória, depois de termos transcorrido aproximadamente 30km, o ônibus estava mais vazio e já haviam lugares disponíveis para sentarmos. Sentei entre os alunos do IFAM e comecei a conversar sobre o trajeto, e claro, fazendo algumas anotações para esta pesquisa, o entrevistado **ALM6** disse:

“Professora, já tô acostumado, mas as vezes ainda me irrita com o barulho da molecada, mas como eles descem em bando no 32km, tudo fica mais calmo, aí eu aproveito pra escutar um som ou quando tem tarefa vou logo com a galera tentando responder dentro do ônibus mesmo, (Sorri) quando dá a gente faz sim, mas a maioria das vezes a gente dorme mesmo!” (Entrevista **ALM6**).

Percebemos que o ônibus escolar, além de transportar os alunos, perpassava de um elo de amizade à reunião de grupos de estudos onde eles discutiam as atividades e trabalhos, além de outros assuntos como às perspectivas futuras. Abaixo, transcrevo as falas dos alunos quando questiono sobre qual profissão pretendem seguir após terminarem o ensino médio:

“Eu ainda não sei, esse ano fiz o SAS, mas acho que vou fazer Engenharia de Aquicultura no IFAM mesmo, sei lá eu ainda não decidi!” (Entrevista **ALM6**);
“Eu já pensei e quero fazer medicina; Pô tá complicado médico aqui olha! Não tem mais médico no Hospital de Figueiredo. Acho que se todos que moram aqui, se um cristão fizer medicina em 15 anos, Figueiredo vai ter no mínimo 3 médicos!” (Entrevista **ALM9**).

A narrativa do aluno **ALM9** retrata a dificuldade de consultas e atendimento médico no município Presidente Figueiredo após a finalização do Programa Mais Médicos, em sua

análise o período para a formação acadêmica do curso de medicina tem em média cinco anos para a conclusão do curso, sendo assim em um período de 15 anos o município teria no mínimo três médicos formados residentes no município.

Já a aluna **ALF2** relata:

“Eu quero fazer faculdade fora daqui. Ainda não decidi o que quero fazer, mas sei que não quero estudar aqui! Eu quero conhecer novos lugares, novas pessoas, conseguir bastante dinheiro pra ajudar meus pais, porque eu sei que eles não vão querer sair do sítio, bom eu acho né! Mas vou esperar ver o futuro me dá! (Entrevista ALF2).

O futuro da aluna lhe aparece como incerto. A esse futuro junta-se a situação financeira dos pais e sua manutenção no lugar de origem. Por outro lado, como a maioria dos jovens, existe a vontade de conhecer outros lugares e outras pessoas, ampliar seu campo de possibilidades ao buscar formação em outros espaços que não seja o próprio município.

Chegando à entrada do ramal, havia uma Kombi e alguns familiares dos discentes em motos e moto taxis para levar os discentes aos seus sítios. Um dos alunos indicou que nós iríamos na Kombi. Seguimos pelo Ramal em péssimas condições, muito enlameado a ponto de atolar, como demonstra a Figura 5, a seguir, mas o motorista experiente nos levou até a sede da comunidade, aproximadamente a 8 quilômetros do ramal a dentro, como demonstra as Figura 5: A e B, mostram a falta de infraestrutura e manutenção do ramal do Paulista, obrigam os comunitários e pequenos agricultores a usar formas paliativas de promover o tráfego no ramal, e ter acesso ao seus sítios, como pedaços de madeira e troncos de árvores.

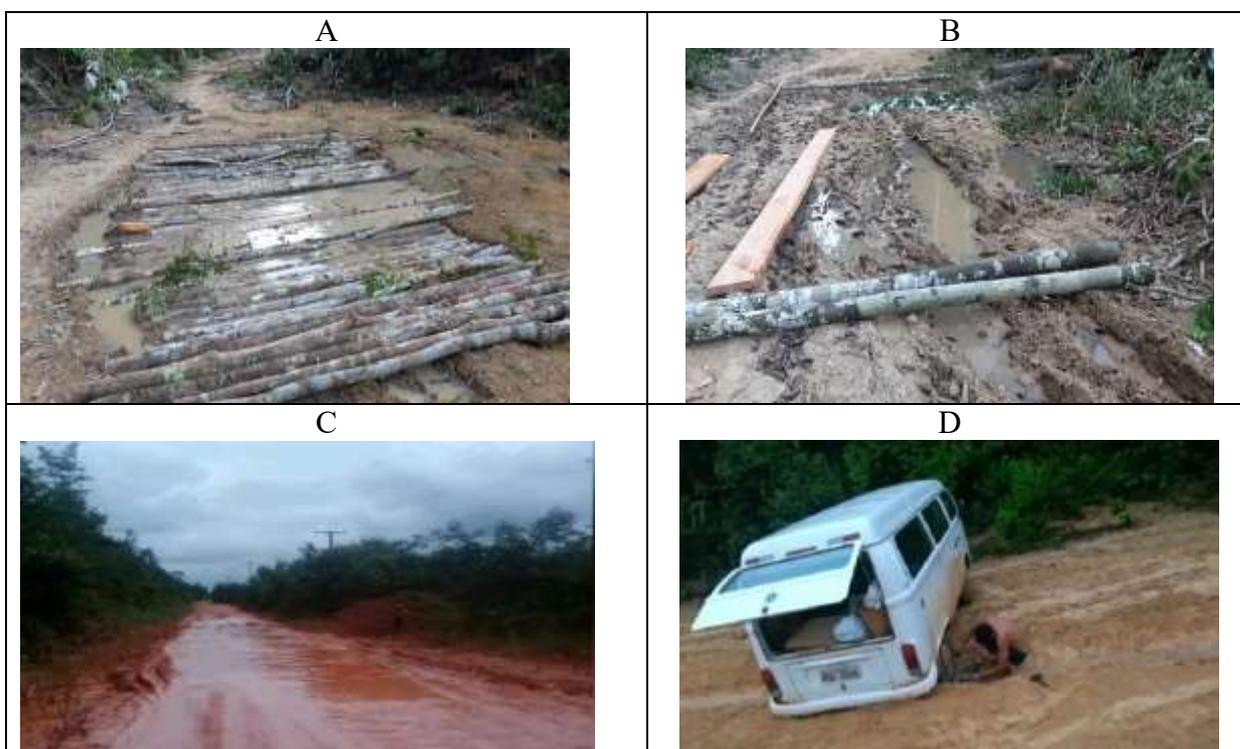


Figura 5: A - Falta de Infraestrutura e Manutenção do Ramal do Paulista, KM 179 BR 174; B - as madeiras foram postas por Agricultores como forma paliativa para tráfego; C - Ramais Enlameados; D - Atolamento Kombi de transporte escolar.

Fonte da Própria autora, 2019.

É importante, destacar aqui que essa é, de modo geral, a realidade dos moradores das áreas rurais do norte do Brasil. Trata-se de uma região de alto índice pluviométrico⁷, com períodos chuvosos durante todo ano, pois os atoleiros, como demonstrado na Figura 5 - D, devidos à má conservação da estrada, prejudicam o cotidiano dos moradores das comunidades. Essa situação, aliada à falta de infraestrutura dos acessos as comunidades rurais, representam os principais entraves dos moradores as sedes dos municípios, assim como o escoamento da produção agrícola. Crianças e jovens são obrigados a enfrentar tal situação nos primeiros anos de vida escolar, o que contribui para a evasão escolar.

Chegamos a sede da comunidade por volta das 19h, um percurso diário de 1:40h (uma hora e quarenta minutos), este dia era uma quinta feira, dia de reunião da Associação dos Comunitários do Ramal do Paulista e de encontro dos jovens, momento único vivenciado por esta pesquisadora poder observar a organização comunitária e registrar um pouco sobre a vida dos jovens moradores Rurais. Fiquei hospedada na varanda da casa do Sr. Oséias Martins - Presidente da Associação de Moradores. Neste mesmo dia, os próprios jovens resolveram montar um tatame na varanda da sede, como demonstra da Figura 6, e foram brincar de lutar, uns de Jiu-jitsu, outros de Judô. Orientados por outros jovens da comunidade que praticam os esportes na sede de Presidente Figueiredo e toda semana estes repassam aos demais jovens o que aprenderam da academia.



Figura 6: Reunião com os Jovens filhos e parentes dos Associados, Comunidade do Ramal do Paulista.

Fonte Própria da Autora. 2019.

Esse processo de repasse das práticas de luta por parte de alguns dos jovens, que tem acesso à sede do município, demonstra que para outros jovens, esse acesso é praticamente inviável pelas condições da mobilidade que existem na região, pela falta de recursos financeiros e pela distância. Desta forma, o contato de alguns jovens rurais com a área urbana do município favorece indiretamente outros jovens, e também os aproximam das práticas juvenis de outras realidades socioespaciais, de outras culturas. Ou seja, devido à distância e as dificuldades de deslocamento os jovens que possuem acesso às comunidades acabam vivenciando outros tipos de atividades físicas, como judô, capoeira entre outras atividades

⁷ Existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano em Presidente Figueiredo. Mesmo o mês mais seco ainda assim tem muita pluviosidade. A temperatura média anual em Presidente Figueiredo é 27.1 °C. A média anual de pluviosidade é de 2975 mm, sendo que 127 mm é a precipitação do mês Agosto, que é o mês mais seco. A maioria da precipitação cai em Abril, com uma média de 415 mm.

consideradas urbanas e expandindo para os demais jovens, além de promover um momento de interação, socialização e lazer.

4.2 O Sentido da Escolarização e do Papel da Escola

Com o intuito de conhecer quem é o jovem estudante rural pesquisado, procurou-se descrever e interpretar os fenômenos que dão voz aos sujeitos envolvidos na prática pesquisada, mas consciente de que “ninguém é transparente para si próprio e que ‘dizer sua prática’ é sempre pô-la em palavras e, pois, interpretá-la, teorizá-la” (CHARLOT, 2000, p. 15;16,); por isso, o pesquisador deve sempre questionar o observado e o modo que lhe falam. Ao seguir esta orientação, compreende-se que os dados coletados devem ser considerados, mas com um espírito crítico de pesquisador que questiona a resposta dos sujeitos.

Com relação à pergunta “você gosta de estudar?”, 91,3% dos jovens rurais pesquisados responderam afirmativamente, sendo 88% dos homens e 93,6% das mulheres. Conforme a Tabela 5, o percentual de 93,6% dos jovens que gostam de estudar. Por outro lado 6,4% responderam que às vezes, equivalente a 3 alunos pesquisados sendo 2 rapazes e 1 moça, justificando-se que se sentem cansados e não terem tempo para si.

Tabela 5 – Respostas dos jovens rurais à pergunta “Você gosta de estudar? ”

Respostas	Alunos			
	M	%	F	%
Sim	7	88	9	93,6
Não				
Às vezes	2	12	1	6,4
Total	9	100	10	100

Fonte: Dados da pesquisa, junho 2019.

Porém, longo em seguida a aluna admitiu de fato não gostar de estudar, embora reconheça ser necessário estudar; mas esclareceu que o não gostar era proveniente de sua dificuldade de entender a explicação de alguns professores de determinadas disciplinas como: química, física, matemática e informática.

Como motivo elencado, um dos rapazes criticou a rotina escolar, ou seja, o estudo das mesmas coisas e das mesmas matérias escolares; já outro observou que quando as aulas são “muito chatas”, não gosta. De igual modo, uma moça respondeu que, às vezes, as aulas eram aborrecidas e que “certos professores também não colaboram”; enquanto um terceiro rapaz ressaltou que não gosta de estudar por causa do trajeto da zona rural até a cidade ser muito longo. Assim, as razões listadas pelos alunos como desestimulantes para gostar de estudar foram desde dificuldades de entender algumas matérias, rotina escolar, aulas e professores “chatos” e o longo trajeto da zona rural para a escola.

Os argumentos utilizados pelos jovens apontam no sentido das aulas não serem muito atraentes, talvez isso esteja ligado à forma como as mesmas são ministradas, isto é, de forma tradicional, ou devido aos jovens já estarem envolvidos com outras formas de aprendizagens como as oferecidas pelas novas tecnologias, como computadores, *smartphone*, *tablet*, etc. Assim, não somente a distância no trajeto de sua comunidade até o Instituto parece um obstáculo, como também a forma como o conhecimento é passado pelos professores aos jovens. Portanto, constatou-se que os alunos estão insatisfeitos com o modelo de ensino/aprendizagem passado para eles no cotidiano da escola, ou seja, para os alunos é uma rotina chata.

Os jovens rurais pesquisados que gostam de estudar (93,6%), conforme destacado na Tabela 5, fizeram muitas observações, nas quais as categorias que mais obtiveram respostas foram “futuro”; em conjunto: “subir de vida”, “melhorar de vida” e “ser alguém na vida”; “aprender” e “conhecer”, sendo que, nas respostas das mulheres, o destaque foi dado à categoria “aprender” e a palavra “futuro”.

Observa-se, portanto, uma preocupação dos jovens rurais com seu futuro. Se outro expressa que gosta de estudar para ser “alguém na vida”, compreende-se que não se sente alguém em sua atual condição, de modo que seria conferido à escola o *status* de “operador institucionalizado de classificações”, tomando-se a expressão de Bourdieu (2011a). Se muitos jovens falam das dificuldades de acesso ao Instituto e a forma como o conhecimento é passado, por outro lado, eles e elas reconhecem a importância de estudar, principalmente as moças, cujas possibilidades de empregabilidade são menores na região ao buscarem a formação em técnico em agropecuária.

Segundo Lahire (2014), as instituições devem investir mais em estrutura: bons professores, bons equipamentos, boa equipe pedagógica. Assim, será possível oferecer aos estudantes, na escola, auxílios que alguns podem não ter fora dela. Por exemplo, dar oportunidades a crianças pobres de fazer uma viagem escolar, dar-lhes acesso a livros, oficinas e cursos de arte e música. A escola é a estrutura estável de quem vive numa família instável. Ela precisa trabalhar junto com os pais para facilitar a harmonização entre esses dois ambientes. Quem não estudou, na lógica dos inquiridos, não pode ser alguém na vida. Assim, um dos jovens pesquisados responde que “estudar é muito bom para ter uma profissão e uma vida”. Outro jovem acredita que só estudando conseguirá o que denominou de “trabalho digno”. Nas respostas obtidas, surgem lembranças de casos familiares, de pessoas que não estudaram e, por isso, hoje sofrem. Uma das jovens gosta de estudar porque almeja um bom futuro e uma carreira de sucesso, pois vê a condição de sua mãe e sabe que se ela tivesse estudado viveria melhor. Nesse caso, atribui a situação subalterna a sua deficiência cultural. Conforme Lahire (2014) entende que o capital cultural é o acesso a diversos elementos que desenvolvam a cultura, de objetos materiais a formas abstratas, uma biblioteca em casa, onde os pais possam explorar com os filhos diversos escritores e obras, é um exemplo. O capital cultural pode ser transmitido para as crianças de muitas maneiras, mas está presente fundamentalmente no círculo familiar. (LAHIRE, 2014).

Outra jovem enfatiza que estudar é o único caminho para ser alguém na vida. Assim, há um consenso que estudar amplia as possibilidades de um futuro melhor, o que pode lhes diferenciar de muitos familiares e amigos.

Mais adiante, na discussão sobre o que os teria motivado a estudar, questão a ser retomada, foi bastante repetida pelos jovens, tal como essa resposta de um rapaz: “*O que me motiva a continuar estudando é chegar até o final do Curso, ter meu diploma e ter as condições melhores que meus pais não ter estudado [...] e para ter uma vida melhor temos que estudar, se formar e ter um emprego digno*”.

O sistema de ensino cumpre bem esse papel de realce na reprodução da relação de cultural. Como não têm o capital cultural, pois a mãe não estudou, a escola termina reforçando a desigualdade social entre os que estudaram, tiveram a oportunidade e os que não tiveram, devido a esse acesso desigual. Desse modo, conforme Lahire (1997), a Educação vem do ambiente social. O fato de que ela seja diferente conforme o meio é um dado comum a todas as sociedades desiguais. Bairros pobres normalmente têm escolas com menos estrutura e famílias com baixo capital cultural, que muitas vezes não ajudam no desenvolvimento do aluno. Nesse contexto a criança está fadada ao fracasso. Tudo provém do ambiente social, dos obstáculos aos sucessos. Um estudante não consegue sair sozinho de suas dificuldades de aprendizagem, as influências externas são fundamentais - seja o apoio de um familiar, de um amigo estudioso ou de professores engajados.

Aproveitando o momento e o engajamento dos alunos, questionamos se os mesmos gostavam de “Ir para a Escola?”, todos alegaram ser cansativo o percurso de ida e volta do meio rural para a escola na cidade, ao qual denominaram de “viagem”. Mas alegaram que ir pra escola é também uma forma de encontrar amigos, conversar quando se sente sozinho. Por meio desta resposta observa-se que os sentidos conferidos à escola pelos jovens, além de lugar para aprender, reside em espaço de socialização (CHARLOT, 2000), ou seja, “os jovens tendem a transformar os espaços físicos em espaços sociais, pela produção de estruturas particulares de significados” (DAYRELL, 2007).

No meio rural, devido à distância entre as casas, torna-se difícil a socialização dos jovens. É certo que hoje há mais acesso por conta das Redes Sociais por Celular, mas a precariedade de acesso a internet ainda torna este tipo de interação muito complicado. Daí a importância de ir à escola, pois nos momentos vagos podem acessar as redes sociais que promovem a integração desses jovens com outros jovens de outras culturas. Há falta de espaço de lazer para os jovens do Campo. Contudo, o que chamou a atenção foi a fala desse jovem que gosta de ir à escola quando, às vezes, sente-se solitário. Ele havia deixado recentemente o meio rural para se estabelecer na sede do município de Presidente Figueiredo, de modo que demonstra ser uma pessoa que realmente aprecia a vida mais social na cidade, mas ainda se sente isolado e sente falta de seus familiares, este jovem passa a semana na casa de parentes para ir à escola e nos finais de semana quando tem dinheiro vai para o sítio com seus pais e irmãos, o mesmo diz que mesmo sendo bem tratado por seus tios e primos sente falta da família.

Uma jovem explicou que não gosta de ir à escola porque o barulho ensurdecedor dentro ônibus que fazem o trajeto, isso lhe causa dor de cabeça. De fato, pude observar alguns ônibus de aparência bastante desgastada, velhos, quando estacionados em frente a Escola mas fica inviável precisar se são velhos ou desgastados devido ao uso diário nas estradas enlameadas e esburacadas dos ramais, mas a falta de infraestrutura nos transportes escolares é evidente e perigosa.

Infelizmente a falta de políticas públicas de assistência ao acesso e permanência para os jovens rurais são escassas e negligenciadas, outro ponto seria a discussão e ajuste dos Currículos para atender a Pedagogia da Alternância, como uma alternativa de atender aos jovens moradores mais de Comunidades Rurais mais afastadas do *Campus*. Apesar desta pesquisadora não ter como atestar as condições de todos ônibus escolares, somente de um, há o registro de um rapaz que, embora goste da escola, expõe: “Às vezes, a gente fica com receio de vir porque é muito perigoso, o transporte escolar não tem segurança, são ônibus velhos”.

Duas moças relatam não gostar de ir à escola às vezes, sendo que uma delas preferiria estudar em casa, enquanto a outra taxa de cansativo ir estudar na cidade e ter que ajudar nas tarefas domésticas de casa à noite.

Além de espaço de luta pelo futuro, é na escola onde os jovens fazem amizades e têm contato com culturas e histórias diferentes. Segundo suas palavras, sentem-se em casa, sentem-se bem e felizes, inclusive, um deles reiterou que é sua segunda casa. Para boa parte dos alunos, é onde podem “aprender” e “conhecer algo mais do que já sabem”; posto que para “aprender e adquirir conhecimento a pessoa tem que frequentar a escola”; bem como “é bom aprender coisas novas e conhecer várias culturas”, recebem “lições preciosas que ajudarão muito”.

Quanto ao objetivo de investigar se haveria diferença entre os jovens do Ramal do Paulista e do Ramal Cristo Rei no sentido que conferem à escola, isso não se estabeleceu nesta pesquisa.

Williams (2011) destaca que a juventude do campo e da cidade, apesar de possuírem determinadas características comuns e há, uma série de assentamentos humanos que desafiam as estruturas tradicionais da cidade e do campo, isso implica no comportamento meio social que estes estão inseridos.

Observamos as expectativas e esperanças na magia da educação, com a maioria dos pesquisados a acreditar que o investimento na educação tem benefícios individuais e, que vale a pena investir na educação em busca do sucesso, bem como aderindo à ideia de que instrução/educação é a melhor solução para o desemprego. Este viés também chama atenção no próximo item discutido grupos focais seguintes.

4.2.1 Motivação para Continuar Estudando: Visão de Futuro

Apesar dos “ônibus velhos” usados em transporte escolar, de acordo com os relatos colhidos, das estradas de lama; do calor escaldante; da necessidade de ajudar os pais na colheita e na separação destas, estes jovens rurais continuam estudando e, fica a questão: o que os motiva? Mais uma vez, as categorias “ser alguém na vida”, “conseguir arrumar um emprego e ser alguma coisa um dia” e “futuro melhor que o dos pais” ou “A exigência dos pais quando eu era pequeno dizendo que era para estudar para ter um futuro melhor do que o deles, já que eles vivem do meio rural”, são evidentes nas falas dos alunos. Além do interesse em ingressar no nível superior e ter um emprego, como pode ser observado na resposta de um rapaz: “*A vaga na universidade, para que eu possa me formar e ter destaque no mercado de trabalho*” (entrevista ALM9). A escola é vista como espaço de melhoria de vida no futuro e isso os estimula: “*O que me dá força a estudar é saber que um dia posso entrar em uma faculdade e exercer o que eu realmente quero para mim e ter um futuro digno para mim e para minha família*” (Entrevista ALM9).

As respostas foram idênticas, assim como as dos rapazes e das moças. A socialização, o aprender e o conhecimento quase não foram indicados, apenas uma resposta abordou isso: “*Gostar de estudar e conhecer o mundo através dos livros, dos professores e interagir com os colegas*” (entrevista ALM9).

No mais, surgiram nas respostas planos de sair do campo para cursar faculdade e, posteriormente, no futuro, ter um bom emprego e ser alguém na vida, tipo de trajetória almejada para a maioria dos jovens. A ideia de que o meio rural não tem muito a oferecer e de que o trabalho dos pais como agricultores não é um bom futuro prevalece nas respostas, tanto que os próprios parentes incentivam os jovens a continuarem estudando. Vejamos algumas respostas:

“Pelo motivo de que na zona rural não tenho muito a ‘apreender’ e eu quero ter um ótimo futuro” (Entrevista, ALF1), são essas algumas das motivações, todas ainda no futuro:

“A vontade de me formar é muito grande. Pretendo cursar biologia ou odontologia” (Entrevista, ALF2); “Ter um futuro melhor, uma carreira profissional brilhante” (Entrevista, ALM6);

“Sim, eu estou no segundo ano e o que motiva é querer aprender sempre mais, ter uma profissão que eu goste”, (entrevista, ALM7);

“Porque quando terminar o ensino médio penso em me formar em direito para ser delegada” (Entrevista, ALF5)

“Sim, a motivação é que eu quero me formar em engenharia mecânica”, (Entrevista, ALM2);

“A persistência dos meus pais e que tudo que estou enfrentando é por eles, por isso, nunca pensei em desistir”, (Entrevista, ALM4)

“A esperança de um futuro melhor de uma dia ter um emprego que me realize financeiramente e como profissional também”, (Entrevista, ALM8);

“Aos bons exemplos de meus pais que sempre estiveram ao meu lado. Dando sempre o apoio para que eu pudesse cada vez mais passar pelas barreiras da vida”, (Entrevista, ALF9);

“Eu tenho muitos motivos. Primeiro, a minha própria vontade que eu tenho de garantir um futuro melhor. Apesar de ser difícil, eu sei que, mais na frente, eu irei me orgulhar. E também meus pais me incentivam muito a estudar”, (Entrevista, ALF2);

“Minha mãe me incentiva muito, e claro que eu quero ser bem-sucedida para melhorar de vida e poder dar pro meu filho tudo que eu não tive” (Entrevista, ALF2);

“O que me motivou a estudar é que eu sei que hoje em dia quem não tem estudo não tem nada na vida, eu tiro isso pelos meus pais, eles não estudaram e hoje têm que viver trabalhando na roça para sustentar os filhos”, (Entrevista, ALM6).

Nota-se que os jovens enfatizaram a importância dos pais na elaboração dos seus projetos de futuro e que estudar e se formar é parte desse processo de construção coletiva. E os jovens comentam ainda da importância de ter um futuro diferente de seus pais e com apoio deles:

“Minha mãe não teve como estudar e eu quero estudar para dar uma vida melhor a ela”, (Entrevista, ALF7);

“A vontade de vencer na vida e ajudar minha família”, (entrevista, ALM6);

“O apoio da minha família”, (Entrevista, ALM1);

“Minha mãe me motivou a não parar de estudar e continuo estudando para que no futuro minha família esteja sempre bem”, (Entrevista, ALM7).

Uma jovem relatou ter recebido conselhos para que não desistisse de estudar:

“O conselho que mais me marcou foi da pessoa que eu mais admiro: minha mãe. Porque é ela sempre que sai de madrugada comigo e só volta pra casa depois que eu pego a Kombi e a gente só se vê de noite, mas de noite ela está cansada, vai dormir, mas ainda no jantar conversamos um pouco sobre o que aconteceu durante o dia, só mais no domingo mesmo e ela sempre diz: “A única coisa que eu posso dar a você é seu estudo porque se eu tivesse estudo eu não precisaria estar trabalhando como estou trabalhando agora, então espero que você aproveite”. Eu sempre faço de tudo para tirar notas boas, para poder passar e não ter que ir para a recuperação. E agora, no segundo ano, também outro conselho foi [...] da professora [...] de português porque uma vez uma menina chegou cansada na sala, numa segunda feira dessas, pensando em desistir porque estava trabalhando muito na roça e ela falou assim: “Você quer continuar trabalhando muito assim? “. Ela disse: “Não! “. “Então seu caminho é estudar para ter uma vida melhor”. Foi o conselho que marcou (Entrevista ALF1, grupo focal 4).

Outros jovens evidenciaram, de forma mais contundente nas entrevistas e nos grupos focais, o apoio tanto dos familiares, sobretudo dos pais, como dos professores, conforme alguns exemplos apresentados no Quadro 9.

Quadro 9 - Incentivadores e motivadores de apoio escolar.

Familiares	Professores
<i>Que eu no começo queria desistir de estudar aqui para estudar Caldeirado, aqui na Sede e lá o ensino não é tão bom quanto o daqui, né?, só que minha mãe, professores, amigos [disseram]: “não... você não pode sair não porque aqui você vai crescer, vai evoluir mais e vai conquistar seus objetivos através da educação daqui” e aí eu segui os conselhos e estou aqui, estou terminando e pretendo não parar de estudar e continuar minha carreira (risos). 3(ALF3, grupo focal junho, 2019).</i>	<i>Sim, eu já tive conselhos bons. Desde criancinha, praticamente todos os professores querem dar um conselho pra gente ter uma visão maior, mas o que me marcou mais foi agora no segundo ano. A professora de português, disse que a única pessoa que pode frustrar o nosso futuro é a gente mesmo. É só a gente ter vontade, querer, que vai conseguir o que quiser e todo sonho que a gente tiver não pode desistir. Precisa crer que vai conseguir, além do possível que a gente possa crer. (ALM4, grupo focal junho, 2019).</i>
<i>Eu acho mais que os conselhos, na maioria das vezes, são mais de família. Meus pais não tiveram o estudo, então sempre me aconselham a estudar que é uma coisa que eles não conseguiram. (ALM9, grupo focal junho, 2019).</i>	<i>O professor de História. Ele falou que ele trabalhava, estudava e hoje trabalha no IFAM e tem até doutorado! Ele disse que se a pessoa estudar e souber dividir as coisas e o tempo tem 90% de chance de aprovação. (ALM3 grupo focal junho, 2019).</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante as falas dos jovens, percebemos que independente da ação da uma vontade consciente, os pais estão sempre participando da educação de seus filhos; desde o começo da vida, quando o comportamento dos pais pode influenciar a forma como os filhos irão se relacionar com o mundo e com as pessoas. A questão é que o comportamento dos filhos diz muito sobre a forma como os pais agiram sobre determinado assunto. Frigotto, 2009 discorre que educar para o diálogo, pressupõe que os pais tenham uma boa relação estabelecida com o objeto de discussão ou, quando isso não acontece, tenham coragem para ser sinceros e expressar limites e incapacidades. (FRIGOTTO 2009).

De acordo com Laire, 2014, os professores têm, sim, a responsabilidade de fornecer competências de instrução - aquisição do conhecimento - e de Educação - disciplina do saber e da vida. Os dois elementos são inseparáveis e a ideia de "instrução pura", que alguns educadores acreditam transmitir, é absurda. Eles devem aceitar que, ao ensinar, estão necessariamente transmitindo os dois aos alunos. Defendo que os docentes serão bem-sucedidos em seu trabalho e poderão torná-lo mais agradável se perceberem que o seu papel é o de educar e instruir ao mesmo tempo. (LAHIRE, 2014).

Diante as falas dos autores acima observamos o quanto é fundamental o papel dos pais e dos professores na formação escolar dos jovens, ambos dentro de sua perspectiva é fonte promotora e motivacional aos jovens, seja por meio de experiências de vida ou técnica cada um tem um papel importante nesse processo de construção da identidade dos jovens.

De outro lado, três jovens que participaram do grupo focal não lembraram de ter recebido um estímulo ou conselho sequer na vida para que continuassem seus estudos. Um dos rapazes enfatizou: “Nada, absolutamente nada. Se houve, não me lembro”, relato de ALM5 nas discussões do grupo focal. Este jovem apresentou, juntamente com alguns colegas, algumas críticas aos docentes, não exatamente por não terem uma palavra de incentivo aos alunos, mas pelo fato de que há professores que, efetivamente, não ensinam.

“Em relação à educação, no meu ponto de vista o sistema de ensino é meio errado porque chega um professor, entra e passa um trabalho. É ou não é? É verdade. Tem professor que chega na minha sala passa um seminário, manda a gente pesquisar e apresentar em grupo e fica sentado. Só tem uma professora que ensina bem, ela faz a gente pensar sobre o assunto”.

(Entrevista, ALM5)

“Porque os professores nem se preocupam se o aluno está bem ou não. Passa lá, você que se vire, ainda dizem na faculdade vocês vão ter que se virar, faça as pesquisas do jeito que quiser e assim fica.” **(Entrevista, ALF3):**

“Aí quando a gente leva bomba no ENEM, SAS e PSC... não tenho como tirar dúvida sobre o assunto, o professor não vem eu vou tirar com quem?”.
(Entrevista, ALM1)

Houve um destaque nas falas dos alunos, que há uma terceirização de ensino utilizada pelos docentes quando estes utilizam as atividades de seminários como forma de ensino, fazendo com que os alunos explanem os conteúdos, porém como exposto pelo aluno ALM5 pouco se compreende dos conteúdos abordados nas atividades de seminários, ainda conforme o aluno, esses conteúdos são imprescindíveis para futuro ingresso na graduação. Há uma preocupação dos alunos em aprender, porém criticam a postura dos professores durante às aulas, onde estes poderiam motivar e estimular mais os alunos, respeitando o contexto sociocultural que estes estão inseridos.

Os pais que motivam seus filhos têm em vista um futuro melhor para eles, uma faculdade, um bom emprego ou profissão, a saída do trabalho duro no campo, pois “quem não tem estudo não tem nada na vida, eu tiro isso pelos meus pais, eles não estudaram e hoje tem que viver trabalhando na roça para sustentar os filhos”. Para aqueles que não são “herdeiros” (BOURDIEU; PASSERON, 2015), há os sonhos.

Em outro contexto, os sonhos juvenis também apareceram, de modo que Charlot trata deste tema a partir de pesquisa com jovens sergipanos, afirmando em seu trabalho que “resta, porém, a parte do sonho” (CHARLOT, 2006, p. 53), quando introduz a fala de uma universitária no debate: “O importante mesmo é não deixar o sonho morrer”. A partir desta declaração, conclui: “Essa fórmula bonita poderia definir o eixo central de uma política a favor da juventude e com a juventude. Não deixar os sonhos dos jovens morrer”.

Os jovens rurais pesquisados, além de considerarem a escola um importante agente de socialização, apresentam uma excessiva confiança e crédito ensino e não veem as contradições presentes na relação linear estabelecida em sala de aula. Mas, por estarem estudando em Curso Técnico e em um Instituto Federal um dos principais motivos elencados pelos jovens reside na perspectiva de terem um bom emprego, em um alinhamento entre diploma e trabalho. Frigotto (2009), no entanto, lembra que “sem capital não se gera capital e, portanto, para se investir em educação, tanto os países quanto os indivíduos necessitam de capital” (FRIGOTTO, 2009).

“Passamos por muitos obstáculos. Mesmo que ganhando o dinheiro da bolsa do PNAES, gasto muito e eu não tenho nenhum emprego na cidade e nem moro aqui, deve ser difícil até pra quem vai pra faculdade. E outro grande problema é que eu vejo a vontade que meus pais têm que eu continue, mas vejo a necessidade de ficar e ajudar, eles não falam direto, mas que vejo as dificuldades que irão triplicar sem a minha ajuda. É algo que querem que eu fique, mas que também desejam que eu continue. É pela minha dificuldade, pelo fato da minha idade”. **(ALM8, durante conversa no ônibus, junho 2019).**

A concretude do impasse sofrido por esse jovem rural quase não lhe fornece a possibilidade de sonhar com a mobilidade social por intermédio dos estudos. Ele precisa do capital para estudar, mas os problemas “irão triplicar” com sua ausência na propriedade familiar e, conseqüentemente, os pais ficariam sem recursos para lhe bancar os estudos. Diante dessa realidade, o rapaz parece questionar se vale a pena insistir na educação, pois a ideia que associa diploma a emprego pode ser enganosa e vive a contradição entre finalizar o ensino médio e trabalhar ou continuar seus estudos universitários, estabelecido sobre essa ideia e a realidade que lhe é apresentada, mesmo tendo que superar as dificuldades.

Agora jovens de famílias mais pobres têm tido acesso a formação superior, Frigotto, 2009, põe em causa que “a escolarização pura e simples, dependendo de sua concepção e prática, não só pode alterar a situação dos jovens e adultos como piorá-la ao transformá-los em culpados por não se inserirem no mercado de trabalho ou por terem uma inclusão precária” (FRIGOTTO, 2009).

Lahire (2014), descreve como superar as diferenças que vêm de fora é muito complexo. É preciso dedicar mais tempo a cada estudante de acordo com a personalidade e as necessidades dele. Não se deve homogeneizar e sim adaptar as soluções para diferentes problemas. Para isso, são necessários tempo e equipe adequada. Se os governos não investem em Educação, estão criando um problema de saúde pública. A escola está em crise e isso é um desastre para o futuro, porque é preciso tempo para transmitir conhecimentos e cultura. (LAHIRE, 2014).

Compilar as respostas, apesar do trabalho árduo, cuidadoso e preocupado, gera momentos de satisfação ao ver que os jovens rurais pesquisados estão frequentando a escola e que a maioria relatando ter dificuldades de acesso à escola. No entanto, cabe lembrar o quanto é ainda necessário avançar, buscar soluções para o problemas que enfrentam para acessar a educação, estimulando esses jovens a galgar novos objetivos, seguir na sua escolarização, mesmo havendo estas dificuldades. É importante registrar suas falas a fim de que haja, cada vez mais, o ingresso dos jovens, das crianças e dos adultos na escola até que, nas palavras de Comenius (2011), a escola possa ensinar a todos.

Os jovens pesquisados que enfrentam dificuldades para chegar à escola arrolaram fatos tanto relacionados à escola e ao transporte (a mais recorrente), como de cunho mais pessoal: o deslocamento, a distância, o cansaço e o fato de trabalharem ajudando os pais na roça (Quadro 10).

Quadro 10 –Respostas dos jovens rurais: “O fato de morar no campo dificulta seus estudos?”

Categorias	Algumas respostas
Transporte	<i>“Porque quando chove o ônibus atola, daí não passa e perdemos aulas” (entrevista, ALF6); “Porque o ônibus falta muito. Quando não tem aula no município não passa ônibus porque dizem que o estado não paga” (entrevista, ALM2); “Por falta de transporte, às vezes, não faço o trabalho que a professora passa” (entrevista, ALF9); “Porque o transporte, às vezes, quebra” (entrevista, ALF10); “Porque tem aulas muito importantes e os ônibus acabam não indo buscar os alunos alguns dias” (entrevista, ALM3); “Não tem transporte. Tenho que vir de moto, então, é ruim” (entrevista, ALM3).</i>
Deslocamento	<i>“Por causa da estrada que frequentamos todos os dias” (entrevista, ALF6); “Porque eu tenho que viajar todos os dias” (entrevista, ALF9); “Por conta do deslocamento para a cidade” (entrevista, ALM6); “É mais cansativo, a estrada não é pista” (entrevista, ALM6).</i>
Distância	<i>“Porque moro longe e para vir à escola é difícil” (entrevista, ALF1).</i>

Trabalho na roça	<i>“Por ter que trabalhar na roça” (entrevista, ALM3); “A maioria, ou melhor, todos os afazeres só podem ser feitos pelo dia e são serviços que tomam muito tempo e começam cedo, impossibilitando pegar o ônibus para vir pela manhã” (entrevista, ALM2); “Pois quem mora no campo trabalha muito mais. Eu ajudo meus pais, se tivesse uma propriedade na cidade para focar só no estudo ia ser melhor” (entrevista, ALM8).</i>
Cansaço	<i>“Porque preciso acordar muito cedo e o fato de viajar todos os dias” (entrevista, ALF9); “Porque eu trabalho no campo e saio para o colégio cansado, enfrento uma longa viagem de ônibus muito cansativa, as vezes chego no colégio sem disposição para estudar” (entrevista, ALM9).</i>
Tudo	<i>“Por falta de transporte, trabalho, condições financeiras e muito cansaço” (entrevista, ALF7); “Porque a escola é longe e temos horários para pegar o ônibus, não podemos atrasar, senão perdemos aula e, quando ele quebra, perdemos também” (entrevista, ALF8).</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

4.3 Dificuldade de Aprendizado na Escola

Neste Grupo Focal usamos o Tema Expectativas Escolares com base na pergunta “você sente ou já sentiu alguma dificuldade na escola?”

Com base em respostas a este questionamento, observei discursos e grafias com erros básicos de português, onde me questiono como podem ter chegado ao final do Ensino Fundamental II e hoje estarem cursando o Ensino Médio e às portas da universidade, com tais níveis de escrita. Em um primeiro momento, emana a ideia do fracasso escolar, sobretudo da escola pública; entretanto, Filipouski e Nunes (2012) lembram que os territórios família e escola, juntos, são importantes na educação dos mais jovens ao se reportarem a Perrenoud e Montadon (2001) e Lahire (2014) que apontam a cooperação entre família e escola como forma de promover o sucesso escolar. Entraria ainda em discussão a clássica categoria capital escolar – “produto garantido dos efeitos acumulados da transmissão assegurada pela família e da transmissão cultural assegurada pela escola (cuja eficácia depende da importância do capital cultural diretamente herdado da família)” (BOURDIEU, 2011a), visto que, segundo esse autor, certas competências não são adquiridas, necessariamente, pelo trabalho caricaturalmente escolar. Na maior parte das vezes, ela é o produto das aprendizagens, sem intenção, tornando possível uma disposição adquirida através da aquisição familiar ou escolar da cultura legítima.

Neste caso específico da competência da leitura e escrita formal, há que se reconhecer que em famílias menos escolarizadas os filhos não têm acesso a livros, tampouco, o mais importante, o tempo para a leitura, imagine o caso desses jovens rurais em que alguns relataram o pouco tempo disponível para os estudos.

Contudo as famílias menos escolarizadas, ao não se considerarem possuidoras das condições culturais essenciais para compreender o processo educativo, não conseguem acompanhar de perto a escolaridade dos mais jovens e, já que veem a escola como detentora do saber científico, limitam a formação dos filhos a esse território (FILIPOUSKI; NUNES, 2012).

Por outra lado, Lahire (1997), discorre que essas interações cotidianas com a família e a formação cultural repercutem na aprendizagem através da leitura, por exemplo, está relacionada com a escrita. Se os pais leem histórias aos filhos desde pequenos, isso vai permitir uma melhor compreensão e aprendizagem da escrita, desde a identificação de elementos até a construção de um texto, com introdução, desenvolvimento, conclusão e uma mensagem para a reflexão. A família tem esse poder de dar as ferramentas do sucesso. Sem

mencionar que esses momentos em que pais e filhos leem juntos são de cumplicidade, de partilha, de troca, de despertar o espírito de curiosidade na criança. (LAHIRE, 1997).

Quanto às matérias da área de exatas e seus assuntos, são considerados difíceis, pois, de acordo com o relato dos alunos:

“É um assunto muito complicado e ruim de aprender” (Entrevista, ALM1);

“Porque exige muito aperfeiçoamento e eu não sou boa em cálculos” (Entrevista, ALF6);

“É algo que, mesmo tentando muito, não consigo entender, existe muitas fórmulas e muitas questões de teorias e eu sempre me esqueço das fórmulas que são muitas” (sobre a disciplina de física, (Entrevista, ALM3));

“Porque são matérias que têm muitas informações” (Entrevista, ALM2);

“Não consigo desenvolver bem essa matéria, entendo um pouco quando o professor explica, mas sozinha não consigo entender” (sobre matemática), (Entrevista, ALF9);

“Pois química tem muitos assuntos que não gosto e porque envolve muitos cálculos, fórmulas e nomenclaturas” (Entrevista, ALM1);

“Por serem assuntos mais avançados” (sobre química), (Entrevista, ALF2);

Entretanto, os alunos não apontam dificuldade apenas em disciplinas que envolvem cálculo. Embora em menor quantidade, as da área de humanas, também foram lembradas as disciplinas filosofia, sociologia, história e geografia. Em relação à filosofia, uma moça expressou: *“Na filosofia, por exemplo, a linguagem é quase indecifrável. Não sei onde vou aplicar na minha vida as palavras que não conheço”*, relata ALF8. Observa-se, mais uma vez, a ideia de sentido prático no que aprende, apresentado pela aluna.

Quanto ao inglês e seu conteúdo curricular, os jovens responderam:

“Porque não estudei inglês onde estudava antes”, (Entrevista, ALM2);

“Porque é uma linguagem diferente da nossa” (Entrevista, ALM4).

Às vezes, embora o aluno sinta dificuldade, pode preferir não admitir por timidez, vergonha ou por achar natural, ou seja, é coisa de estudantes. Em virtude disso, é importante que o professor pergunte se o assunto foi compreendido; pois, mesmo que pareça ser fácil para o docente, pode não ser para o aluno, além disso o docente tem que perceber e ressignificar sua transposição didática, para que alcance ao entendimento dos discentes, nesta pesquisa tivemos que ajustar a linguagem e modificar as perguntas para que os sujeitos pesquisados pudessem entender e interagir nas discussões. Claro que por timidez, por não querer assumir para o professor e para os demais colegas a sua falta de entendimento sobre a matéria, o aluno pode passar todo o ano sem comentar sobre qualquer dificuldade. Por isso, devem ser incentivados a perguntar, a questionar e tirar dúvidas, inclusive de se expor, pois na sala de aula deve haver espaço para que estas sejam superadas. Questionados os alunos não souberam responder o porquê que admitir que não entenderam.

Conforme Silva (2017) o ensino é uma prática social complexa. Realizado por seres humanos entre seres humanos, o ensino é modificado pela ação e relação dos sujeitos (professores e alunos) situados em contextos (institucionais, culturais, espaciais, temporais,

sociais), e, por sua vez, modifica os sujeitos envolvidos nesse processo. Sendo uma área da pedagogia, a didática tem no ensino seu objeto de investigação. Considera-lo como uma prática educacional em situações historicamente situadas significa examina-lo nos contextos sociais nos quais se efetiva nas aulas e demais situações de ensino das diferentes áreas do conhecimento, nas escolas, nos sistemas de ensino, nas culturas, nas sociedades estabelecendo-se os nexos entre eles.

A mudança de nível de ensino, ou seja, a saída do ensino fundamental 2 e o ingresso no ensino médio técnico faz com que o jovem tenha que superar alguns problemas. Uma das jovens, em entrevista, observou que sentiu dificuldade no ensino médio em produção de texto porque no ensino fundamental não produzia redações. A esse respeito, deixou sugestão para os professores do ensino fundamental e até para políticas públicas:

“Que se investisse mais no ensino fundamental porque como eu quero fazer o ENEM e ingressar numa universidade, quando você chega no ensino médio você vê que é completamente diferente. Para ingressar na universidade não é ter um ensino médio bem fundamentado, mas uma base no fundamental. E nas escolas da zona rural é difícil de se ver. Eles [os professores] não puxam muito. Daí você chega no ensino médio, na matéria de produção de texto [...] você não sabe fazer uma redação, você vai aprender no ensino médio, enquanto os alunos de escolas particulares já têm a base formada, mas os de escola rural não. Investir no ensino fundamental, incentivar sempre a leitura e a produção de texto, desde o fundamental, cobrar demais isso porque no ENEM e em qualquer vestibular tem muito peso. O que eu queria era que investisse. Não é investir financeiramente, é o professor no fundamental cobrar mais do aluno. Por exemplo, você é professora, aí você vai chegar lá e vai só ensinar o que você tem que ensinar. Não é assim. Você tem que cobrar mais do aluno, você tem que mostrar, desde o fundamental, você leva uma pessoa a conhecer o que é uma universidade, saber como vai chegar lá. Porque no fundamental se você chegar a uma pessoa e perguntar, [ela] não tem ideia. Tem uns que não sabem nem o que é o ENEM e tem uns que falam “Não, só quero terminar, não quero chegar na universidade” por conta da base no fundamental. Aí eu acho que deve cobrar mais no fundamental, principalmente do [ensino] público [que] não tá puxando”. (ALF10, Grupo Focal junho, 2019).

Charlot (2000) frisa que embora a escola tenha a função central de instruir, ela também é espaço de vida. Para esse autor, independentemente do nível de aprendizagem, o espaço de aprender é um espaço-tempo compartilhado com outros e o que está em jogo não é apenas epistêmico e didático, mas também as relações com os outros e relações consigo próprio, pois o estudante é um ser social. Segundo Dayrell (2007), vários estudos indicam que a sociabilidade, uma das dimensões da condição juvenil, desenvolve-se nos grupos de pares, preferencialmente, nos espaços e tempos de ócio e diversão, mas também está presente nos espaços institucionais, tais como a escola e o trabalho. Os colegas de classe formam uma rede que se converte em uma referência na trajetória juvenil e permite a criação tanto de “eu”, como de um “nós” distintivos. Assim, o referido autor questiona se a escola “faz” as juventudes.

Um aspecto um interessante que chamou a atenção desta pesquisadora, foi que em relação as disciplinas técnicas, os discentes relataram não sentir dificuldade, pois os professores explicam o conteúdo mais aplicam o ensinamento nas aulas práticas, desenvolvendo a práxis educativa, destaco ainda o que foi narrado pelos alunos a troca de experiências:

“Os professores das disciplinas técnicas entendem a gente, logo a gente entende eles.” (Entrevista ALM4);

“Existe troca de aprendizado. “Os professores nos ensinam o que eles sabem e a gente ensina o que já sabemos, é assim que funciona.” (Entrevista ALM8);

“São as melhores aulas, não dá sono.” (Entrevista ALM9).

Silva (2017) afirma também que, que os processos de mediação didática voltados para a aproximação com o senso comum se realizam, normalmente, pela construção de metáforas e analogias na ciência e no ensino de ciências, elementos que têm sido objeto de estudo nas pesquisas dessa área. Essa autora discute ainda o que chama de uma "contradição do conhecimento escolar" que, ao mesmo tempo, produz configurações cognitivas próprias e socializa o conhecimento científico à vivências do educando.

Outro aspecto suscitado nas respostas foi o acesso dos jovens rurais à internet, ferramenta importante para construção do conhecimento e, por que não, distração. Um dos jovens pesquisados abordou as ações feitas para superar as dificuldades na escola: *“Procuro ouvir mais explicações, procuro na internet nas vídeos aulas e com amigos que entendem”* (entrevista ALM1), ou seja, apresentou três das questões de destaque nas respostas obtidas: “prestar atenção”, a “interação com os amigos para estudar” e “pesquisar os assuntos na internet”. Os jovens rurais pesquisados não tinham acesso à internet em casa. Seria interessante, inclusive, que a escola, de algum modo, pudesse explorar mais essa ferramenta como aliada, sobretudo, na aproximação com os jovens rurais.

Por fim, os jovens rurais admitiram dificuldades no uso da linguagem padrão utilizada na escola e, em consequência, nos livros didáticos. Essa dificuldade faz com que jovens procurem leituras complementares a fim de compreenderem as matérias estudadas:

“Procurei revistas, jornais, livros nos quais eu me identificasse” e “Tento buscar mais, procuro outros materiais que dê uma explicação que eu entenda o linguajar dos professores”. (entrevista, ALF10).

Os discursos acima demonstram a dificuldade de entendimento por parte dos jovens durante a explicação dos professores e a última afirmativa “o linguajar dos professores”, esta pesquisadora acredita que a falta de familiarização dos alunos com novas palavras e claro a falta de sensibilização dos professores de descer de seus pedestais e utilizar uma linguagem mais acessível ao entendimento dos discentes. De acordo com Paulo Freire, a escrita potente e direta fornece elementos para compreender o valor dessa expressão nos pressupostos filosóficos e pedagógicos “[...] a leitura do mundo e da palavra é, em Freire, direito subjetivo, pois, dominando signos e sentidos, nos humanizamos, acessando mediações de poder e cidadania” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2010).

4.4 Expectativas Escolares e Profissionais.

Neste tema, tivemos como base as pesquisas elaboradas por Castro e colaboradores (2013), Branco (2005) e Charlot (2005) em que escola e trabalho são os temas mais caros aos jovens, isso não passa incólume nos jovens rurais. Também corrobora com a seguinte premissa de Sposito (2007a): que ao se tratar da “juventude” não se enfatize apenas as “juventudes”. Embora alguns jovens desta pesquisa se apresentem indecisos, natural nessa fase da vida, parece se consolidar o conceito de juventude, no singular, pois, quando indagados

acerca dos planos para após o ensino médio, as respostas mais frequentes davam conta de continuar os estudos e trabalhar, conforme análise a ser apresentada na sequência.

4.4.1 Futuro Profissional

Os jovens que colaboraram nesta pesquisa deram respostas à pergunta “Qual profissão ou carreira você gostaria de seguir?”, cujas respostas contemplaram desde agronomia e medicina veterinária, marcadamente rurais, até gerente de banco e juiz, presentes no espaço urbano como demonstra a Tabela 6:

Tabela 6 – Respostas dos jovens rurais a pergunta “Qual profissão ou carreira você gostaria de seguir?”

Respostas	H		M		Total	%
	H	%	M	%		
Veterinário(a)	1	11,11	2	20	3	15,80
Médico(a)	1	11,11	2	20	3	15,80
Professor(a)			1	10	1	5,26
Advogado(a)	1	11,11			1	5,26
Engenheiro(a)	1	11,11			1	5,26
Enfermeiro(a)			2	20	2	10,52
Delegado(a)	1	11,11			1	5,26
Cirurgião(a) dentista	1	11,11	1	10	2	10,52
Agrônomo(a)	2	22,23	1	10	3	15,80
Biólogo(a)			1	10	1	5,26
Promotor(a) ou juiz	1	11,11			1	5,26
Total	9	100	10	100	19	

Fonte: Dados da pesquisa, junho 2019 / Legenda: H: Homens / M: Mulheres.

Nesta pesquisa, as profissões de veterinário(a), médico(a) e Agrônomo estão entre as três primeiras colocações com, respectivamente, 15,80% das respostas; logo enfermagem e odontologia (cirurgião dentista) com 10,52% as demais profissões 5,26% que represente a resposta de 1 aluno. No entanto, ao que tudo indica, os demais cursos não empolgaram os jovens rurais, pois, dentre estes, apenas um rapaz confirmou, espontaneamente, a vontade de se estudar em Engenharia de Aquicultura, mas no dia da aplicação do deste ele mudou de ideia e deseja cursar Agronomia.

Sennett (2009) indica que tanto incerteza como instabilidade sempre estiveram presentes na história humana, a grande diferença é que hoje em dia elas aparecem sem nenhum tipo de catástrofe iminente, pois há tensões ao nosso lado todos os dias. Essa evidência desperta nos trabalhadores o que o autor denomina de um sentido de deriva, ou seja, a falta de propósito em relação ao presente e de perspectivas futuras. (SENNETT, 2009). Em outras palavras, a nova realidade socioeconômica não permite que ocorra o objetivo desejado por esses trabalhadores, ao mesmo tempo em que corrói qualidades individuais que criam os laços entre os seres humanos e lhes conferem uma identidade duradoura.

Sucessão profissional e transferência hereditária configuram-se como das questões mais relevantes nos estudos sobre a juventude rural, já que é a partir da disposição dos jovens rurais de permanecerem no campo que perpassa a formação de uma nova geração de agricultores para assegurar a continuidade das unidades de produção. A investigação relativa a esse tema traz para discussão fatores como acesso à educação; oportunidade de trabalho independente da família; matrimônio com um(a) agricultor(a); possibilidade de herdar terra; envolvimento na unidade produtiva; tamanho da propriedade e renda familiar (WEISHEIMER, 2005).

Algumas pesquisas vão mais além quando articulam as mudanças no meio rural a uma recente evidência dos jovens rurais que, com seus projetos pessoais e profissionais, questionam os projetos familiares sustentados na reprodução de um modo de vida pautado nas atividades agrícolas. De fato, já que não são mais socializados apenas no meio rural e no contexto da agricultura familiar, mas também em outros espaços, tais como a escola, os jovens rurais cada vez mais desenvolvem expectativas de acesso a um modo mais urbano de vida, enquanto se observa a reconfiguração de suas identidades e de seus projetos de vida (WEISHEIMER, 2005), ou seja o pensar paradoxal da escola.

No grupo focal realizado em 17 de junho de 2019, as respostas obtidas sobre o tema: *tentaria conciliar estudo e permanência no campo; ficaria, desde que desenvolvendo atividades não agrícolas; não ficaria e ficaria, sem estabelecer condições* (Quadro 11). Nesse grupo focal, realizado em uma escola urbana que objetiva preparar seus alunos para o vestibular, três moças responderam que ficariam se pudessem conciliar trabalho e continuação dos estudos. Por sua vez, três moças e três rapazes não mostraram interesse em permanecer no campo.

Quadro 11 – Respostas dos jovens, sobre “se ficariam no campo caso tivessem boa renda?”

Categorias	Respostas
Tentaria conciliar estudo e permanência no campo	“Eu acho que não. Eu ia querer entrar numa faculdade, mas ia tentar conciliar os dois, se pudesse...” ALF3: “Se desse para conciliar eu, particularmente, faria os dois. O meu sonho que eu quero enfermagem e com o dinheiro do trabalho eu poderia pagar o meu curso, aí eu poderia conciliar, mas se não desse eu não abriria mão do meu sonho não”. ALF6: “Eu concordo com a colega, como ela falou que se assim desse para conciliar as duas coisas daria para trabalhar no campo e pensar nos estudos também, mas se não, é melhor os estudos”. (Grupo Focal, ALM9)
Ficaria, desde que desenvolvendo atividades não agrícolas	“Bom, se tivesse como eu poderia [...] pegar Diploma do curso técnico e poder trabalhar em na Jayoro ... Mas diretamente ao campo mesmo eu não ia. Campo não, diretamente no campo não”. (Grupo Focal, ALM8)
Não ficaria	“Eu não queria não. Porque minha família era da cidade, aí quando ganharam a terra do nosso sítio e ficaram lá e [...] o meu sonho era voltar para a cidade. Mas, hoje em dia, [...] eu quero sair logo, quero ir para uma cidade grande [...] eu quero sair do Amazonas”. ALF3: “Eu não concordo porque eu pretendo fazer uma faculdade e viver numa cidade mais avançada do que onde eu possa”. ALM4: “Eu acho que não daria porque o trabalho no campo é um pouco duro, puxado. Eu acho que não daria para conciliar trabalho no campo com estudo, faculdade porque tanto a faculdade puxa como o trabalho no campo é pesado, então eu acho que não daria e até porque conseguir se formar dá trabalho”. ALM9: “Eu acho que não, pois eu não ia abrir mão do meu sonho [formar em medicina] para trabalhar no meio rural”. (Grupo Focal, ALF1)
Ficaria	“Sim, porque o meu sonho é ser um veterinário e dá para conciliar porque veterinário-campo-cuidar de animais”. (Grupo Focal, ALM1)

Fonte: Dados da pesquisa, junho 2019. Legenda: ALM aluno / ALF: aluna.

Observa-se, a partir das respostas dispostas no Quadro 11, muito mais o apelo de ampliação da escolarização em nível superior. Já para um rapaz (ALM1) coloca que poderia permanecer no meio rural, essa permanência não estaria atrelada a ser agricultor. Se a atividade rural não fosse tão dura, conforme apontado pelos jovens pesquisados, mas fosse ligada a novas tecnologias, talvez isso atraísse mais os jovens.

Há ainda jovens rurais que pensam em sair do campo para depois retornar. Quem sabe, tal qual os *high-flyers* e *boomerangs* apresentados por Carr e Kefalas (2009), alguns dos jovens rurais realçaram sair em busca de melhoria de vida com a intenção de voltar e ficar, se tivessem boas condições de renda, como segue o registro a seguir:

“Eu ficaria, mas se eu tivesse uma renda que eu pudesse fazer algo no futuro, tipo alguma coisa que eu pudesse trabalhar para me sustentar, eu e minha família no futuro, mas, como eu não tenho essa renda, é complicado eu ficar aqui, aí tudo indica que eu vou sair daqui. Se eu ficar aqui, como é que vou fazer meu futuro? Vou ficar dependendo dos meus pais? Não tem condição, né? Daqui uns tempos, Deus me livre” (ALM6 Grupo Focal, junho de 2019).

Portanto, assim como os jovens rurais de outras partes do Brasil e da América Latina, os jovens amazônicos enfrentam os mesmos dilemas de permanecer ou sair do campo, e que na intenção de permanecer, isso não significaria *a priori* manterem-se nas atividades agrícolas. É aí que entra a formação técnica ou mesmo a inserção no curso de Técnico em Agropecuária para mais tarde cursar uma faculdade em outra área ou mesmo mudar de curso técnico durante a possibilidade de estar no IFAM.

Para que se possa entender ainda mais o motivo de o jovem rural se interessar em permanecer no campo, se fez necessário também investigar o que poderia prendê-lo a tal lugar: seria somente a tradição e o aconchego familiar? Por certo que quanto menos conforto e acesso às novas tecnologias, a meio de transporte e diversão, menos interessado o jovem ficará em permanecer. Assim, antes de saber se o jovem gosta de viver no campo e a opção futura, cabe destacar o que este goza em termos de conforto na casa paterna, além do acesso a redes sociais, *internet*, etc. Se a comunidade onde mora promove festas culturais; pois, até para os que gostariam de permanecer no meio rural, segundo Abramo (2007), ter acesso ao melhor dos dois mundos tem surgido como um desejo e uma demanda.

Realizamos em um encontro focal uma breve enquete sobre alguns recursos disponíveis em suas casas, verificou-se que todos pesquisados têm televisão (100%), celular, geladeira e fogão a gás, este último mesmo tendo em casa e optam por usar o fogão a lenha, acredito seja por economia de gás ou mesmo uma questão cultural no Norte do país, usar fogareiro ou fogão a lenha, mas está disponível em todas das casas. Computador/*notebook* e acesso à *internet* estão presentes em cerca de 30% das residências, mas o acesso à *internet* somente via celular com antena.

Das festas em comunidades rurais, sejam religiosas, de padroeiros ou populares, espontâneas têm significados de lazer e, especialmente, de tradição, porquanto são mantidas por longos anos e passadas de uma geração à outra, daí a importância de que os jovens rurais do lugar mantenham viva a memória de suas comunidades, pois são festas que, além de propiciarem distração aos moradores do campo, preservam suas riquezas culturais.

Segundo uma das moças, das coisas que desgosta no lugar é que *“raramente acontecem festas”*. Portanto, quando alguém afirma que a saída dos jovens e o esvaziamento do meio rural, embora aponte o esvaziamento, deixa de abordar os motivos que o propiciam e, por outro lado, os que evitariam se houvesse mais atividades socioculturais que propiciasse aos jovens: *entretenimento, condições básicas e essências de moradia, lazer, saneamento, educação e saúde*.

Perguntou-se aos jovens rurais quais são as melhores e as piores coisas que acontecem no lugar onde vivem e a frequência de respostas também será apresentada no formato de *tags cloud* ou em Nuvem de Palavras (Figura 7): *“A convivência com as famílias”*; *“A convivência com as pessoas e os animais”*; *“A simplicidade”*; *“É um local calmo de se*

Contudo, os demais apresentaram outros pontos de vista: “A falta de água incomoda”; “Às vezes, não tem nada de bom para fazer”; “Os ladrões”; “Trabalho demais”; “Levanto cedo demais”; “A chuva”. Um dos rapazes contestou a pergunta com um “Não tem algo ruim” e outra opinou “Não tem uma coisa que eu ache tão ruim. Como eu já falei, é um lugar neutro”. Para esta jovem em seu local de moradia não há nada tão bom nem tão ruim que mereça menção, porém, para as demais moças que moram na mesma comunidade, há aspectos negativos, por exemplo: “As mortes”; “As estradas”; “O difícil acesso com a cidade”; “É o transporte que é muito ruim”; “A distância”; “A falta de um posto médico”; “O acesso à saúde, educação etc.”; “As violências”; “O calor”; “Porque é um pouco perigoso”; “Raramente acontecem festas”; “A falta de locais legais para ir”; “Falta de comunicação”; “A falta de higiene” – possivelmente quis se referir à falta de saneamento básico, pois é visível esgoto a céu aberto em algumas localidades, “falta de comunicação”, “falta internet”.

De qualquer forma, a questão da infraestrutura, da segurança pública, educação, emprego e a falta de espaços de lazer sempre são temas que envolvem fortemente o momento da juventude, seja ela rural ou urbana, contudo, para os jovens rurais são ainda piores porque estão distantes dos espaços de decisão sobre essas questões.

Cabe lembrar, nas demandas juvenis, que o acesso à *internet* se configura como algo essencial. Contudo, hoje é também um fator que contribui para a permanência do jovem no campo, sobretudo, o escolarizado, pois sem *internet* se sente desconectado do mundo. A resposta de um jovem chamou bastante atenção e vale a pena ser retomada neste ponto, pois revelou que gosta de estudar no IFAM por ela ter *wi-fi* livre, ou seja, o ensino em si e a escola não seriam o objetivo principal para a escolha, mas um “acessório” desejado pelo jovem.



Figura 8 – Nuvem de tags de respostas à pergunta “Qual a pior coisa no local onde você vive?”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Observam-se na Figura 8 questões que já começam a fugir da ideia de tranquilidade presente nas respostas sobre as melhores coisas do lugar, como a calma, a quietude e o silêncio. No meio rural desta pesquisa há comunidades mais distantes da sede do município e outras mais próximas e com maior densidade de habitantes. Inclusive locais em que as drogas ilícitas já aportaram, bem como há casos de violência e assaltos.

Essas contradições valorativas acerca das representações de campo e cidade foram interpretadas por Williams (2011) o autor identificou a representação do campo tanto como um espaço vinculado à paz, à inocência e à simplicidade, como também um lugar de atraso, e de limitação, contraposto à cidade, representada como um centro de realizações, de saber e de comunicações. Tais questões apresentam-se nos pontos negativos, justamente por intermédio

de jovens que, sem dúvida, devem residir em locais mais densamente povoados, nos quais esses problemas afloraram há alguns anos. Por exemplo, barulhos de moto foram relatados e, atualmente, configuram um meio de transporte bastante utilizado pelos moradores do campo. Essa situação os aproxima da realidade dos jovens urbanos. Se morar nas áreas rurais afastam os jovens do acesso a melhores condições de trabalho, educação e lazer, por outro lado, os problemas com a violência, poluição, etc. os aproximam dos seus pares urbanos.

4.5 Perspectiva de Futuro

Este tema decorre do fato da formação escolar integrada ao técnico em Agropecuária ser um importante espaço de construção do futuro para os jovens pesquisados e seus familiares, capaz de provocar no jovem rural reflexões quanto a perspectivas de continuação dos estudos em nível superior, a possibilidade de fazer concursos públicos e, assim, a construção de planos de migração para carreiras mais urbanas e, por conseguinte, o afastamento das atividades agrícolas desenvolvidas pelos pais.

Buscamos fazer uma abordagem de questões atuais relativas às identidades, ou seja, um ponto mais pessoal dos sujeitos pesquisados e surgiram tais questionamentos como o jovem rural pesquisado ocupa seu tempo, bem como suas atitudes em face do futuro.

4.5.1 Como o jovem rural ocupa seu tempo

A respeito de como os jovens rurais pesquisados ocupam seu tempo, observamos que os mesmos passam a maior parte dele na escola, totalizando uma carga de 9h diárias e outras 4h (aproximadamente) no trajeto escola x casa/ casa x escola. Nesse trajeto diário, os jovens aproveitam para ouvir música, conversar sobre inúmeros assuntos, realizar planos para o futuro. Embora haja televisão nos lares rurais, os alunos alegaram que só assistem televisão nos finais de semana, caso não tenha outra programação e citam: jogos na quadra improvisada, acampamento, igreja, mas ouvir música é bastante comum.

Conforme relato de dois jovens rurais que jogam diariamente no celular e isso demonstra um percentual pequeno, mas já demonstra claramente que a cultura urbana está sendo inserida no meio rural. Nem todos possuem computador em casa, e a dificuldade ou inexistência de *internet* faz com que se torne raro o uso do computador para jogar e ou nunca jogam. Porém no jogar pelo celular é mais acessível, pois nas comunidades já há sinal de *internet* móvel. Além disso, podem jogar *off line*.

Há relatos de muitos alunos preocupados com as avaliações para ingresso ao ensino superior. Este fator decorre do ensino integrado, que além de trabalhar a Formação Técnica, tem uma preocupação com a aprovação de seus alunos no ENEM. Estes alunos procuram preparar-se continuamente e pesquisam sobre os conteúdos e temas das redações.

Diante do fato que pouco usam o computador e como praticamente todos possuem celulares, fica a hipótese de que o acesso ocorre por meio dos *smartphones*. Os jovens rurais leem menos do que assistem tevê, sendo que, nessa fase da vida, a leitura é imprescindível. Claro que desde o ensino fundamental, no entanto, muito do que os adultos levam de conhecimento e de cultura durante suas vidas vêm da leitura realizada durante a juventude, época em que se tem mais tempo disponível para tal atividade, quando na vida adulta geralmente a leitura torna-se mais específica. Além disso, a prática da leitura permite ao jovem desenvolver habilidades como interpretação de texto e boa redação, fato este que no ENEM há prova específica de Redação.

Para estes jovens, computador e a *internet* tornaram-se importantes aliados para a busca do conhecimento e a aprendizagem. Essa modernidade tecnológica precisa chegar a todas

as escolas, tanto para os alunos como para os professores, de modo que não se compreende, porque ainda não se utiliza essa ferramenta como aliado, incentivando os estudantes ao uso para promoção escolar, mas ainda há percentuais elevados de jovens estudantes ainda sem acesso à *internet* durante intermitente espaço de tempo escolar. Desta forma podemos evidenciar que os jovens rurais pesquisados possuem uma preocupação em relação a sua formação acadêmica contínua e expectativa de futuro, no entanto faz críticas sobre as dificuldades de acesso às informações ou instrumentos mediáticos de aprendizagem.

4.5.2 Apoio Escolar

Questionou-se se as famílias dos jovens rurais teriam modos específicos de relacionamento com a escola; quais as expectativas depositadas na escolaridade dos filhos e as estratégias desenvolvidas de apoio à escolarização.

De acordo com trabalho conduzido por Seabra com famílias de distintas condições de classe, níveis de escolaridade e origens nacionais, a condição de classe e a escolaridade dos progenitores são fatores de diferenciação que estrutura as estratégias educativas familiares (SEABRA, 1999 apud SEABRA et al., 2011). Em outras palavras, no caso de famílias mais favorecidas, há uma tendência de crer que a escola deve ampliar suas atividades educacionais, não a contradizendo, mas compartilhando responsabilidades. Isso significa que os pais participam na vida da escola e mostram disposição em participar nas decisões da mesma. As famílias das classes populares, de outro lado, sentem a escola como algo que lhes é de fora e superior, isto é, algo que não dominam nem aspiram a fazê-lo. Nesse caso, a escola é vista como instância com um papel bem diferente do da família, em que os professores devem cuidar da instrução e a função educativa se limitaria à família. Filipouski e Nunes (2012) também se reportam a essa questão. Esta tese trata especificamente de famílias de classes populares, pois os estudantes são filhos, em sua maioria, de agricultores com baixa escolaridade.

Seabra et al. (2011) buscaram conhecer os modos de relação que as famílias estabelecem com a escolaridade de seus descendentes e fizeram uso de uma série de indicadores no intuito de compreender a frequência de determinados comportamentos protagonizados pelos pais considerados “medida” do seu investimento escolar, tais como controle das faltas, ajuda na realização dos trabalhos para casa, visualização dos testes corrigidos, conhecimento das notas e datas dos testes e ida às reuniões da escola e, por outro lado, da substância dos temas abordados nas conversas quotidianas relacionadas com a escola. Assim, diante dos interessantes resultados obtidos pelas referidas autoras, fez-se uso de idênticos na análise das falas dos alunos pesquisados.

Onde sinalizam com um moderado nível de acompanhamento dos pais: saber das faltas, das notas e participação de reuniões de pais e mestres; porém, ressaltamos a dificuldade de locomoção dos pais, mesmo assim os alunos relatam que seus pais e ou responsáveis sempre quando podem ou estão na sede do município, buscam a escola para tomar informações sobre sua vida escolar.

Em referência à ajuda nas atividades escolares, não há muito envolvimento dos pais, especialmente em relação aos rapazes, devido ao fato de os jovens estarem no ensino médio e os pais, em grande parte, terem tido apenas ao ensino fundamental 1, assim o auxílio nas resoluções das tarefas escolares, fica a cargo do próprio estudante, mas essa lacuna está associada à falta ou baixo de conhecimento dos pais

Esse ponto, porém, retoma a discussão apresentada por Charlot (2007) referente às normas e aos valores da juventude contemporânea e uma questão importante hoje: a individualização, como uma forma de reivindicar autonomia para eleger, com base em seus valores, aquilo que percebe como melhor para sua vida, em uma busca de liberdade individual aliada ao desenvolvimento pessoal. De modo que, na altura da finalização para o ensino médio,

prestes a, quem sabe, ingressar no ensino superior, por certo, em busca da individualização, não se submetam a uma vigilância mais estreita dos pais ou a hipótese aventada por Seabra et al. (2011) de descuido das famílias de classes menos favorecidas. Tendo em vista, a existência de um movimento por parte de psicólogos para que os pais de classe média liberem mais os filhos a fim de que estes cresçam e obtenham independência, pois os monitoram tão de perto como se fossem o centro do universo, que não lhes sobra espaço para a individualização.

Para Bourdieu (2004c), os próprios interesses familiares, inclusive dos progenitores que não desejam ver os filhos descerem abaixo de seu nível, os interesses dos filhos que não querem ser desclassificados, pois virão a sentir o fracasso com maior ou menor resignação ou revolta de acordo com sua origem, vão conduzir a estratégias diversas, cuja finalidade é a manutenção da posição.

Embora os pais não sejam formados, nem os filhos tenham capital cultural herdado, mas projetam sobre seus filhos a obtenção capital escolar ou como o diploma, ocorrendo o que Bourdieu denomina de “ruptura da correspondência” (BOURDIEU, 2011a, p. 124), que reitera nossa percepção sobre a influência da família na construção acadêmica dos jovens do qual exerce independente da condição social que este indivíduo está inserido, enfatizar o papel da família e das redes de apoio na promoção do desenvolvimento infantil (Carvalho et al., 2016; Dunst, 2002), consideraram a relevância dos diversos fatores que interagem com o desenvolvimento da criança a fase adulta, essa abordagem inclui mais instrumentos para a prática da intervenção precoce, evidenciando a importância da atenção direcionada também a esses contextos, como a comunidade, a família e a disponibilidade de seus recursos.

4.5.3 Diante do Futuro

Depois de explorados os projetos escolares e profissionais dos jovens alunos, dar-se-á conta, sumariamente, de algumas das suas atitudes, crenças ou disposições diante do futuro. Ao utilizarem como referência a vida dos pais, a maioria dos alunos pesquisados espera ter uma vida melhor que a de seus pais, e demonstram expectativas grandiosas para o futuro. Quando relatam *“Vou ter muito dinheiro, casas, carros, viajar pelo mundo!”*; *“quando eu estiver formado e trabalhando quero comprar uma mansão, vô comer todos os dias em restaurante.”*; *“No futuro quero ser cidadão do Mundo, viver viajando e voltar pra casa só nas férias!”*; *“Eu quero muito me formar, ter uma casa grande e ter condições pra bancar meus pais”*; *“Eu tenho certeza que eu vou ser alguém na vida, eu tô estudando pra isso”*.

Conforme o relato acima percebemos que o desejo de algo melhor que seu é presente em todas falas, no entanto há a marcadores preponderantes que assinalaram uma afetividade com o lar, família e bem estar familiar.

4.6 Saber Fazer e Reivindicar

Com a intenção de destacar as mudanças que ocorrem no meio rural, diante um mundo no qual a comunicação é importante e seu domínio vital para se resolver questões relacionadas a serviços, como sociedade, saúde e educação, observamos uma lacuna de ideias para uma parcela considerável dos jovens pesquisados, quando tratamos a temática *“se você pudesse dizer algo aos formuladores de políticas públicas, o que recomendaria especificamente para os jovens rurais?”*. A maioria dos jovens alegou sentir dificuldade em expressar suas recomendações, talvez não soubessem o conceito de políticas públicas ou que concerne o tema.

Esta discussão tem sua importância por tentar possibilitar que os jovens pesquisados – inclusive os mais tímidos que, nos grupos focais e entrevistas, foram estimulados a expor seus

pensamentos, suas ideias – pudessem desenvolver a competência crítica e reflexiva. Ademais, ao falar de seus problemas, por sua condição de ser morador e estudante oriundo de *zona rural*, de esperança e desvio, o jovem se torna um respeitável sujeito analítico das práticas políticas e dos modos de governo. Portanto, na luta pela redução das desigualdades sociais, é importante que se ouça a voz dos jovens, especialmente os das classes populares. Isso pressupõe considerar o jovem como sujeito de uma nova condição e reconhecer a importância da juventude (NEVES; FERRERI, 2013).

Nas respostas obtidas, destacaram-se recomendações às seguintes categorias: educação, cursos profissionalizantes, saúde, transporte, tecnologia, melhores condições de vida, inserção profissional, cultura e que os jovens rurais sejam ouvidos e valorizados.

“Eu acho que os políticos deveriam ouvir mais os jovens para saber a necessidade de cada um por causa que, quando você mora no interior, você tem dificuldades mais que pessoas que moram na cidade, então deveriam ouvir mais os alunos do interior para saber suas necessidades, o que precisam para se deslocar para a escola. Muitas vezes, muitos jovens desistem da escola por causa das dificuldades que vêm da zona rural, aí já viu né, acaba desistindo mesmo”. (ALF2, grupo focal, junho, 2019).

Outro rapaz também ressaltou a importância do jovem rural ser ouvido: *“O que eu acho é que deveriam ouvir mais as necessidades dos alunos do interior porque apesar das dificuldades eles são muito batalhadores e querem estudos melhores”*, ao passo que uma moça destacou outras questões:

“Melhorar o espaço rural e valorizar mais a cultura para não ter tantos deslocamentos de jovens daqui para outro lugar fora e para manter mesmo a cultura local. Melhorar espaço rural com: escolas, educação, transporte...”. (ALF5, grupo focal, junho, 2019).

Os jovens não só reclamaram e reivindicaram, mas houve um deles que também elogiou avanços visíveis nos últimos anos e que, no momento crítico em que o país atravessa, causa preocupação pensar se tais direitos e conquistas serão extintos.

“Eu acho [...] que a gente não pode ser hipócrita e dizer que hoje está pior do que antigamente. Antigamente era bem pior do que hoje, mas [...] muitos jovens do interior eles querem ter dezoito anos para viajar, tentar ganhar a vida em outro lugar, na cidade de Manaus, e eu acho que o governo precisava olhar isso [...]. Quem mora no interior não é bem valorizado. Quem é da cidade é. Se tivesse, ao menos o mesmo nível ou no mesmo patamar, seria uma melhora muito [...] boa para os jovens que moram no interior [meio rural]”. (ALM4, grupo focal, junho 2019).

Observa-se no grupo focal que um dos rapazes lembrou dos avanços que ocorreram nos últimos anos no meio rural. Porém, o mesmo se contradiz e complementa que os jovens só vislumbram ir embora para cidades porque o interior não desenvolve igual a capital, por isso saem em busca por oportunidade de trabalho e melhores condições de vida. Assim, o rapaz sinaliza como um dos motivos de esvaziamento dos jovens no meio rural.

Se houvesse uma melhor fiscalização e acompanhamento por parte do setor executivo voltados para fiscalizar e garantir as condições mínimas de moradia e trabalho no município, como expressou uma das moças, *“há falta d’água nas torneiras das casas, com essa abundância de água que tem em Presidente Figueiredo qual a perspectiva do jovem rural de*

ficar? por que ninguém vê isso? Cadê os políticos pra cobrar o prefeito? Sumiram!”. Presentes no relato da aluna ALF5, em relação ao a falta de água nas residências e a omissão e descaso do poder público.

Observo que os jovens, até então, tinham a preocupação de entrar na escola, contudo, agora, já começam a se preocupar sobre o que farão ao concluírem o ensino médio. Alunos demonstraram anseio em continuar os estudos, mas relatam preocupações sobre de que maneira isso seria possível. Nem todos têm capacidade financeira e a incerteza gera ansiedade nos jovens que criam expectativas.

Uma grande preocupação dos jovens rurais desta pesquisa é a futura falta de recursos para se manter no curso superior e também o transporte é a grande preocupação, uma vez que a há poucos cursos superiores na sede do município, e os que tem são concorridos, para isso manter-se morando com os pais, trabalho na roça e ter que estudar em Manaus será outra luta a ser travada nos anos que estão por vir. Os jovens rurais necessitam de um “pacote” mínimo para irem à universidade que seria: meio de transporte, alojamento e alimentação; no entanto, alguns relatam que não têm esse mínimo nem pra cursar o médio, imagina no superior, tal como observado por uma jovem:

“Filhos de agricultor vão estudar na universidade em Manaus e as famílias não têm como sustentar. Certo... porque se passar no ENEM não vai pagar, mas não tem alojamento, tem transporte da Prefeitura que tem que pagar uma taxa, mas não é só isso. Vai gastar também com outras coisas e como é que também a família vai sustentar esse jovem lá estudando? Deve ser difícil estudar assim”. (ALF5, grupo focal, junho 2019).

Como as vagas ficam à disposição, às vezes ocorre um contrassenso: a universidade instalam um *campus* ou um polo EaD na sede do município com oferta de vários cursos de Zootecnia, Agronomia e Engenharia de Pesca, mas tais vagas nem sempre serão ocupadas por jovens das comunidades, notadamente os do meio rural. Desse modo, estudantes até da capital do estado e de outros municípios, que não obtiveram pontuação suficiente para ingressar no principal *campus* da capital, vão estudar nesse do interior, que é um polo avançado a 107km distante de Manaus, visto que seus pais têm condições de custear suas despesas ou carro para deslocamento diário.

“Nós somos jovens como os do sul, como os do sudeste, temos os mesmos sonhos, conhecemos as mesmas oportunidades que os outros conhecem. Ter uma visão para eles [formuladores de políticas públicas] olharem diferente, lembrarem da gente porque somos esquecidos, infelizmente. Eles [os políticos, gestores das universidades] tinham que investir em profissões que a gente tenha acesso. A gente tem um sonho de se formar e [...] ter a oportunidade de um emprego, ao menos de um salário mínimo. Que a gente não precisasse sair do lugar que a gente mora ou ir buscar [emprego] em outro lugar porque a gente gosta do lugar onde mora [...]. Lembrar de investir nas escolas porque o melhor lugar que o jovem tem a oportunidade diferente é pela escola [...]. Oportunidade de mostrar o que a gente sabe. Porque a gente é capaz, inteligente, como qualquer jovem do Brasil. Somos esquecidos, como se a gente não fizesse parte do Brasil e a gente faz parte e tem sonho como qualquer outra pessoa. Então, acho que falta isso: oportunidade! Enfatizar trabalho no nosso lugar e formação profissional [...] E outra: difícil acesso para ir, difícil transporte porque eles não pensam. Às vezes põem o curso, mas não pensam como é que o jovem do interior vai chegar no lugar do curso se a gente não tem meio de transporte, não tem a chance de chegar lá [...]. Se você não tem um emprego, você não

tem um salário, às vezes nossos pais não têm condições de bancar a gente porque a vida é difícil [...]. Morar distante da cidade é uma das questões mais difíceis do mundo”. (ALF3, grupo focal junho, 2019).

Além da falta de condições financeiras, há relatos não terem acesso aos cursos ofertados no *campus* do interior porque não obterem a pontuação necessária no ENEM. O acesso às vagas, mesmo com a interiorização do ensino, continua sendo desigual e isso é frustrante quando o jovem rural tem capacidade para ingressar, mas não de se manter estudando em nível superior.

“Os órgãos públicos deveriam investir mais no Municípios porque, apesar de você morar no interior do Amazonas, tem muitos talentos e muitas vezes não são reconhecidos pela sociedade no Brasil. Eu acho que deveriam investir mais em jovens e, quem sabe, gerar grandes pessoas importantes na sociedade futura. Valorizar o jovem do interior”. (ALM9, grupo focal junho, 2019).

O que se observa, é que os jovens tem conhecimento da importância das políticas públicas na realização dos seus desejos de futuro e que eles e elas, mais do que rurais, são também jovens, como os urbanos. Isso reforça a proposta de Sposito (2007a) que ao se tratar da “juventude” não se enfatize apenas as “juventudes”, mas sim a convergência entre as questões expostas pela juventude com a singularidade em uma chave mais geral. Os jovens rurais apresentam seus sonhos, mas não querem ficar apenas sonhando, de modo que reivindicam a acessibilidade para que não percam a esperança. Conforme ponderações do rapaz, a oportunidade é tão importante quanto o acesso a ela, além da necessidade da valorização de talentos locais.

A educação tem um apelo muito forte para os jovens rurais pesquisados e foi muito comentada devido ao recente fechamento de escolas de ensino fundamental e à ausência de escolas de ensino médio no meio rural. Um dos participantes considera que talvez falte “aos governantes perceberem o poder que a educação tem” e que “*investir mais e mais na educação é a solução para vários problemas*” (ALM9, grupo focal, junho 2019).

“Bom, eu sinto falta de escolas de ensino médio no interior [meio rural]. Eu acho que deveria ter porque é difícil se locomover do interior para a cidade e necessitar também de ônibus. É difícil. [Os ônibus] às vezes quebram, às vezes o motorista é irresponsável... A gente sofre muito com isso. Eu sinto falta de escola de ensino médio [no meio rural]. ALM1: Eu acho que deveriam melhorar as estradas e ouvir os alunos que, muitas vezes, andam muitos quilômetros, tipo eu, ando um quilômetro para pegar o ônibus, um quilômetro e meio e, muitas vezes, chego no ponto e ele não espera, se passar mais cedo, 5h30 – ele [o transporte] passa 5h40 – e muitas vezes deixa nós na estrada”. (Grupo focal, junho, 2019).

A ausência de escolas no campo dentro das comunidades e a dificuldade de acesso à transporte foram as questões mais apresentadas. Tais problemas foram bastante reforçados nos encontros dos grupos focais. Devido ao fato de comumente não ter oferta de ensino médio no campo, os jovens necessitam do transporte escolar para irem à escola, mas esse transporte, segundo relatam, é das prefeituras que cedem vagas aos alunos da rede estadual em uma parceria, este último seria o IFAM. No entanto, às vezes, o estado não “paga o diesel” às prefeituras e os ônibus não levam os estudantes do ensino médio, pois faz parte da competência do estado e muitas vezes delegam a competência de responsabilidade ao IFAM.

Os jovens rurais relatam que passam humilhações, até mesmo por não poderem utilizar os assentos.

“A questão do transporte, nós que somos do IFAM, somos muito humilhados por viajar no carro do município já que o estado não paga, aí fica difícil. Quando a pessoa vai sentar no ônibus, dizem que não pode porque é do município... Eles passam na cara, ficam dizendo que o estado não paga, acho que não paga mesmo não”. (Entrevista ALF6, grupo focal, junho, 2019); “Até o pessoal do estado está se prejudicando porque estava pegando carona no [transporte do] município, mas, como o município entrou em férias [e os alunos das escolas estaduais e a gente continuaram as aulas porque os professores tinham que repor o período da greve] e a gente por conta do calendário do IFAM, aí prejudica”. (Entrevista ALM2, grupo focal, junho, 2019).

Por fim, uma jovem, ao ser entrevistada, observou que se deveria ter mais “afeto” com o jovem rural. Para a jovem, mais afeto seria criar cursos “especialistas, não só na área do campo”. Assim como o jovem que criticou o fato de só serem ofertados cursos voltados para agropecuária, essa moça observou que *“nem todos os jovens que vivem e gostam de determinada localidade querem se formar para trabalhar com a terra”*. Muitos querem se formar em medicina, enfermagem em engenharia, em tudo mais. Então, *“deveriam trazer mais cursos profissionalizantes de graça e dar direito a todos”*. Um rapaz, por sua vez, teceu as seguintes críticas:

“Primeiro, eu gostaria de falar que não tenho preferência por partido nenhum, só que eu acho que a precariedade do governo, hoje, no Brasil, tá refletindo muito forte entre os jovens porque hoje está todo mundo vendo que a escassez de água está no mundo inteiro, mas o governo não tá necas pra quem é do interior, pra quem não tem água encanada, não tem como cultivar para sua família, ter a comida para sua família, dar uma roupa. Segundo, os estudos: hoje, pra você entrar numa faculdade, certo, você tem que estudar pra ter a sabedoria de chegar lá já sabendo mais ou menos o que é que você vai querer, mas eu acho que mesmo assim ainda está precário o sistema educacional. [...] Eu acho que deveria, sim, repensar em novos modelos de planejamento pra essas áreas, né, que o jovem hoje se quer trabalhar no campo não tem como. É o que eu posso falar: o apoio devido do governo. Se quer ir pra uma escola não tem apoio do governo. Você vai ter o quê: um livro pra estudar, só, e tchau. O governo não vai te apoiar em nada. Eu acho que deveria ter programas de incentivo ao estudo que hoje no Brasil é coisa quase rara”. (Entrevista ALM4, grupo focal junho 2019).

Compreende-se, a partir dessas falas, a força que a escola tem na formação dos projetos juvenis e o quanto o país precisa avançar em educação. Já houve ampliação de oferta do ensino médio e, com acesso a transporte escolar, os jovens rurais aproveitam as oportunidades para estudar e, desse modo, avançar até o ensino superior. Já não é raro encontrar jovens rurais cursando faculdades, alguns até no mestrado, sobretudo, quando têm o apoio financeiro dos pais.

Em resumo, os resultados apontam para um moderado nível de envolvimento das famílias dos jovens rurais em três aspectos: saber das faltas, das notas e das datas de provas, com significativas diferenças por gênero, especialmente no controle de faltas escolares e nas datas de provas. Em referência à ajuda nas atividades escolares, não há muito envolvimento

dos pais, especialmente quanto aos rapazes. Sobre as expectativas que depositam na escolaridade dos filhos e as estratégias de apoio desenvolvidas para sua escolarização, os interesses dos familiares é verem os filhos acima do seu nível e da parte dos jovens a continuação dos estudos em nível superior.

Quanto à profissão, perguntou-se qual a que os pais gostariam que tivessem e uma considerável parte dos jovens rurais respondeu que escolheria a profissão que quisesse; sendo assim, indicando ou atitudes relacionadas ao conceito de individualização ou que os pais, apesar das expectativas, não acompanham de perto e não desenvolvem estratégias para que as ideias e sonhos de ingresso na universidade se concretizem.

Para jovens rurais chegar seu último ano do ensino médio soa como um processo de individualização, está dificuldade configura-se como mais um empecilho e medo sobre o que o futuro lhe espera, mas para aqueles que têm planos de viajar e de ir embora do meio rural, finalizar o ensino médio é sinônimo de trabalho e estudo em outra cidade, mas, sobretudo, vislumbra novas possibilidades independência, de perspectiva de um futuro melhor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que o meio rural transforma-se em um espaço cada vez mais heterogêneo e desigual, onde a juventude é afetada de maneira mais direta por essa dinâmica de diminuição de fronteiras entre o espaço urbano e rural, associada à falta de infraestrutura e políticas públicas para quem vive da agricultura acompanhar ao padrão de modernização e desenvolvimento. As gerações passadas (agora os pais dos jovens alunos pesquisados) construíam suas experiências em espaço social mais restrito, enquanto que as gerações atuais estão cada vez mais ligadas a relações sociais e culturais mais amplas, o que possibilita a estes jovens repensarem suas identidades, suas relações pessoais e seus projetos de vida. Agora e cada vez mais centrados na decisão entre permanecer no meio rural ou partir em busca de novas oportunidades nas cidades, o que vem fortalecendo o debate em torno de permanecer no campo ou não. Além do mais, os jovens de agora, cada vez mais procuram afirmações para o seu futuro e aspiram à construção de seus projetos, geralmente vinculados ao desejo de inserção no mundo moderno, e com mais oportunidades.

Os problemas culturais continuam a se deslocar para mais adiante. Foi o que se objetivou esta pesquisa: seguir a luz de questionamentos, focando apenas os jovens filhos de pequenos produtores rurais, estudantes do Curso de Agropecuária na forma Integrada ao ensino médio e buscou-se conhecer a realidade vivida por estes jovens, sua visão sobre sua formação acadêmica, perspectiva de futuro, anseios e percalços vividos por estes.

Assim, com base na análise das informações obtidas nesta pesquisa por meio da aplicação de questionário e realização de entrevistas e grupos focais realizados com estes jovens estudantes no *Campus* de Presidente Figueiredo/IFAM, observamos que é bastante enraizado o sentido que os jovens rurais dão à experiência de escolarização e ao papel da escola em sua formação. Os dados coletados indicam que eles e elas gostam de estudar e de ir à escola, não é somente uma relação entre estudar e a preocupação com o futuro e em ser alguém na vida por meio dos estudos, culminando com um sentido pragmático de ir à escola. Para os jovens, ir à escola representa um lugar de aprendizagem e conhecimento, um espaço onde trabalham pelo futuro e em especial de socialização onde criam laços de amizade.

Isso desperta uma certa homogênea relação aos discurso comuns entre estes os jovens pesquisados que quando questionados sobre suas perspectivas de futuro e sobre a motivação de permanência no campo, as respostas delineiam planos de deixar o campo, ingressar em uma universidade e, no futuro, ter um bom emprego e ser alguém na vida, o tipo mais comum de declaração. Essa é a expectativa de trajetória para a maioria dos jovens deste estudo, pois, para eles e elas, como a zona rural não tem muito a oferecer em termos de empregos e já que o trabalho dos pais como agricultores não é valorizado e desejado, pensam em ter um bom futuro longe das atividades agrícolas, de modo que até os próprios parentes os animam a seguir estudando.

Os sonhos como o de ter uma profissão e ser bem-sucedido, ter uma boa base na formação escolar e conseguir um bom emprego futuramente foram citados repetidamente. Sem dúvida, têm uma confiança excessiva no credencialismo na formação acadêmica, destaque que a busca destes jovens está pautada mais na formação básica objetivando ingressar no nível superior, delineando o diploma como uma forma de se profissionalizar e ter a garantia de um emprego melhor. Todos os pais apoiam os filhos para ir à escola; inclusive os jovens mostram relatos de apoio de seus pais.

Ante as dificuldades na escola, os jovens pesquisados as enfrentam e, ainda que desgostem de certas matérias – não pelo conteúdo, senão pela complexidade implicada: metodologia aplicada pelo professor, complexidade na linguagem usada durante as aulas, e outros –, têm a perspectiva de seguir estudando e superando estas dificuldades com apoio de outros jovens ou pela busca do autoconhecimento usando a *internet* como um instrumento de aprendizagem.

Para os jovens pesquisados, o bom aluno conjuga sobretudo dedicação aos estudos, o prestar atenção às aulas e a não retenção nas disciplinas, por outro lado foram unânimes em relatar em que não sentem dificuldades nas disciplinas técnicas, pressuponho que está relacionado com suas experiências vividas no campo com seus familiares e na escola a reiteram estes conhecimentos práticos, previamente vivido em casa, de forma acadêmica e compreendendo cientificamente os conceitos e claro aprimorando e ou adquirindo novas experiências.

Outro destaque dado por estes jovens são as aulas de educação física certamente, por favorecer o lúdico e a movimentação a jovens que não têm muitas oportunidades de diversão e lazer no meio rural, e não gostam tanto de química, física e matemática, já alguns assuntos das disciplinas de química, física e matemática são de difícil entendimento e poderiam ser trabalhadas de forma interdisciplinar a fim de melhor atrair o interesse dos estudantes de origem rural, ou melhor poderiam ser de algum modo relacionados à vida campesina, contudo, observamos que não houve uma preocupação na estruturação do Projeto Pedagógico do Curso em considerar em seu currículo as especificidades da cultura rural.

No tocante às expectativas escolares e profissionais, confirmou-se interesse em cursar uma universidade ou faculdade, suas expectativas de começar a trabalhar também são altas, mas sabem que há uma necessidade de ter uma base acadêmica melhor para galgarem melhores empregos e por seguinte melhores salários.

Quanto ao futuro, uma parte se mostra em situação de incerteza, tanto pelos relatos de possíveis dificuldades para cursar uma universidade fora de seu município ou de começar a trabalhar. Nesse aspecto, não mostraram nenhum interesse em trabalhar em empresas privadas, na sede do município de Presidente Figueiredo e nem mesmo na capital, onde os mesmos demonstram receio de passar dificuldades e seus pais não terem condições de ajudá-los. Já o emprego público, bastante citado pelos jovens, ter uma estabilidade, uma garantia salarial. Todavia, quanto ao emprego e à futura profissão uma boa parte dos alunos pesquisados reforça a situação perante as incertezas do futuro, estas incertezas causou-me surpresa pelo fato de que a maior parte dos jovens rurais pesquisados gostaria de empreender, ou seja, ter uma empresa ou trabalhar por sua conta, fato confirmado através de duas perguntas do questionário, e quanto às respostas em ter que trabalhar e ter a garantia de ter dinheiro o suficiente para conhecer novos lugares. Para esses jovens rurais, diante de uma realidade de incertezas quanto à inserção profissional, ter um negócio próprio seria uma alternativa. Embora as ideias de empreendedorismo apresentadas pareçam mais com o conceito, um deslumbramento, do que com o de uma certeza de futuro.

Quanto à concepção de identidade enquanto jovens rurais, como o fato de estudar em área considerada urbana, de certa forma provocou mudanças no modo de ser e no comportamento, em particular na sociabilidade, a interação com novas culturas com outros jovens seja na escola ou pelas redes sociais, do qual de certa forma muda os padrões de comportamento até então mais familiar e interpessoal para um *mix* cultural mais midiático e muito mais amplo.

Foi observado a partir dos dados coletados, que não há uma rejeição ao campo, mas existe o desinteresse pela profissão de agricultor, em dar continuidade à produção familiar, em assumir a propriedade dos pais. Desta maneira, os jovens rurais que não gostariam de assumir a profissão dos pais e cuidar da propriedade, destacamos três justificativas, mais comuns entre

os jovens pesquisados: a) Jovens que não se identificam com a agricultura demonstram que já não têm o interesse de seguir a profissão dos pais; b) A desvalorização da profissão dada ao pequeno agricultor visto à falta de recursos e infraestrutura; e, c) Um enfoque entre não querer ser agricultor(a) para continuar estudando e ter outra profissão; portanto, outra identidade. Observa-se, desse modo, a forte relação em sua formação escolar com o fato de querer ficar ou não na zona rural.

Há também quem se preocupe em assumir a propriedade dos pais apenas para não deixar morrer a cultura; porém, pretendem expandir a produção, com enfoque empreendedor. Assim, destacamos uma característica bastante recorrente nesta é que a minoria dos jovens que ainda se predispõe a ficar no campo, mas com um olhar diferenciado com intuito de expandir e modernizar a propriedade de seus pais.

Destacamos também, que os jovens rurais falam coloquialmente, ou ajustam-se ao padrão mais formal da fala, tanto em casa como na escola, e já quase não utiliza a linguagem rural, bem como prevalecem os que relatam não sentir dificuldade com a linguagem mais formal da escola. Embora não desprezem o modo de falar rural, seus familiares não escolarizados são chamados pelos jovens pesquisados “o povo da roça” e “o povo ramal”, demonstrando se diferenciar culturalmente daqueles que não tiveram a oportunidade de estudar, e que fazem o uso de uma linguagem popular típica.

Esses jovens por terem sido criados no campo têm um sentimento de pertencimento ao lugar; no entanto, pelo fato de estarem estudando em uma escola com características urbanas, com professores que são de outros estados, em sua maioria, com níveis acadêmicos mais elevados e com outras culturas, e claro com acesso aos meios de comunicação que estreitam sua relação com outros jovens, faz com que estes jovens rurais se aproximem dos jovens urbanos no falar, no vestir e no modo de consumo. Mas, não somente devido à escola, como também aos meios de comunicação, acesso a redes sociais e a maior facilidade de movimentação entre os dois espaços, isso já os coloca em uma situação de não se sentirem pertencentes a só um lugar e a uma só cultura. Verifica-se, desse modo, que as práticas e referências culturais dos jovens rurais tendem a ser relativamente similares a dos jovens da cidade.

Confirma-se a hipótese estabelecida inicialmente de que os jovens rurais, apesar das dificuldades, perseveraram em buscar a escolarização por vislumbrarem nesse processo uma oportunidade prática de preparação para continuação dos estudos em nível superior e para trabalhar. Embora possuam uma forte concepção de identidade com o rural. Pelo que expuseram, ainda se prendem muito a uma visão sustento de melhoria, alguns jovens rurais ainda se embasam no conceito de raiz e apresentam a cultura rural como “de interior”, não numa concepção negativa, de atraso, ermo, abandonado, mas de raiz ligada à identidade. Por outro lado, há outros jovens rurais que veem o mundo rural como atrasado e homogêneo, como lugar onde nada acontece.

Os jovens rurais pesquisados também possuem uma forte concepção política, pois reivindicam, como mencionaram, por projetos de educação e trabalho para as juventudes do campo e preferem, se necessário, migrar para melhoria de vida.

Além disso, com base em suas respostas dadas nos grupos focais muitos tiveram, embora com dificuldade de arguir, deduz-se que não recebem ou não querem entrar no mérito da discussão por não possuírem conhecimentos básicos dentro de um processo crítico e reflexivo; ficou evidente que poucos jovens possuem uma concepção política e sabem reivindicar seus direitos, porém não organizados, são falas individuais, permitindo o enfraquecimento da força dessa categoria no âmbito rural.

É importante para o ser a realização de sonhos, bem como o acesso ao ensino superior, o emprego bem remunerado, o sucesso, mas que também tenham meios para que das possibilidades que o campo encerra criem algo que reverta em benesses para esse lugar que é

berço de cidadãos que o amam, mas que também não podem abdicar de crescerem, afinal, um lado não pode excluir o outro. Porém, diante do limite deste trabalho no âmbito de minha pesquisa enquanto mestranda, pode ser que essas falas não tenham chegado efetivamente na esfera do planejamento, mas tivemos a oportunidade de abrir portas e delinear um pouco sobre políticas públicas e o poder desta quando empregada pelos jovens, instigar o espírito crítico e reflexivo.

Os jovens rurais poderiam exercitar duas características fundamentais da juventude: a ousadia e a capacidade de criar, com novas formas de atuação e oxigenando conceitos antigos, de falta de oportunidades; com toda essa força e persistência que a juventude possui, com ênfase em contribuir para o desenvolvimento do seu lugar, sem fechar a porteira, como se diz, e dar as costas para o que é seu com o sonho de buscar crescimento e melhoria de vida em outro lugar. No entanto, muitas vezes fecha-se a porta por falta de oportunidades e de acesso, conforme salientado por alguns jovens rurais.

E, independente da construção da identidade dos jovens rurais da atualidade ou não rurais é muito mais ampla e homogênea, as inteirações sociais e culturais que possibilitam um repensar sobre suas identidades e suas realizações pessoais, onde estes jovens vislumbram melhoras socioeconômicas, fato indistintamente se esse jovem é rural ou urbano, possuem os mesmos anseios e expectativas do qual retrata e a JUVENTUDE. Assim, o processo de desenvolvimento da Amazônia deve incorporar a diversidade cultural que a compõe, buscando iniciativas que levem em consideração a realidade dos jovens. É possível incorporar consciência ambiental aos processos de desenvolvimento, onde os jovens possam ser protagonistas, produtores de conhecimento baseado na tecnologia limpa, ambientalmente correta e socialmente justa, e comprometidas com a defesa desse patrimônio brasileiro da biodiversidade mundial. Isso requer uma mudança brusca de paradigma: sair da invisibilidade quase total que padece essa enorme diversidade da condição juvenil amazônica para uma política pública específica que atenda a expectativa de futuro mais promissor.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.

_____. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo: ANPED/PUC-SP, n. 5 e 6, p. 25-36, 1997. Número especial: Juventude e Contemporaneidade.

_____. Debate. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 67-71.

_____; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY R. [et al.] **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. [Periódico]. - Brasília. Brasil: Edições UNESCO, 1998. - 2. Edição. BARCELLOS

_____; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

_____; CASTRO, Mary Garcia. **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: Unesco, 2006.

_____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992. 276p.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. *Revista Reforma Agrária*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.

_____; VEIGA, José Eli da. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: FIPE/IPEA, abril de 1999.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

AGUIAR, Márcia Angela das S. **Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.-set. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n112/04>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, E. **Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010**. Revista de Política Agrícola, Brasília, v. 20, n. 2, p. 80-88, 2011.

ALVES, J. D; CAVENAGHI, S. **Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais**. Pap Poblac, México, v. 43, p. 31-105, 2012.

ALVES, Natália. **Juventudes e inserção profissional**. Lisboa: Educa Autores, 2008.

_____. Por que está a escola incumbida de promover a inclusão e a empregabilidade? In: CANÁRIO, Rui; RUMMERT, Sonia Maria (Orgs.). **Mundos do trabalho e aprendizagem**. Lisboa: Educa Autores, 2009. p. 45-59.

_____. **Socialização escolar e profissional dos jovens: projectos, estratégias e representações**. Cadernos Sísifo I. Lisboa: Educa, 2006.

ALMEIDA, Luis Sergio Castro. **Educação Inclusiva no Campo: Realidades e desafios no contexto escolar em Presidente Figueiredo no Amazonas**. Tese de Doutorado/UFAM. Manaus, 2018.

AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação. Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

AMARAL, Emília et al. **Novas palavras: língua portuguesa: ensino médio**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2005 (Coleção Novas Palavras).

AMES, José Luiz. **Maquiavel e a educação: a formação do bom cidadão. Trans/Form/Ação**, São Paulo, n. 31, v. 2, p. 137-152, 2008.

AMIGUINHO, Abílio. **A escola e o futuro do mundo rural**. Tese (Doutorado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

ANDRADE, Eliane Ribeiro; FARAH NETO, Miguel. Juventudes e trajetórias escolares: conquistando o direito à educação. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007. p. 55-78.

ANTONIO FILHO, Fadel David. **Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da Ciência Geográfica)**. Ciência Geográfica, Bauru, XV, v. XV(1), p. 84-87, jan./dez. 2011.

APPLE, Michael. A educação e os novos blocos hegemônicos. In: RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 93-122. Araraquara (SP): UNESP, 2013. p. 1-26.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de L. ALVES, João Paulo da C. **Juventude Trabalho e Educação: questões de diversidade e classe das juventudes na Amazônia**. Revista Interdisciplinar: Corpo, Gênero e Sexualidade. Vol11. n° 17, UFPA. Dezembro, 2017.

ARIZE, Juli. **História do transporte urbano no Brasil**. Site Recanto das Letras, 2009. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos/1970503>>. Acesso em: 28 janeiro 2019.

ARROYO, Miguel G. **Fracasso/Sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos**. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 71, p. 33-40, jan. 2000.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70. 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

_____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese / Edivaldo M. Boaventura. – 1. Ed. – 3. Reimpressão. – São Paulo: Atlas, 2007.

BORGES, Graziela Scopel. **A formação do protagonismo do jovem rural a partir da pedagogia da alternância em casas familiares rurais**. Orientador: Edival Sebastião Teixeira. 2012. 157f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato branco, PR, 2012.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2004a.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004c.

_____. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004b.

_____. **Razões práticas**. 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011b.

_____; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 217-227.

_____; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2015.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129-148.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **O ensino médio no contexto do Plano Nacional de Educação: o que ainda precisa ser feito**. Cad. Cedes, Campinas, v. 31, n. 84, p. 195-208, mai-ago. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Ministério da Educação: Brasília, 2016.

BRASIL. **LEI 11.892/2008 LEI ORDINÁRIA, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Senado Federal, Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:

BRASIL. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 30/12/2008.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE nº Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Ministério da Educação: Brasília, 2012.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação - PNE 2014 -2024. Diretoria de Estudos Educacionais**. Ministério da Educação: Brasília, 2015.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35-51.

BRUNO, Lúcia. Educação, qualificação e desenvolvimento econômico. In: BRUNO, Lúcia (Org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 91-123.

BRUYNE, P. de et al. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CAMACHO, L. M. Y. **A invisibilidade da juventude na vida escolar**. In: Perspectiva: revista do Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina. Volume 22, n. 2, Florianópolis. Julho/dezembro 2004.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 1-23.

CAMPOLIN, Aldalgiza Inês. **Quando alunos e alunas são rurais e a escola é urbana: o significado do ensino médio para jovens rurais**. 2000, 87 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

CARVALHO, L., Almeida, I., Felgueiras, I., Leitão, S., Boavida, J., Santos, P., Franco, V. (2016). *Práticas recomendadas em Intervenção Precoce na infância: um guia para profissionais*. Coimbra: Associação Nacional de Intervenção Precoce.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria, 1998.

_____. Apresentação. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 7-13.

_____. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-66.

_____. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni Branco (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**. [s.l.]: 1ª ed., 2007.

_____. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa**. In: MOREIRA, José Roberto; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho (Orgs.).

_____. **O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: *Campus*, 1998b. p. 95-118.

_____. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf**. Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril 1997: 70-82.

_____. **Ruralidades: novas identidades em construção**. Revista Estudos – Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, UFRJ/DDAS/CPDA, n. 11, p. 53-75, out. 1998b.

CARR, Patrick J.; KEFALAS, Maria J. **Hollowing Out the Middle: The Rural Brain Drain and What It Means for America**. Boston, Massachusetts: Beacon Press, Little, Brown and Co., 2009.

CASTRO, Cláudio de Moura. **Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Fename, 1976.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. Memória del VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural, Quito, 2006.

_____. **Sonhos, desejos e a “realidade”: herança, educação e trabalho de “jovens rurais” da Baixada Fluminense/RJ**. Apresentado no I Simpósio Internacional de Juventude Brasileira-Jubra, Rio de Janeiro: UFRJ, out./2004. Disponível em:

_____. Terceira sessão: balanço e perspectivas. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político**. [Periódico]. - Quito, Equador: Revista Latino Americana de Sociologia, 2009.

_____. **Vencendo a invisibilidade. Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CASTRO, Iná Elias de. **Natureza, imaginário e a reinvenção do Nordeste**. In: **Paisagem, imaginário e espaço**. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 103-133.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CERTEAU, Michel de. **Invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES. **Juventude e sucessão rural**. Brasília: CONTAG, 2014. Disponível em: www.contag.org.br/imagens/f2067juventudeesuccessaorural.doc. Acesso em: 20 out. 2017.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. **Jovens de Sergipe: quem são eles, como vivem, o que pensam**. Aracaju, 2006.

- _____. **Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia.**
- _____. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje.** Porto Alegre: Artmed, 2005.
- _____. Valores e normas da juventude contemporânea. In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir (Orgs.). **Sociologia da Educação: pesquisa e realidade brasileira.** Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2007. p. 203-221.
- COMENIUS. **Didática Magna.** Tradução Ivone Castilho Benedetti. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- CONCEIÇÃO, Susianne Gomes da; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; SCHOR, Tatiana. **Agricultura Familiar E Capitalismo: Desafios para a Continuidade da Categoria na Amazônia.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-16
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO; UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS; SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Relatório Analítico: Território Rural Manaus e Entorno** - Amazonas. Manaus: UFAM. Setembro, 2018.
- CORREIA, Luiz. Nota de Abertura. In: AJAP – Associação de Jovens Agricultores de Portugal. **A instalação de jovens agricultores: fatores que determinam o sucesso.** Lisboa: Gabinete de Planeamento e Políticas, 2012. p. 11.
- COSTA, Gilvan Luiz Machado. **O ensino médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente.** R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 94, n. 236, p. 185-210, jan./abr. 2013.
- COSTA, Marco Antonio F. da, COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Metodologia da Pesquisa: conceitos e técnicas.** 2 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2009.
- CRUZ, Vanessa. **Agricultura: diagnóstico de um setor que precisa de jovens.** TVI24 Online. 23 jan. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/Xi5ssO>>. Acesso em: 3 mar. 2013.
- CUNHA, Euclides. **Os Sertões [online].** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- DALE, Roger. O marketing do mercado educacional e a polarização da educação. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1.105-1.128, out. 2007.
- DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In: DAYRELL, J. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura.** 2. reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. p. 136-161.
- DE LUCAS, A.; MARQUES, P. E. M.; SARMENTO, G. **Trajetórias da Agricultura Familiar e o Papel da Extensão Rural: Estudo do Caso do Alto da Serra de São Pedro,**

2010, Porto de Galinhas, 2010. Disponível em <http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/1801.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, n. 24, Curitiba, p. 213-225, 2004.

DURSTON, J. **Juventude Rural, Modernidade e Democracia: desafio para os anos noventa. Juventude e Desenvolvimento Rural no Cone Sul Latinoamericano**. Venezuela: IICA, 1994. p. 13-23.

DURSTON, John. **Juventud Y Desarrollo Rural: Marco Conceptual Y Contextual**. Santiago de Chile, Naciones Unidas Comisión Económica Para América Latina Y El Caribe, 1998.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007. p. 19-54.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 10 ed. – São Paulo, Cortez, 2006.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem Filosófica ao Rio Negro** / Alexandre Rodrigues Ferreira. 2 ed. organizada, atualizada, anotada e ampliada por Francisco Jorge dos Santos, Auxiliomar Silva Ugarte e Mateus Coimbra de Oliveira. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas e Editora do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 37. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

FRANÇA JUNIOR, Adalcino. **Influência do fracionamento no destilado para a otimização da produção da cachaça de alambique: uma prática pedagógica no processo produtivo** / Adalcino França Junior – 2008. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.106 f. : il.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação para a inclusão e a empregabilidade: promessas que obscurecem a realidade. In: CANÁRIO, Rui; RUMMERT, Sonia Maria (Orgs.). **Mundos do trabalho e aprendizagem**. Lisboa: Educa Autores, 2009. p. 61-77.

FROEHLICH, José Marcos. **A (re)construção de identidades e tradições: o rural como tema e cenário**. Antropolítica, Niterói/RJ: UFF, n. 14, p.117-132, 2003.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **O Tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola**. Coordenação Marcelo Côrtes Neri. Rio de Janeiro: FGV/Ibre, CPS, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/tpemotivos/>>. Acesso em: 13 nov.2019.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **O Império do Belo Monte: vida e morte de Canudos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares**. Rio de Janeiro: Estudo, Sociedade e Agricultura, vol. 15, n. 1, 2007: p. 89-122.

GHIRALDELLI, Jr., Paulo. **História da Educação**. 2ª Ed revisada – Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor. São Paulo: Cortez, 1994.

GIANNETTI, Eduardo. **Felicidade: diálogos sobre o bem-estar na civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 73-134.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Vozes, 2007. 167p.

GODOY, Cristiane; CAMPOS, José Ricardo; MELLO, Nilvania. **O lazer como fator de permanência e reprodução social no meio rural: estudo do município de Saudade do Iguaçó, PR**. Campo Grande Mato Grosso do Sul. MSv. 20, n.2 p. 509-522. Abr./jun. 2019.

GODOY, Cristiane Maria Tonetto; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Papel da pluriatividade no fortalecimento da agricultura familiar do município de Santa Rosa/RS**. Desafio *Online*, Campo Grande, MS, v.1, n.3, p.1-16, set./dez.2013. Disponível em: <http://www.desafioonline.ufms.br/index.php/deson/article/view/1117/732>. Acesso em: 4 dez. 2019.

GORENDER, Jacob. Introdução – O nascimento do materialismo histórico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. VII-XXXVIII.

GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais para os municípios brasileiros 2018**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS.
Resolução N° 94 -CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS.
Pró-reitoria de Ensino. **Ordem de Serviço n° 001/2013. Procedimentos para Aprovação de Plano de Curso da Educação Profissional Técnica de Nível Médio dos Cursos do IFAM.** Orientação Normativa de 03 de julho de 2013. PROEN/IFAM, 2013

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS.
Conselho Superior. **Resolução n° 17/2013.** CONSUP/IFAM, 2013.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”?** (Aufklärung). In: KANT, I. revistas de estudos Sociais, Acesso: junho de 2019.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LAHIRE, Bernard: "A escola é a estrutura estável de quem vive numa família instável". Lyon, França. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldefeder. 2014

LAHIRE, Bernard. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sonia Goldefeder.

LEON, Alessandro Lutfy Ponce de. Juventude, juventudes. Uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

LESSA, Sérgio. **O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. CEAD: Brasília, 1999.

LIMA, Cláudia R.; CABRAL, Vera Lúcia M.; GASPARINO, Elisandra. **Políticas públicas educacionais brasileiras: o ensino médio no contexto da LDB, PNE E PDE.** In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009.

NARCISO, Luciana Gusmão de Souza. **Análise da Evasão nos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Câmpus Arinos: Exclusão da Escola ou Exclusão na Escola?/** Luciana Gusmão de Souza Narciso; orientador, Erni José Seibel. 262 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós Graduação em Sociologia Política (PPGSP) – Florianópolis, SC, 2015.

LIMA, Eli Napoleão. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LIMA, Leonardo Claver Amorim. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas?** R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 92, n. 231, p. 268-284, maio/ago. 2011.

JOHANN, Cristiane Cabral. **Evasão Escolar no Instituto Federal Sul - Rio - Grandense: um estudo de caso no campus Passo Fundo, 2012**, Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

MAAR, Wolfgang Leo. Adorno. **Semiformação e educação**. Educação e Sociedade, v. 24, n. 83, p. 459-476, ago. 2003.

MALACARNE, V. et al. *A escola profissional e Ensino Superior: uma experiência a partir da educação de jovens e adultos*. In: Anais da XIX Semana de Educação. Cascavel, 2007. p. 01-10.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 2ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINS, Rodrigo Constante (Org.). **Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente: Diálogos sobre Sociabilidades Rurais Contemporâneas**. São Carlos: EduFSCar, 2014. 234 p.

MARTIGNONI, Luciano. **Lazer no assentamento rural Oito de Junho: análise a partir da multifuncionalidade da agricultura**. Orientadora: Hieda Maria Pagliosa Corona. 2013. 128f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, PR, 2013.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. 3. Edição, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

MATHIEU, J.E. and ZAJAC, D. *A Review and Meta-Analysis of the Antecedents, Correlates, and Consequences of Organizational Commitment*. Psychological Bulletin, 108, 171-194. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.108.2.171>. acesso em 31 de maio de 2018.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia e planejamento**. São Paulo: Atlas, 1999.

MEIRELES NETO, P. R. **A juventude como sujeito social**. In: Elementos para uma problematização. Revista Pesquisa em Foco: Educação e Filosofia. v. 2, n. 2, p. 1-6, abril de 2009.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda de. **Economia sergipana contemporânea (1970-2010)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

MEIRA, Cristiane Araújo. **Evasão Escolar no Ensino Técnico Profissionalizante: um estudo de caso no campus de Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória** Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Espírito Santo. - ES, 2015.

MINAYO, M. C. S, **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993. p.23.

MOLL, Jaqueline; GARCIA, Sandra. Prefácio. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares (Orgs.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 7-9.

MOREIRA, José Roberto. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, José Roberto (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 15-40.

MORUZZI MARQUES, P. E.; DE LUCAS, A.; SARMENTO, G. **Estratégias dos agricultores familiares de São Pedro/SP: perspectivas de consolidação de um sistema agroalimentar localizado?**. In: IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2010, Curitiba. Mundo rural, políticas públicas, instituições e atores em reconhecimento político. Curitiba: Rede de Estudos Rurais e UFPR, 2010.

MYERS, M.D. **Pesquisa Qualitativa em Sistemas de Informação**. MIS Quarterly, v.21, n.2, 1997, p.241-242.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método na teoria social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 668-700.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Educação e política no limiar do século XXI**. 2ed, Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea)

NEVES, Paulo S. Costa; FERRERI, Marcelo. **Participação e políticas públicas voltadas para a juventude: o modelo de “jovem” difundido pelas Conferências de Juventude**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO AGENDAS E AGENTES, 2013, Araraquara (SP). Anais...

NERI, Marcelo C. **O Tempo de permanência na Escola e as Motivações dos Sem-Escola**. Coordenação Marcelo Côrtes Neri. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

NOGUEIRA, Claudio M. M.; NOGUEIRA, Maria Alice. **Os herdeiros: fundamentos para uma sociologia do ensino superior**. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 130, p. 47-62, jan.-mar., 2015.

NOVAES, Regina R. C. Segunda sessão: políticas públicas, direitos e participação. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 99-107.

OLIVEIRA, J. A. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo. Euclides da Cunha, **Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo**.

OTRANTO, C. R. **Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETS**. Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ). Seropédica: ADUF, ano I, n.1, jan-jun 2010, pp. 89-110.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. 2. ed. Lisboa: Ambar, 2005.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **As construções das identidades de jovens rurais na relação com o meio urbano em um pequeno município**. 2010, 259 fls. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

PENATIERY, Gisele R.; FALCÃO, C.R.; MARTÍNEZ, S.A. **Ao final da educação básica: o que pensam jovens alunos sobre suas escolarizações, suas juventudes e seus projetos**. Educ. foco, v. 16, n. 2, p. 117-139, 2012.

_____. **Ao final da educação básica: o que pensam jovens alunos sobre suas escolarizações, suas juventudes e seus projetos**. Educ. foco, v. 16, n. 2, p. 117-139, 2012.

PEREIRA, Jorge Luiz G. **Juventude rural: para além das fronteiras entre campo e cidade**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura). UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004a.

_____. **Entre campo e cidade: amizade e ruralidade segundo jovens de Nova Friburgo**. Revista de Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 12, no. 2, 2004b, pp. 322-352. 324.

PEREIRA, José C. A. **À procura de viver bem: jovens rurais entre campo e cidade**. 2007. 222 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PERICO, Rafael Echeverry. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PINHEIRO, Wallace Meirelles. **Políticas Públicas e Sustentabilidade na Amazônia**. / Wallace Meirelles. – Manaus: Editora Valer, 2012.

PONCIANO, Nilton e PEREIRA, Valéria. **Entre-Lugares Diálogos Pertinentes: sociedades amazônicas e outras realidades contemporâneas** / Nilton Ponciano e Valéria Pereira (Orgs.). – Amazonas: Editora do IFAM, 2013.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

QUEIROZ, Rachel de. **Sertão, sertanejos**. In: CAATINGA – Sertão, sertanejos. MONTEIRO, Salvador; KAZ, Leonel (Coords.). Rio de Janeiro: Edições Alumbamento / Livroarte Editora, 1994-95. p. 57-63.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

REGUILLO, Rossana. *Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión*. In: FÁVERO, Osmar; SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo; NOVAES, Regina C. R. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: Unesco, MEC, Anped, 2007 (Coleção Educação para todos; 16). p. 47-72.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Emílio ou Da Educação**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SABEDOT, N. **Importância da relação teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem: estudo de caso da disciplina de tecnologia de frutas e derivados**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas** / organizadores: Regina Helena Rosa Sambuichi... [et al.]. – Brasília: Ipea, 2014. 273 p.

SANCHO, Jesús. *Jóvenes y parados “emigran” al campo por la crisis*. Vida, La Vanguardia.com. 26 mai 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/hQt9Po>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

SAVAGE, Jon. **A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SCHRÖDER, Mônica; HIRATA, Márcio Fontes. **Meio Ambiente, Agricultura Familiar e Políticas Públicas: Os Desafios do Desenvolvimento Rural na Amazônia Brasileira**. Artigo apresentado no VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural – “América Latina: realineamientos políticos y proyecto sen disputa”, Porto de Galinhas/PE, novembro de 2010.

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **Dinâmica Urbana das Vilas de Pitinga e Balbina**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2008.

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **Reordenamento territorial e conflitos agrários em Presidente Figueiredo - Amazonas**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2012.

SEABRA, Teresa et al. **Trajetos e projetos de jovens descendentes de imigrantes à saída da escolaridade**. Lisboa: Observatório da Imigração, 2011.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (SNJ). **Agenda Juventude Brasil: pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013**. Brasília: Participatório/Secretaria Nacional de Juventude, 2013.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico**. 25 ed. rev. e atualizada – São Paulo. Cortez, 2007.

SILVA, Janderson Pereira da. **Transposição didática ou ressignificação pedagógica: o ensino de Sociologia no ensino médio.** Artigo (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2017.

SILVA, José Francisco Graziano da. **Por um novo programa agrário.** *Revista Reforma Agrária*, ABRA, Campinas, n.2, vol. 23, p. 11, mai./ago. 1993.

SILVA, N. de D. V.; KASSOUF, A. L.. **A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro.** *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 19, n. 2, 2013.

SIMONI, Jane; LINDOSO, Diego; IBIAPINA, Izabel. **Instituições e Políticas Públicas em Territórios da Amazônia: desafios para a capacidade adaptativa e redução de vulnerabilidades.** VI Encontro Nacional da Anppas 18 a 21 de setembro de 2012, Belém - PA – Brasil.

SINGER, Paul. A juventude como corte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 27-35.

SIQUEIRA, Luiza Helena Schwantz de. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar.** 2004, 124 fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O impacto de infraestrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de ensino fundamental: 1998 a 2005.** Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n. 1.338, 2008.

SOUZA, Lara Bruna Brito Castro de. **Prática Interdisciplinar na Construção da Aprendizagem: Estudo de caso usando o método de projeto como instrumento pedagógico aplicado na produção de um suco de cana pasteurizado.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

SPARTA, M.; GOMES, W.B. **Importância Atribuída ao Ingresso na Educação Superior por Alunos do Ensino Médio.** *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v.6, n.2, p. 45 – 53, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes.; CARRANO, P. C. R. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16 – 39, 2006.

_____ ; GALVÃO, I. **A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência.** In: *Perspectiva: revista do Centro de Ciências da Educação.* Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 277-575, jul./dez. 2004.

_____. **Algumas reflexões e muitas relações entre juventude e escola no Brasil.** In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

_____. **Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação.** In: SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). Estado do conhecimento: juventude e escolarização. São Paulo: Ação Educativa/INEP, 2000. p. 6-40.

_____. Terceira sessão: balanço e perspectivas. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007a. p. 123-128.

_____. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. In: PAIXÃO, Lea Pinheiro; ZAGO, Nadir (Orgs.). **Sociologia da Educação: pesquisa e realidade brasileira.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2007b. p. 19-43.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of Grounded Theory Methods.** Beverly Hills, CA.: Sage, 1998.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares do Ouro/SC.** 2002. 201p. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

TAVARES, Mauricio Antunes. Elias y Mannheim, **Iluminando los caminos de la investigación sobre juventud y ruralidades en el Brasil del siglo XXI.** In: SIMPOSIO INTERNACIONAL PROCESO CIVILIZADOR, 11., 2008. Anais... Buenos Aires, 2008.

TORRES, Antônio. **Essa Terra.** São Paulo: Ática, 1996.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. **Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar.** Estud. Soc. e Agric., Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 66-105

TWENGE, Jean. M.; KASSER, Tim. **Generational Changes in Materialism and Work Centrality, 1976-2007: Associations With Temporal Changes** in Societal Insecurity and Materialistic Role Modeling. *Personality and Social Psychology Bulletin*, July 2013 39: 883-897, first published on May 1, 2013.

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

WANDERLEY, Maria N. Baudel. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo.** Revista Estudos – Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, UFRJ/DDAS/CPDA, n. 15, p. 87-146, out. 2000a.

_____. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000b.

_____. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro.** In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.).

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**, parte 1. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar.** Tese de doutorado. 2009. 331p. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

_____. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WILLIAMS, R. O campo e a cidade na história e na literatura. Tradução Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 439 p.

WITKOSKI, Antonio Carlos (Org.). **Território e Territorialidades na Amazônia: formas de sociabilidades e participação política.** Manaus: Editora Valer, 2014. 324 p.

ZEN, Eduardo Luiz. **Metodologia para o diagnóstico social, econômico e cultural dos atingidos por barragens.** / Coordenação: Eduardo Luiz Zen. – Brasília: IPEA, 2014.

ZIOLI, Osni. **O lazer dos agricultores familiares promotores do turismo: o caso do Roteiro Turístico Caminhos do Marrecas no Sudoeste do Paraná.** Orientador: Hieda Maria Pagliosa Corona. 2015. 175f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, PR, 2015.

7 APÊNDICES

Apêndice A - Autorização para Realização da Pesquisa

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, PAULO MARREIRO DOS SANTOS JÚNIOR, Diretor Geral do Campus Presidente Figueiredo, AUTORIZO a mestranda **BRENDA LOPES HOORNWEG VAN RIJ**, RG nº 1355107-8, CPF nº 607340602-97, PEDAGOGA do Instituto Federal do Amazonas e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, a realizar a pesquisa intitulada como: **Anseios e expectativas da juventude rural: os relatos das trajetórias dos alunos do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do Campus Presidente Figueiredo/Amazonas**, dos quais **terão como procedimento metodológico:** aplicação de questionários e entrevistas por meio de Grupo Focal com alunos ingressantes no ano de 2018, no Curso Técnico Integrado em Agropecuária e Servidores. Declaro ainda que fica autorizado o direito de imagem deste Campus, para fim de realização da pesquisa e de eventos correlacionados a educação, congresso, seminários, publicações etc.

Presidente Figueiredo 11, dezembro, 2018.


Prof. Dr. Paulo Marreiro dos Santos Júnior
Diretor Geral do IFAM Campus Presidente Figueiredo
Portaria Nº 3.330/GR-IFAM/04.04.2018



Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____, Aceito participar, de minha livre e espontânea vontade da pesquisa intitulada “**Anseios e Expectativas da Juventude Rural: relatos das trajetórias dos alunos do Curso Técnico Integrado em Agropecuária do Campus Presidente Figueiredo/Amazonas**”, a ser realizada pela pesquisadora Brenda Lopes Hoornweg van Rij, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola – PPGEA/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Estou ciente de que esta pesquisa tem por objetivo:

Averiguar os efeitos da aplicação do método de projeto na assimilação de saberes dos discentes do curso Técnico em Agropecuária do IFAM Campus Presidente Figueiredo, referentes à percepção dos discentes filhos de agricultores rurais, sob sua perspectiva em relação a sua formação acadêmica em relação ao futuro e seus anseios enquanto jovem rural.

Fui informado (a) ainda que a pesquisa será realizada através de aplicação de entrevistas e 5 encontros focais para análise dos resultados obtidos durante as discussões.

Sei que tenho direito de não responder a qualquer pergunta que me for feita pela pesquisadora, caso não queira ou não me sinta à vontade. Além disso, a pesquisadora me garantiu que todas as informações fornecidas, bem como meu nome permanecerão em sigilo caso não autorize sua divulgação.

Sei também que em qualquer momento, posso me comunicar diretamente com a pesquisadora responsável para esclarecimentos ou dúvidas pelos telefones: (92) 98158-7994 ou pelo e-mail: vanrij@ifam.edu.br.

Tenho ciência de que esta pesquisa pertence à área da educação, não apresentando qualquer risco à minha vida, à minha saúde ou à saúde de outros participantes ou pessoas próximas.

Informo também que a pesquisadora explicou-me previamente e de forma muito clara todas as informações acima, bem como as dúvidas que tive e, estando esclarecido (a) sobre os objetivos desta pesquisa concordo em participar, sabendo que tenho reservado o direito de retirar meu consentimento a qualquer momento sem sofrer qualquer penalidade ou constrangimento.

Presidente Figueiredo/AM, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Responsável se menor de 18 anos

Apêndice C - Cronograma de Encontros Grupos Focais



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

CRONOGRAMA DE ENCONTROS GRUPOS FOCAIS

Data Proposta	Horário	Tema
11/06/2019	16h -17h	<i>Apresentação da pesquisa e abordagem geral sobre os temas propostos na pesquisa</i>
13/06/2019	11:30h - 12:50h	<i>O sentido da escolarização e do papel da escola sobre a Formação Agropecuária</i>
17/06/2019	11:30h - 12:50h	<i>Concepção de identidades: Família e Sociedade</i>
18/06/2019	11:30h - 12:50h	<i>Concepção de identidades: relação com a Cultura Urbana</i>
19/06/2019	16h -17h	<i>Expectativas escolares e profissionais futuras</i>

Brenda Lopes Hoornweg van Rij
Mestranda

Apêndice D - Roteiro de Entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Você se Identifica com o Curso de Agropecuária?
2. O que levou você a cursar Agropecuária no Ensino Médio?
3. Quais as disciplinas que você mais se identifica?
4. Quais as Disciplinas que não se identifica?
5. Quais as dificuldades enfrentadas por você durante o período escolar?
6. Se pudesse dizer algo aos formuladores de políticas públicas, o que recomendaria especificamente para os jovens rurais?
7. Durante sua escolarização no ensino médio, algum conselho ou sugestão para a vida o(a) marcou? Se sim, qual foi esse conselho ou sugestão? Quem deu esse conselho ou sugestão?
8. Qual a sua maior preocupação hoje?
9. Você pretende assumir ou dar continuidade aos trabalhos nas terras de seus pais?
10. Se tivesse perspectiva de oferta de trabalho no campo, com boa renda, você teria o compromisso de dar continuidade às atividades agrícolas da unidade familiar ou há outras questões permeando seus planos?

Apêndice E - Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

QUESTIONÁRIO

Local: Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas – *Campus* Presidente Figueiredo

Data: ___/___/_____

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Sexo () a. Masculino () b. Feminino

1.2 Qual a sua idade? _____

1.3 Qual série? _____

1.4 Onde você nasceu?

Esta localizado na: () Sede () Zona Rural () Vila de Balbina

2. HISTÓRICO DE MIGRAÇÃO FAMILIAR

2.1 Seu pai ou sua mãe trabalham ou já trabalharam na agricultura, criação de animais, horta ou outras atividades no campo? () Sim () Não.

2.2 Você ou/e sua família já mudaram de local de moradia? () Sim () Não

a. Se SIM, quantas vezes? _____

b. Se SIM, esta(s) mudança(s) foram por que motivo? _____

c. Se SIM, Assinale como foi esta mudança: () do campo para cidade () da cidade para o campo

3. DADOS IDENTIDÁRIOS

3.1 Você acha que o campo é um bom lugar para os jovens morarem hoje em dia?

a. () sim; b. () não Explique: _____

3.2 Você gostaria de morar longe de sua família?

a. () sim; b. () não Por que? _____

3.3 Você participa das decisões, da administração da renda familiar?

a. () sim; b. () não Por que? _____

3.4 Quais mudanças você faria no lugar onde mora para prover maior lazer, cultura e educação? _____

3.5 Tem internet em casa? ou faz uso frequente? () Sim () Não

3.6 Participa de alguma rede social (Facebook, WhatsApp e outros)? () Sim () Não

3.7 Que tipo de musica você ouve? _____

3.8 Que livros já leu? Qual mais gostou? _____

3.11 Você já foi ao teatro? () Sim () Não

3.12 Acredita o local onde você mora tem atividades lazer e entretenimento? () Sim () Não

a. Quais? _____

b. Quais as atividades de lazer é comum você realizar? _____

3.13 Você acredita que o turismo ou o ecoturismo podem desenvolver novas formas de trabalho e emprego dos jovens na região onde mora? () Sim () Não

a. Quais formas de trabalho? _____